



ano 3 - número 5
maio / 2005

PILARES DA historia

DUQUE DE CAXIAS E BAIXADA FLUMINENSE

Nesta edição:

- XERÉM E SEUS NICHOS DE HISTÓRIA
- CAPELA DE SANTA RITA DA POSSE: HISTÓRIA, CADEIA SUCESSÓRIA E DESCRIÇÃO ARQUITETÔNICA
- A IMPORTÂNCIA DA MULHER NA ECONOMIA DE XERÉM NAS DÉCADAS 1970/90
- ENSAIO SOBRE A SOPEIRA OU O CUSPE DO IMPERADOR
- EM MARÇO DE 1963, UM DIA NA CAMPANHA ELEITORAL DA UNIÃO CAXIENSE DE ESTUDANTES
- A DEGRADAÇÃO DOS RIOS NA BAIXADA FLUMINENSE: UMA ANÁLISE SOBRE O RIO BOTAS NO BAIRRO ITAIPU – BELFORD ROXO
- OS CAMINHOS DA FÉ COM A HISTÓRIA DE MAGÉ
- LANGSDORFF EM INHOMIRIM
- NEM CÃES, NEM LOBOS: OS GUERREIROS GOITACÁ
- ENTRE ARQUIVOS E MEMÓRIAS: EXPERIÊNCIAS DE VIDA E FORMAÇÃO DE PROFESSORAS NO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS (1997 - 2002)
- VISÕES UNIVERSITÁRIAS SOBRE A BAIXADA FLUMINENSE
 - CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES ACERCA DA REORGANIZAÇÃO ESPACIAL DO BAIRRO CENTENÁRIO – DUQUE DE CAXIAS – RJ
 - HISTÓRIA URBANA E DO COTIDIANO DE UM BAIRRO DA BAIXADA FLUMINENSE: HELIÓPOLIS

E mais:
na Seção Memória Viva,
entrevista com Rogério Torres.



edição conjunta: instituto histórico vereador thomé siqueira barreto / câmara municipal de duque de caxias e associação dos amigos do instituto histórico.

AH

Edição conjunta:

INSTITUTO HISTÓRICO VEREADOR THOMÉ
SIQUEIRA BARRETO / CÂMARA MUNICIPAL
DE DUQUE DE CAXIAS
e ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO
INSTITUTO HISTÓRICO

PRESIDENTE DA CMDC:
Divair Alves de Oliveira Junior

DIRETOR GERAL DA CMDC:
Sérgio Locatel Barreto

DIRETORA DO INSTITUTO HISTÓRICO:
Tania Maria da Silva Amaro de Almeida

PRESIDENTE DA ASAMIH:
Maria Vitória Souza Guimarães Leal

ASSESSORIA DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO
DA CMDC:
Anne Moreira

CONSELHO EDITORIAL:
Alexandre dos Santos Marques
Carlos Sá Bezerra
Odemir Capistrano Silva
Rogério Torres
Ruyter Poubel
Sandra Godinho Maggessi Pereira
Tania Maria da Silva Amaro de Almeida

COLABORADORES:
Alda Regina Siqueira Assumpção
José Rogério Lopes de Oliveira
Manoel Mathias Thibúrcio Filho
Roselena Braz Veillard
Suely Alves Silva

CAPA:
Agnaldo Werneck

FOTO / CAPA:
ARCO-CRUZEIRO DA CAPELA-MOR /
IGREJA VELHA
XERÉM - DUQUE DE CAXIAS - 05/02/2004
Foto: Tania Amaro
Acervo sob a guarda do Instituto Histórico

CORRESPONDÊNCIA:
Rua Paulo Lins, 41 - Jardim 25 de Agosto
CEP: 25071-140 - Duque de Caxias - RJ
Telefone: 2671-6298 ramal 247
e-mail: institutohistorico@cmdc.rj.gov.br
site: <http://www.cmdc.rj.gov.br/>

DESTINO E CASTIGO

Todo mundo faz história, ainda quando não sabe o que faz ou nega o que faz. Com essa convicção, seguimos abrindo as páginas da Pilares, agora em novo formato, a quem se propõe registrar caminhos e passos que configuram o nosso hoje e amanhã em função do nosso ontem. Com efeito, se a fase é outra, se a aparência mudou, o logotipo foi recriado, os propósitos são os mesmos e o projeto vai amadurecendo.

Um dia, em algum momento do futuro, a cidade e a Baixada terão uma fachada diferente a refletir, esperamos, uma qualidade de vida à altura dos nossos ideais e do valor de nossa gente. Quem sabe que paisagem urbana surgirá então? Que construções, que nomes, que mitos e lendas se inscreverão nas atas, nos anais, nos microfilmes, nos discos e vídeos compactos, nos livros dessas improváveis Alexandrias do porvir?

Sonhos que se acumulam, que se acavalam feito os *enjambements* das interpretações de Néelson Cavaquinho, um verso que termina no outro, um plano que se estende para um sem-fim de planos, continuidade buscada sem trégua. Mas igualmente sonhos que se articulam com o refrão das demandas de rua, com os acenos dos transeuntes, com o ombrear dos que permanecem, com o suor dos que se debruçam nas obras e com elas se erguem acima da dor e do desalento.

Senão para isso, para que a história serviria? Para empilhar biografias de supostos heróis e seus feitos exemplares? Para purgar nossos erros, revelar nossos fracassos, anunciar-nos um melancólico e inescapável destino? Para incutir-nos paciência e humildade enquanto o castigo não vem? Ora, o castigo já chegou montado na Internet. O destino também?

O Instituto Histórico “Vereador Thomé Siqueira Barreto”
/ Câmara Municipal
de Duque de Caxais e a Associação dos Amigos do
Instituto Histórico
agradecem o apoio:

Dos Autores

CEMPEDOCH-BF
Centro de Memória, Pesquisa e Documentação da História da
Baixada Fluminense

FEUDUC
Fundação Educacional de Duque de Caxias

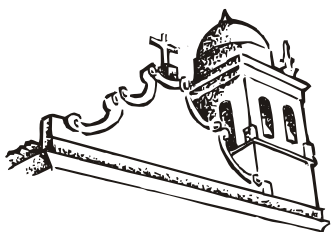
IPAHB
Instituto de Pesquisas e Análises Históricas e de Ciências
Sociais da Baixada
Fluminense

PINBA / FEBF / UERJ
Programa Integrado de Pesquisas e Cooperação Técnica na
Baixada Fluminense

De todos que participaram direta ou indiretamente da
produção deste trabalho e
daqueles que se empenham no difícil processo
da permanente construção e
reconstrução da nossa história.

*O Conselho Editorial está aberto ao recebimento de
artigos para possível publicação.*

*As idéias e opiniões emitidas nos artigos são da
responsabilidade de seus autores.*



MENSAGEM DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS

UMA CIDADE QUE NÃO PRESERVA SEU PASSADO É UMA CIDADE SEM FUTURO.

Nos últimos anos, a preservação da memória tem se caracterizado como uma das preocupações marcantes em diversas instituições públicas e privadas. Temos presenciado iniciativas individuais ou coletivas em prol da criação de centros de memória, instalação de núcleos de documentação e pesquisa, projetos de revitalização de sítios históricos, entre outros projetos maravilhosos que só se realizaram através da participação popular em que a comunidade procura recuperar suas memórias.

Uma cidade não é feita apenas de casas, ruas, paisagens, praças e monumentos. A cidade tem vida, pessoas e relações que traduzem o seu espírito. Minha família se radicou em Xerém há alguns anos e teve a oportunidade de fazer parte da história do nosso município. Meu avô e meu pai foram operários da Fábrica Nacional de Motores, que se instalou aqui na década de 1940, inicialmente projetada para produzir motores de aviões, mais tarde passando a fabricar caminhões e automóveis. Como fui nascido, criado, e ainda resido em Xerém, sempre tive vontade de discutir melhor a história da nossa cidade.

Devemos trabalhar para desconstruir a idéia de que Duque de Caxias é uma “cidade sem memória e sem história”. Com o envolvimento e o reconhecimento de toda a sociedade, poderemos reforçar, ainda mais, a importância da preservação como um instrumento de afirmação de nossa identidade cultural, de registro de nossos direitos de cidadania e de participação no processo diário de construir nossa própria história.

A Câmara Municipal de Duque de Caxias tem tido a preocupação de apoiar e incentivar o registro e a recuperação da nossa memória histórica e cultural através do incentivo ao Instituto Histórico e da publicação da Revista Pilares da História.

Sendo assim, penso ser fundamental o apoio à preservação da nossa história, atendendo às necessidades daqueles que desejam participar desse projeto de conhecimento e valorização dos elementos que formam o nosso patrimônio cultural.

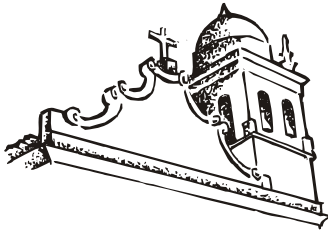
Desejo que a publicação da Revista Pilares da História seja responsável por democratizar o conhecimento historicamente produzido e preparar as atuais e futuras gerações para a construção de novos conhecimentos, já que uma cidade que não preserva seu passado é uma cidade sem futuro.

Divair Alves de Oliveira Junior

Sumário

XERÉM E SEUS NICHOS DE HISTÓRIA <i>Gênesis Torres</i>	7
CAPELA DE SANTA RITA DA POSSE: HISTÓRIA, CADEIA SUCESSÓRIA E DESCRIÇÃO ARQUITETÔNICA <i>Ubiratan Cruz Cherm</i>	10
A IMPORTÂNCIA DA MULHER NA ECONOMIA DE XERÉM NAS DÉCADAS 1970/90 <i>Maria Mônica Sarandy</i>	16
ENSAIO SOBRE A SOPEIRA OU O CUSPE DO IMPERADOR <i>Odemir Capistrano Silva</i>	20
EM MARÇO DE 1963, UM DIA NA CAMPANHA ELEITORAL DA UNIÃO CAXIENSE DE ESTUDANTES <i>Stélio José da Silva Lacerda</i>	29
A DEGRADAÇÃO DOS RIOS NA BAIXADA FLUMINENSE: UMA ANÁLISE SOBRE O RIO BOTAS NO BAIRRO ITAIPU – BELFORD ROXO <i>Vitor Oliveira de Vasconcelos</i>	35
OS CAMINHOS DA FÉ COM A HISTÓRIA DE MAGÉ <i>Estela Márcia da Paz Moreira de Araújo</i>	48
LANGSDORFF EM INHOMIRIM <i>Maria Beatriz Leal da Silva</i>	53
NEM CÃES, NEM LOBOS: OS GUERREIROS GOITACÁ <i>Jeanne Cordeiro</i>	55
ENTRE ARQUIVOS E MEMÓRIAS: EXPERIÊNCIAS DE VIDA E FORMAÇÃO DE PROFESSORAS NO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS (1997 - 2002) <i>Fátima Bitencourt David</i>	69
VISÕES UNIVERSITÁRIAS SOBRE A BAIXADA FLUMINENSE: CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES ACERCA DA REORGANIZAÇÃO ESPACIAL DO BAIRRO CENTENÁRIO – DUQUE DE CAXIAS – RJ <i>André Santos da Rocha / Sidney Cardoso Santos Filho</i>	87
HISTÓRIA URBANA E DO COTIDIANO DE UM BAIRRO DA BAIXADA FLUMINENSE: HELIÓPOLIS <i>Cristiane da Silva Pontes / Mônica Marinho Senna Pimental / Patrícia Aparecida Viana Moraes</i>	92

Seção TRANSCRIÇÃO	
<i>Alexandre dos Santos Marques /</i>	
<i>Rogério Torres /</i>	
<i>Tania Maria da Silva Amaro de Almeida.....</i>	<i>97</i>
Seção MEMÓRIA VIVA	
<i>Entrevista com Rogério Torres</i>	
<i>Antônio Augusto Braz /</i>	
<i>Odemir Capistrano Silva.....</i>	<i>101</i>
Seção ICONOGRAFIA	115
A ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO INSTITUTO HISTÓRICO.....	125



XERÉM E SEUS NICHOS DE HISTÓRIA

Gênesis Torres¹

A

localidade de Xerém nas encostas da serra do Mar, hoje importante distrito que compõe o território de Duque de Caxias, tem exercido ao longo do tempo um papel decisivo no processo ocupacional e, ao mesmo tempo, servido aos diversos interesses das diversas almas que ali se estabeleceram ao longo dos séculos XVIII ao XX.

Efetivamente a região começou a ser ocupada com a construção do Caminho Novo de Garcia Paes, pelo sítio do Couto. O rio Pilar teve papel decisivo no ciclo do ouro nos primeiros tempos, levando a população e suas mercadorias até as praças do Rio de Janeiro.

A fé aí se estabeleceu com a Igreja de Santa Rita da Posse; a colonização se fez presente desenvolvendo as atividades do plantio da cana de açúcar, do arroz, do milho, do feijão e todos os gêneros para o sustento de uma rala população.

As fazendas, comprimidas entre a serra e as terras alagadas dos baixios, permitiam o desenvolvimento de uma lavoura de subsistência, que abastecia as muitas tropas que desciam a serra do Mar, depois de uma longa e penosa viagem, vindas da região das Minas Gerais. Galgar a Pedra do Couto, por mais um dia, já era a garantia de chegada ao porto do Pilar. Fazer o peadouro e descansar a tropa, trocar as ferraduras, recompor os arreios, comprar algumas fazendas (tecidos), nutrir de informações e levar as notícias às regiões mineradoras era, na verdade, uma odisséia que só se permitiam aos homens daquele tempo.

Um local bucólico, habitado e visitado por homens que, num vai e vem, traziam o ouro do interior e levavam os importados vindos da Revolução Industrial inglesa. O local também assistiu às concessões privilegiadas do piloto inglês John Charing e do Vigário fazendeiro João Alvares de Barros com seu filho Lourenço Alvares de Barros, nascido antes do ordenamento clerical. Senhor João Charem emprestou o nome a localidade e o Vigário deixa o caráter do colonizador explicitado nas lutas por privilégios.

A aura de Xerém assim se conservou até as primeiras décadas da República, com colonizadores e colonizados isolados do contexto da capital, criando um estilo próprio, uma espécie de zona de transição entre o litoral e o “hinterland”.

¹Licenciado em História pela Universidade Federal Fluminense. Professor das redes públicas estadual, municipal e particular. Ex-Chefe de Gabinete do Prefeito, ex-Secretário de Educação e Cultura e, ex-Vereador do Município de São João de Meriti Membro das Academias de Letras e Artes de Nova Iguaçu e de São João de Meriti. Presidente do Instituto de Pesquisas e Análises Históricas e de Ciências Sociais da Baixada Fluminense - IPAHB. Subsecretário de Cultura de São João de Meriti.

O crescimento urbano da cidade do Rio de Janeiro, em fins do século XIX, e o estilo predatório na ocupação dos espaços acabaram levando ao fim dos mananciais hídricos que abasteciam os bairros centrais da capital federal. A solução encontrada foi a captação das águas que desciam pelos vários pontos da serra do Mar. Escolheu-se três importantes pontos de captação: São Pedro, Tinguá e Xerém.

A captação das águas em Xerém mostrou para a cidade do Rio de Janeiro os horrores em que viviam as populações que habitavam as terras da Baixada Fluminense. O Jornal "Gazeta de Notícias" do Rio de Janeiro, em 02 de maio de 1907, trazia como manchete: "Na captação das águas a febre palustre dizima".

"Ali estava presente algumas centenas de homens (1400 ao todo), todos macilentos, a tremerem de frio, apesar do calor ambiente e da pele que os escaldava. Não lamentavam, justificavam o que se faziam. É preciso ganhar a vida, ter dinheiro, sustentar a família. Sabiam que a febre é que mata, ela é a desgraça. À noite, o terror da noite enluarada em plena floresta, a zona era inexplorada. À noite, os homens armavam grandes fogueiras em frente de cada tenda para espantar os mosquitos, verdadeiras nuvens de pernilongos a transmitir a febre amarela. O trabalhador José dizia: moço há jacarés, há muitos jacarés. Vivem nos charcos os jacarés... Os jacarés e os mosquitos nesta terra nascem dos paus como o capim na terra". Dizia o repórter: "Nós estávamos nas saias dos Órgãos, a pegar, entre os horrores da morte, a água para a civilização".

Término da 2ª Guerra Mundial e, em 1947, a região recebe a primeira grande indústria de caminhões FNM (Fábrica Nacional de Motores), transportadores valentes que cortavam a Rio-Bahia e outras muitas estradas de chão para o sul deste imenso país. Xerém torna-se conhecida como terra dos caminhões fênêmê. De uma pacata região rural plantadora de mandioca, bananas e de uma agricultura de subsistência, passa a receber um grande contingente populacional como mão-de-obra para a fábrica. Aparecem, entre a floresta de árvores centenárias, os conjuntos residenciais e as vilas operárias. Xerém passa a gozar de uma renda que destoava dos demais habitantes da cidade. Trabalhar na fênêmê dava status, era a garantia de uma boa renda, um emprego garantido e um bom casamento. Xerém, num país que se industrializava, era o sonho do eldorado.

O espaço ocupado anteriormente pela FNM hoje é a indústria Ciferal, empresa que se destaca por seu pioneirismo em carrocerias para ônibus em duralumínio. Está em Xerém desde 1992 e, em 2001, a Ciferal tornou-se uma empresa da Marcopolo. A partir deste momento passou a aumentar seus índices de produção e diminuir custos. Hoje se consolida como uma nova empresa, especializada na produção de carrocerias de ônibus urbanos. É uma especialista em construir produtos de qualidade e funcionalidade para o desenvolvimento dos transportes coletivos urbanos.

Também está em Xerém a Turbomeca que é uma líder mundial na fabricação e venda de turbinas para helicópteros, de pequena e média potência. A Turbomeca também comercializa turbinas para aviões de treinamento e mísseis, e para aplicações industriais e navais. Em Xerém a empresa trabalha com reparos de sua produção, centro de serviços e suporte aos clientes.

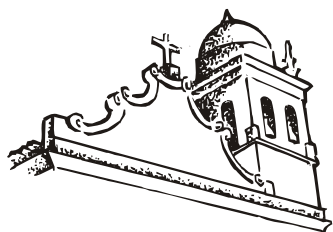
A construção da rodovia Washington Luiz, ainda na primeira metade do século XX, garantindo a ligação entre o Rio de Janeiro ao sudeste e nordeste do país, possibilitou mostrar para quem desce a serra pela primeira vez, vindo do interior, uma visão indescritível de beleza natural, com suas represas de captação das águas dos rios João Pinto, Registro e Xerém.

Xerém continua recebendo importantes investimentos: está em gestação o Pólo de Tecnologia de Xerém com investimentos entre R\$ 70 milhões e R\$ 100 milhões; e, a sediar órgãos e autarquias públicas com grandes revelações na sociedade como o Instituto de Metrologia. Suas

ações e atuações na proteção do consumidor têm nos feito lembrar de uma região privilegiada pelos bons ares e de um verde luxuriante, que tem encantado as diversas categorias privilegiadas da sociedade, que buscam seus recantos para se deliciar de um ambiente ecologicamente perfeito.

Localizado no Vale das Laranjeiras, está o Centro de Treinamento Desportivo Sylvio Kelly do Santos. Inaugurado em dezembro de 1995, o Centro possui uma área de 80 mil metros quadrados do Fluminense Futebol Clube e mais 50 mil arrendadas por 20 anos da Sociedade Universitária Madeira de Lei. Foi construído com a ajuda de sócios e empresários. Com a aquisição do terreno, doado pela União, o Fluminense Futebol Clube terminou a primeira etapa das obras. Abriga as categorias mirim, infantil, juvenil e juniores, com atletas de vários estados brasileiros.

Charing, Charem e Xerém, do piloto inglês ao português arrumado e adaptado do homem simples, abasteceu as torneiras e banheiras do Império e da República, dilatou fronteiras pelas rodas do fênême e vem defendendo o consumidor, nas suas muitas pesquisas, pelo Instituto de Metrologia. Do latim “flumem” (região de muitas águas), não poderia ser melhor a presença do Fluminense Futebol Clube. Passando pela estrada, ainda se vê, pelas margens das rodovias, as marcas da agricultura através das muitas barracas onde se encontram dependurados lindos cachos de banana e amontoados de raízes de mandioca.



CAPELA DE SANTA RITA DA POSSE: HISTÓRIA, CADEIA SUCESSÓRIA E DESCRIÇÃO ARQUITETÔNICA

Ubiratan Cruz Cherem¹

Um dos primeiros proprietários do lugar onde se encontra a capela de Santa Rita de Cássia da Posse, foi o Capitão-Mor² Francisco Gomes Ribeiro (o velho). Era senhor da Fazenda e Engenho da Posse, como também administrador do Oratório de Santo Antônio da Posse.

Nasceu por volta de 1650, no lugar da Bufaria, freguesia de Sant' Anna da Carnota, termo e arcebispado de Lisboa. Casou-se com Dona Mariana Cabral em 1680, veio para o Brasil com alguns parentes das famílias Rodrigues Cruz, Gomes, Ribeiro, constituindo a família Gomes Ribeiro no Brasil, sendo seu Patriarca. Esta família continuou através da conhecida família Gomes Ribeiro de Avellar, que deu vários barões do café no Vale do Paraíba.

O oratório do Capitão-Mor tinha permissão para celebrar missas, batismos e casamentos. Como exemplo, podemos citar o casamento realizado em 5/12/1741, porém registrado no Livro 5º, folha 69 v, da freguesia de Nossa Senhora da Candelária, entre o Capitão José Fiúza Lima e Dona Estácia Correia Pimenta.

Este registro de casamento realizado no Oratório do Engenho da Posse encontra-se no Arquivo da Cúria do Rio de Janeiro e mostra que antes de existir a Capela de Santa Rita, existia o Oratório de Santo Antônio no mesmo local. Provavelmente, pelo seu tamanho pequeno e pouco durável, exigia a construção de uma nova e maior capela que pudesse atender aos convidados nos casamentos, batismos e a todo o povo daquela região na celebração das missas. Contudo, a decisão de realizar esta obra não foi do Capitão-Mor e sim de seu sobrinho, o Capitão das Ordenanças Francisco Gomes Ribeiro (o moço).

Como descendentes o Capitão-Mor, teve várias filhas e nenhum filho homem que desse continuidade ao seu sobrenome. No entanto, seu sobrinho homônimo foi seu testamenteiro, comprou-lhe terras, bem como também de parentes e vizinhos. Emprestou dinheiro a parentes, vizinhos e às Irmandades da Igreja Matriz para reforma do altar. Fabricava açúcar branco e aguardente. Com todas essas suas atividades, formou grande fortuna que pode ser vista em boa parte no seu

¹ Mestrando em História Social do Brasil pela Universidade Severino Sombra (USS) – Vassouras – RJ.

Pós-graduação em História Social do Brasil pela FEUDUC Duque de Caxias – RJ.

Licenciado em Ciências Biológicas pela FAMATH – Niterói – RJ.

Professor da Rede Pública Estadual. Leciona Educação Ambiental, Biologia e História.

Sócio do Colégio Brasileiro de Genealogia Rio de Janeiro – RJ.

² Autoridade Colonial que numa Vila ou Distrito, comandava as tropas de milícia, chamadas Companhias de Ordenanças. Era necessário ser pessoa dos “principais da terra”, da melhor nobreza e manter residência na região.

testamento. Só para se ter uma idéia, a relação dos valores dispostos da Terça, inclui 37 beneficiários colocados em Tabelas por nós elaboradas, fora aqueles ilegíveis e, portanto, não incluídos. O total de dinheiro distribuído foi de 3.435.400 Reais. Em outra relação, consta 2.000 missas ditas pela sua alma e mais 1.216 por várias outras almas, num total de 3.216 missas, no valor de 971.920 Reais.

Sua produção no Engenho consta de 40 caixas de açúcar e 17 pipas de aguardente, não sendo ditas de quantas arrobas eram as caixas. Estas podiam ser de várias medidas de arrobas; no entanto, a caixa mais utilizada era de 35 arrobas. Sua produção de 40 caixas dava um total de 1400 arrobas. Considerando que os grande Engenhos de açúcar tinham uma produção de, no mínimo, 10.000 arrobas por ano, as 1.400 já referidas, provavelmente, eram mensais, perfazendo um total anual de 480 caixas ou 16.800 arrobas. Cada arroba corresponde a cerca de 15 Kg, dando um total de 252 toneladas. Se considerarmos que as caixas eram de 20 arrobas, então teríamos uma produção anual de 9.600 arrobas ou 144 toneladas. Além desses exemplos do poder econômico do Capitão Francisco Gomes Ribeiro (o moço), temos o que mais nos interessa sobre a capela, que é sua determinação ao seu sobrinho e testamenteiro Antonio Ribeiro de Avelar, morador no Rio de Janeiro, que construiu a capela com o dinheiro de sua Terça. Sua morte acontece em 14 de outubro de 1763. Sendo 1766 o ano da fundação da capela e 1768 o ano do término da construção, possui portanto, 239 anos de existência.

Ainda através do seu Testamento, o Capitão passa por herança a Fazenda, Engenho e Capela para aqueles que viriam a ser os terceiros proprietários, seus filhos Thimóteo Gomes Ribeiro e Capitão Luciano Gomes Ribeiro, com a expressa recomendação de não serem vendidas as terras e negócios. No entanto, pouco adiantou, pois depois de certo tempo o Capitão Luciano vende para o Capitão Manoel José Moreira Barbosa. Eis o que diz Pizarro sobre o Capitão Luciano:

“o desleixamento, com que tratou aquele Herdeiro, e administrador, fez padecer algum deterioramento: e passando por venda, a Fazenda ao Capitão Manoel José Moreira, este procura só zelo, e religião reparar os danos passados, e conservá-la com asseio, que Lhe é devida, e merece a mesma capela”.

O Capitão Manoel José Moreira Barbosa solicita e consegue do rei do Reino Unido de Portugal e do Brasil e Algarves, D. João, a aprovação para ereção da Irmandade de Santa Rita da Posse na capela da mesma invocação, em sua fazenda e Engenho da Posse, sendo seu administrador e protetor.

A freguesia de Nossa Senhora do Pilar do Morobahí já possuía quatro irmandades e uma confraria, todas segundo Pizarro, subsistindo deterioradas. Constatação feita por ele, em 1794, quando de suas visitas pastorais. Mesmo assim, alguns anos depois o Capitão Manoel José Moreira Barbosa, alegando a grande distância da Matriz e pela grande devoção que ele e seus vizinhos tinham com a Santa Rita de Cássia, resolve erigir a Irmandade de Santa Rita da Posse em 1820. Como homem livre, Capitão, senhor do maior Engenho da região, de grande cabedal, de “sangue limpo”, não padecendo de “acidentes mecânicos”, vivendo a “lei da nobreza”, certamente pertencia a elite do local como um dos principais. Suas intenções além da “grande devoção”, era também obter cada vez mais prestígio social, poder político e assistência aos futuros irmãos, já que as Irmandades além de cultivar um Orago, também atendiam aos irmãos associados, ajudando-os em suas doenças, invalidez e sepultamento.

Infelizmente não sabemos mais dessa Irmandade, pois só achamos o Termo de Ereção. Não foram encontrados os Livros de Compromisso e os demais, assim como outros documentos que falem sobre ela.

O quinto proprietário foi o herdeiro do Capitão Manoel, seu filho - o Tenente-Coronel Carlos José Moreira de Barbosa - , que faz de próprio punho, declaração de sua fazenda da Posse, para o Registro Paroquial de Terras, na Matriz da Freguesia do Pilar, em 01 de outubro de 1856.

O sexto proprietário foi o herdeiro do Tenente-Coronel Carlos, seu filho - Carlos José Moreira Barbosa (filho). Seu nome aparece no Almanak Lammaert na Lista de Fazendeiros e Lavradores, em 1862. Seu pai deve ter falecido no final de 1859, já que seu nome aparece no Almanak Lammaert até este ano e, no Almanak de 1860, já aparece registrado a palavra herdeiros. Procuramos, mas infelizmente, ainda não encontramos o registro de óbito do Tenente-Coronel Carlos José Moreira de Barbosa.

No ano de 1862 surge o nome do sétimo proprietário, designado como senhor do Engenho da Posse, Guilherme Telles Ribeiro, que supomos tenha sido casado com filha do Tenente-Coronel Carlos. Até agora não foi encontrada, nos Livros de Registros de Casamentos, a confirmação de tal hipótese.

Curiosamente, ambos os nomes do sexto e sétimos proprietários aparecem na mesma lista dos anos de 1866 a 1881, levando a crer que houve divisão do Engenho do restante da Fazenda, pelo menos na parte administrativa. E, por último, aparece apenas o nome de Carlos José Moreira Barbosa (filho) nos anos de 1882 e 1883. A partir de 1884 não se encontra mais nenhum nome nos últimos anos do Almanak, e não fizemos mais nenhum levantamento, que devem ser feitos agora em cartórios e Livros Paroquiais da Cúria do Rio de Janeiro, pois os descendentes devem ter ido morar na cidade do Rio de Janeiro.

Com respeito ao sétimo proprietário Carlos José Moreira Barbosa (filho), este aparece também como proprietário da Fazenda Mato Grosso, no local hoje conhecido como vale do Aviário em Xerém, cortado pelo rio Mato Grosso, que ainda , na maior parte do tempo, tem as suas águas limpas e cristalinas. Sabe-se, também, que a casa da Fazenda Mato Grosso possuía um Oratório com permissão de realizar missas, batismos e casamentos. Mas, a falar da Fazenda Mato Grosso continuaremos em outra oportunidade.

Além de verificar o que foi e representou a Capela de Santa Rita da Posse, pensamos também em estudar a sua parte física. O que resta hoje é metade de um templo em ruínas e totalmente abandonado a própria sorte, e nada se faz para conter a sua contínua destruição. Quem sabe ao fazermos uma Descrição Arquitetônica, podemos “ver” a jóia rara que é esta capela por ter sido uma das poucas construções da época colonial que ainda existem nesta região.

Descrição Arquitetônica

A capela de Santa Rita da Posse, em Xerém, tem tipologia de arquitetura Barroca, onde o Arquiteto ou construtor a quem se poderia atribuir o traço da capela, é infelizmente desconhecido.

Trata-se de um templo que tem seu espaço definido pelos elementos arquitetônicos de cantaria³, com o partido⁴ de planta retangular da única nave e capela-mor, tendo possuído telhado com

³ Pedras para construção, medidas, esquadrejadas e cortadas com rigor.

⁴ Organização geral de uma edificação, onde pode ser vista a forma de distribuição e articulação dos espaços e identificação do estilo.

duas águas. A sua edificação está localizada acima do nível da rua em pouco mais de 2 metros ao pé de uma colina. Faz testada com a hoje conhecida estrada da Igreja Velha, antiga Estrada Real para as Minas. Possuía uma área construída de cerca de 100 m², estando a edificação inserida em área livre de aproximadamente 250 m². Sua fundação data de 1766 e o término da construção é 1768, perfazendo um total de 239 anos de existência. O seu endereço atual é Estrada da Igreja Velha, 03, no bairro Santa Alice, em Xerém – 4º Distrito de Duque de Caxias – RJ. Seu enquadramento é rural, isolado, fundos para encosta de morro, frente para estrada. O adro aproveita o desnível do terreno com a estrada e o seu acesso é por escadaria. O seu frontispício (fachada principal) não pode ser visto, por não existir mais, tendo sido totalmente arruinado.

No entanto, baseado no tamanho da capela, nos modelos construídos em 1766 e nas pistas observadas na fachada dos fundos que ainda existe, com sua empena que coroa a parte central, bem como a cimalha que corre lateralmente, podemos fazer uma descrição e desenhos de um dos frontispícios possíveis: Com uma única porta de madeira, centralizada, com ombreiras e verga alteada (tipo canga de boi), em cantaria. Com um frontão triangular, aberto (com óculo) e cornija de linhas retas na parte superior, encimado por uma cruz. As fachadas laterais possuem uma janela próxima a fachada principal, provavelmente para servir ao Coro (balcão de madeira para cantores), pelo grande tamanho que tem, trata-se de uma porta-sacada⁵. Também nessa mesma fachada lateral, próxima a altura da referida janela do Coro, porém bem mais abaixo, a rés do chão, existe uma porta travessa (porta da fachada lateral), naturalmente em ambos os lados do templo. A sacristia encontra-se em parte arruinada ao lado direito da capela-mor, possuindo um nicho (cavidade na parede para colocação de imagens, ornamentos e altares), na parede divisória que faz com a referida capela-mor. Há possibilidades de ter existido uma torre sineira (torre junta ao corpo da igreja) e não um campanário, que é uma pequena torre separada do corpo da igreja, como é o exemplo da capela do Padre Faria em Ouro Preto, Minas Gerais.

Os materiais de construção utilizados foram: cantaria, madeiras para as portas, janelas, Coro e telhado. Também alguns poucos tijolos, utilizados apenas na elaboração da curvatura dos arcos dos nichos, altares e no arco-cruzeiro (arco da capela-mor) e as telhas do telhado.

Como material agregado foram utilizadas pedras e areia, já como aglutinante talvez óleo de baleia. Porém, com certeza, foi utilizado cal, fabricada no próprio local com conchas de moluscos, possivelmente dos Sambaquis da região da Baixada. Foram moídas e queimadas; no entanto, encontram-se muitas ainda inteiras nas paredes. Este tipo de construção que utiliza tais materiais é conhecido como “pedra e cal”. As paredes do templo possuem 30 a 40 cm de largura, sendo do tipo autoportante (sustentam a si mesmas), rebocadas com argamassa de cal e areia fina e caiadas de cor branca. Nas laterais junto a capela-mor, na altura do transepto, existem dois enormes arcos, que aos menos atentos, podem parecer portas ou passagens, principalmente por estarem vazados; no entanto, são nichos para altares. E se tais nichos eram para colocar as imagens e servir de altares, é estranho o fato de na época da visita de Pizarro, não estarem sendo utilizadas, e mais estranho ainda, a sua afirmação de ter um único altar o templo. Como ele diz nas suas “Visita Pastorais”:

“as suas imagens, que se acham colocadas no único altar que tem, são perfeitíssimas”.

⁵ Janela rasgada por inteiro, às vezes com guarda corpo de balastrada, entalada ao plano da parede. Semelhante as existentes na Fazenda São Bento no município de Duque de Caxias RJ.

Quanto as imagens “perfeitíssimas”, ainda existem, são elas, segundo o Catálogo Devoção e Esquecimento⁶: a de Santo Antonio de Lisboa, dos séculos XVII e XVIII, em madeira entalhada e policromada, medindo 94 X 38 X 25 cm; e, a imagem de Santa Rita de Cássia da Posse, do século XVIII, em madeira entalhada, policromada e dourada, medindo 135 X 70 X 45 cm.

Para terminar, nada melhor que parte da descrição de Pizarro:

“O seu risco é muito perfeito e proporcionado ... É portanto muito digna esta Capela...”.

A capela de Santa Rita da Posse, da Fazenda e Engenho da Posse, trata-se de uma construção simples e bela.

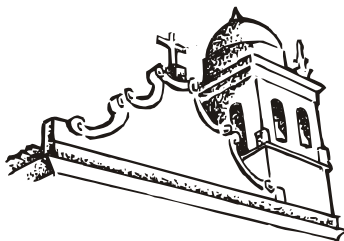
Fontes

1. ALMANAK “LAEMMERT” ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DA CÔRTE E PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, Laemmert, dos anos 1846 a 1890. Arquivo do Museu Imperial de Petrópolis, Arquivo Nacional e Site Universidade de Chicago: www.vfco.com.br/noticia/20011208crlChicago.htm-11k-ou mecanismo de busca Google: Documentação Brasileira On-line Almanak Laemmert.
2. ARQUIVO DA MITRA DO RIO DE JANEIRO. Ordens Régias do Ano de 1809. Livro 2º, folha 37 v. No Livro de Ordens Régias da Câmara Eclesiástica. Provisão da Mesa da Consciência e Ordens aprovando a Ereção da Irmandade de santa Rita da Posse da Capela da mesma devoção, Freguesia de N. Sra. do Pilar do Iguassú.
3. ARQUIVO NACIONAL. Relação de algumas Sesmarias concedidas em Território da Capitania do Rio de Janeiro 1714 - 1800. Rio de Janeiro, 1968.
4. ARQUIVO PUBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Registros Paroquiais de Terras da Freguesia de N. Sra. do Pila do Iguassú. Livro 34. Fichas de detalhamentos do Livro 34 números: 122, 123, 155, 173, 174, 175, 177, 184 e 211. Total de 233 fichas analisadas.
5. PIZARRO E ARAUJO, José de Souza Azevedo. Relação das Sesmarias da Capitania do Rio extraída dos Livros de Sesmarias e Registros do Cartório de Tabelião Antonio Teixeira de Carvalho. De 1565 a 1796. Revista do IHGB.
6. _____ Visitas Pastorais na Baixada Fluminense feitas pelo Monsenhor Pizarro no ano de 1794. Arquivo da Mitra do Rio de Janeiro. Impresso pela Secretária Municipal de Cultura de Nilópolis em Abril de 2000, por Marcus Antônio Monteiro Nogueira.

⁶ Ver na Bibliografia deste trabalho.

Referências Bibliográficas

1. ANTONIL, André João. (João Antonio Andreoni). **Cultura e Opulência do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1982.
2. BARATA, Carlos Eduardo de Almeida. e BUENO, Antonio Henrique da Cunha. **Família Gomes Ribeiro. Dicionário das Famílias Brasileira**.
3. CARRARA, Josiane e CHEREM, Ubiratan Cruz. **Capela Santa Rita da Posse: Ruínas de antiga capela em Xerém escondem passado importante**. In artigo: **Nossas Igrejas, Nossa História** Jornal Pilar, nº 166 de Abril de 2004. pág. 14.
4. CHEREM, Ubiratan Cruz. **A freguesia de Nossa Senhora do Pilar do Morobahí no acervo do arquivo eclesiástico da Cúria Diocesana de Petrópolis**. In **Documentos: Interpretações e Transcrições, Revista do IHGB**.
5. FILHO, Enéas Martins. **Os três Caminhos para as Minas Gerais**. Revista IHGB, 1963.
6. _____. **Vias e Meios de Comunicação**. Revista do IHGB, vol.288, 1970.
7. HOORNAERT, E.; AZZI, R.; GRIJP, K.V.D.; BROD, E. **História da Igreja no Brasil: Ensaio de interpretação a partir do povo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1979.
8. MONTEIRO, Marcus e LAZARONI, Dalva. **Devoção e Esquecimento: Presença do Barroco na Baixada Fluminense. Obra de referência sobre o Barroco na Baixada. Catálogo das Imagens de Esculturas dos Santos das Igrejas e Capelas da Baixada. Exposição de 19 de novembro a 16 de dezembro de 2001, na Casa França Brasil. Rio de Janeiro, 2001**.
9. PERES, Guilherme. **Baixada Fluminense: Os Caminhos do Ouro**. Duque de Caxias: Register, 1993.
10. PRADO, Walter de Oliveira. **História Social da Baixada Fluminense: das Sesmarias a foros da cidade**. Rio de Janeiro: Ecomuseu Fluminense, 2000.
11. VALENTE, Armando. **Uma Igreja na Colina**. Revista Caxias Magazine, abril de 1986, Ano II, nº 20. Duque de Caxias, 1986.
12. WERNECK, Francisco Klörs. **História e Genealogia Fluminense**. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1947.



A IMPORTÂNCIA DA MULHER NA ECONOMIA DE XERÉM NAS DÉCADAS 1970/90

Maria Mônica Sarandy¹

Este texto faz parte de pesquisa em andamento e foi apresentado na Semana Integrada de História e Geografia da FEUDUC no ano de 2003, sob a orientação do professor mestrando Alexandre Marques, orientanda Maria Mônica Sarandy, pós-graduanda em História Social do Brasil.

Em nossa pesquisa estaremos primeiramente levantando a hipótese de que uma grave crise econômica em Xerém, o quarto distrito do Município Duque de Caxias, tenha sido ocasionada pela venda da Fábrica Nacional de Motores no ano de 1968, para empresa do setor automobilístico Alfa Romeo. Com a venda da Alfa Romeo para a empresa italiana Fiat, no início da década de setenta, a fábrica instalada no Brasil passa para o controle da Fiat em 1976. O seu fechamento acontece no início da década de 80², tendo como resultado direto a desestruturação da sociedade que surgiu em decorrência da construção da fábrica estatal na década de quarenta, com padrões de comportamento baseados nos usos e costumes do homem ser o provedor da família e a mulher a coordenadora do lar e educadora dos filhos. Esta sociedade não se preparou para uma possível desvinculação da proteção do Estado em relação às famílias dos trabalhadores da fábrica nos seus mais variados níveis hierárquicos e as suas relações indiretas de dependência.

Diante desta situação de desemprego masculino e crise social, restou às mulheres de Xerém a solução de retornar aos bancos escolares, sejam eles formais ou informais, para se prepararem ou se aperfeiçoarem no exercício de atividades que pudessem garantir em parte ou na totalidade o sustento da família.

O nosso estudo procura estabelecer uma relação entre a crise iniciada com o fechamento da fábrica e as mudanças operadas nas famílias locais e, particularmente nas mulheres, inserindo-se desta forma num estudo de gênero.

Para Margareth Rago³, as relações de gênero e seu reconhecimento através do estudo científico começaram a acontecer de forma mais acentuada a partir da década de setenta, pois antes existiam apenas estudos de casos específicos de uma história de algumas mulheres que se destacaram no universo histórico masculino, que são as biografias.

¹ Pós-graduanda em História Social do Brasil / Feuduc. Professora do pré-vestibular para Negros e Carentes. Membro colaborador da APPH-Clio.

² CANUTO, Carla de P. SOUZA, Márcia E. SILVA, Ricardo S. da. **Xerém, 4º distrito de Duque de Caxias**. RJ, 1994.

³ RAGO, Margareth. **Descobrir historicamente o gênero**. 1998.

Não é esta história que Rago pesquisa junto com outras intelectuais do universo acadêmico, pois mesmo nos países considerados intelectualmente mais amadurecidos que o Brasil, o tema ainda é muito recente, levando a quem pesquisa o gênero feminino a enfrentar uma série de dificuldades e barreiras, muitas vezes, impostas por seus pares do gênero masculino, como se houvesse uma necessidade de se medir força no âmbito científico para provar se este ou aquele gênero é de maior ou menor valor social ou histórico.

A história enfocada do gênero feminino não se espelha apenas no campo acadêmico, mas também nos âmbitos privado e público, conforme a pesquisa realizada por Luciene Medeiros⁴ em sua tese de mestrado. A discussão de gênero, neste caso, ocorre quando as mulheres por ela pesquisadas, tem na participação política uma forma de alavancar os movimentos populares para melhorias de vida, principalmente na Baixada Fluminense.

Neste caso, foi uma instituição de representação popular e jurídica, o MUB, o palco das disputas entre homens e mulheres que causaram tais transformações, pois os pares masculinos aceitavam os pares femininos apenas dentro de alguns espaços de ação considerados femininos ou subalternos, enquanto os mesmos ficavam com os cargos de direção política e administrativa.

Há pesquisadoras de gêneros como Maria Lygia Quartim⁵ que, para melhor explicar este intrincado universo, classificou de forma simplificada, porém acadêmica, em que o estudo de gênero não é o movimento social feminista, que se baseia na diferença de sexo e tendo como bandeira as reivindicações de igualdade de direitos políticos e sociais, enquanto a teoria feminina faz uma análise mais complexa com o agrupamento de aspectos sociais, culturais e psicológicos da feminilidade sem as distorções que, por vezes, acontecem quando se faz este tipo de trabalho.

Para Maria Lygia faz-se necessário o cuidado de não transformar o uso de gênero relacional em um tema sob um determinado enfoque e caindo na contradição de classificação de categoria ou classe, como defende a teoria marxista, com suas relações de poder distribuído e hierarquizado, sem levar em consideração as especificidades que cada gênero em separado ou em conjunto tem de universal. São as diferenças psico-biológicas e as semelhanças sociais com valores e regras dentro das suas dimensões de homem/mulher, regendo a história e a sociedade dentro das suas redes de relacionamentos.

Para provarmos estas hipóteses, de que a crise econômica se instalou em Xerém após o fechamento da fábrica e as transformações sociais ocorridas com retorno das mulheres aos bancos escolares estão relacionadas diretamente com a necessidade das mulheres entrarem no mercado de trabalho, estaremos recorrendo ao método de coleta de dados em fontes orais, através de entrevistas, e documentais em instituições que se relacionem direta ou indiretamente sobre o gênero feminino e a construção da identidade social em Xerém através do trabalho.

Para esta comprovação de hipótese estaremos tomando por base o retorno feminino adulto aos bancos escolares formais e informais nos anos setenta e oitenta, como preparação para uma vida econômica ativa reconhecida ou não, pois acreditamos que é a partir da educação e da aquisição de conhecimentos que o(a) trabalhador(a) poderá deixar de ser subjugado pelo sistema. O ambiente doméstico já não comporta de forma simplória as transformações sociais⁶.

⁴ MEDEIROS, Luciene A. de. **Mulheres no espaço político: uma construção na e da vida**. Dissertação de Mestrado. RJ:Puc, 1998.

⁵ MORAES, Maria Lygia Quartim de. **Usos e Limites da Categoria de Gênero**. 1998.

⁶ BERTONCINI, Cristina e COELHO, Renata. **Gramsci E Weber: Duas formas de se trabalhar a questão da subjetividade**. S/d.

No nosso estudo de caso, são as mulheres, que no período da crise econômica e social em Xerém começam a ter esta postura de reformulação do seu espaço social de forma quase inconsciente, como verificamos durante algumas entrevistas preliminares.

Para exemplificarmos, na Igreja Metodista de Mantiqueira, nos anos setenta, foram implantados cursos voltados basicamente para as mulheres da localidade e arredores, para que estas pudessem participar do orçamento doméstico de forma ativa. Como podemos perceber na entrevista concedida pela senhora Ana Pereira Silva que, na década de setenta, era casada e exercia a presidência do Ministério de Ação Social da Igreja Metodista em Mantiqueira. Hoje ela é uma dona de casa e viúva. Ela diz – “surgiu a necessidade de ajudar, principalmente aquelas esposas que estavam com dificuldades, até porque os esposos estavam desempregados, então surgiu a necessidade de ensinar alguma coisa para que elas pudessem manter a sua família, ajudar na manutenção do lar,(...)” – “ eu não diria tirar o sustento (hoje) mas que ajuda, ajuda bastante. – “ se a mulher não tiver uma escolaridade boa ela não consegue um bom emprego e emprego aqui em Xerém naquela época estava complicado até para os homens, imagine para as mulheres (...)”⁷

A especialização técnica masculina dentro da indústria automobilística deixou muitos homens bem preparados para o exercício daquela função; porém, o encerramento das atividades da empresa e a impossibilidade de adaptarem-se imediatamente em outra atividade profissional, faz sobressair o instinto natural de sobrevivência das famílias, sendo que as mulheres estão mais sensíveis à esta necessidade imediata. Com o apoio institucional da Igreja Metodista em Mantiqueira, inicia-se o despertar da capacidade feminina em exercer, dentro da nova realidade, as múltiplas atividades à ela culturalmente impostas, como o zelo com o bem estar da família. A adaptação e reorganização faz-se necessária, ainda que em compasso acelerado para algumas e lento para outras. É a estrutura familiar que entra em estado de fortes mudanças.

O apoio sócio-educacional que servirá de suporte para esta nova realidade em construção não vem das políticas públicas do Estado, que até então havia sido o tutor, mas de instituições e iniciativas privadas, como a já citada Igreja Metodista em Mantiqueira, de profissionais da antiga Fábrica Nacional de Motores e de profissionais de educação locados no Colégio Estadual Barão de Mauá em Xerém. A preocupação com a preparação profissional deste contingente de desamparados do Estado, na década de setenta, faz a igreja implantar cursos de corte e costura, culinária, pintura em tecidos e datilografia, voltados, principalmente, para o público feminino e jovens das famílias que estão com problemas econômicos, sem que estas pessoas tenham que se afastar diretamente de suas residências.

Enquanto isso, no colégio são implantados cursos técnicos objetivando a inserção de jovens estudantes no mercado de trabalho, principalmente dentro de empresas, como mecânica, química, secretariado, contabilidade e enfermagem. O mercado de trabalho é escasso e muito exigente para os homens e as mulheres de uma sociedade que está em transição.

Percebemos, porém que conforme muda a situação econômica, mudam também os conceitos sobre o trabalho feminino. Antes da década de setenta, as atividades destas mulheres eram quase que, exclusivamente, no âmbito familiar.

Apartir dos anos seguintes, irão servir para sustentar a família, porém com uma estabilização na década de noventa, mesmo que pequena, volta-se para uma interpretação patriarcal sobre o trabalho das mesmas mulheres. Por esta concepção elas apenas ajudam, mas não sustentam uma

⁷Ana Pereira Silva; viúva, dona de casa. Entrevistada em 2003.

família. Fica uma pergunta sem resposta satisfatória: teriam os homens conseguido superar a crise financeira ou as mulheres, ao conseguir equilibrar as atividades domésticas com as profissionais, apenas se inseriram, mas não se conscientizaram de sua participação efetiva na economia de Xerém?

Na entrevista concedida pela professora Lúcia Helena de Carvalho⁸, professora das redes estadual e municipal de ensino, as mulheres da década de setenta eram – “Mulheres. Mulheres enfeite. Donas de casa, conforme ela foi educada pela família, levava a ser mulher do lar. Hoje não, a mulher já vai a luta, já discute determinadas coisas (...) eu acho que evoluiu muito, (...)”

Esta mulher, que busca a conquista de seu espaço social, utiliza também parte da sua herança cultural recebida de suas avós e mães no exercício de novas e múltiplas funções sociais de dona de casa, provedora do sustento da família, mãe e esposa.

Pode-se identificar dois grupos de mulheres ativas economicamente neste período inicial, porém no decorrer dos anos eles se fundem. O primeiro é formado por mulheres que estão dentro da faixa etária acima dos trinta anos, sem uma profissão reconhecida socialmente, portanto sem uma preparação específica para o mercado de trabalho. São as donas de casa, que são também costureiras, cozinheiras, babás, faxineiras e tantas outras atividades que não exigem formação escolar, mas que entram ativamente na economia informal, gerando proventos para o sustento familiar. O segundo grupo é formado basicamente por mulheres que tem o desejo ou necessidade pessoal de ascensão social e melhorias econômicas, portanto partem para o aperfeiçoamento e ampliação de seus conhecimentos culturais e profissionais. É a redefinição da importância do papel da mulher dentro do mundo doméstico, profissional e social, que fatalmente levará estas mulheres à uma atitude de maturidade diante das situações inéditas, ou não, que estão surgindo.

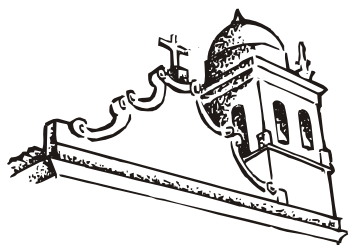
Nos dois grupos, há algo em comum entre as mulheres: poderem reexaminar os caminhos escolhidos, sendo que o apoio familiar é fundamental para elas, pois estão abrindo caminhos participativos na sociedade patriarcal, de quem são frutos. Esta alavanca feita de apoio familiar, começa a derrubar o modelo da mulher “rainha do lar”, muito comum até a década de setenta, para o modelo de mulher “governadora de seus atos”, a partir do final dos anos setenta, mesmo que esta mudança de modelo seja lenta, muitas vezes quase imperceptível por toda uma sociedade.

As definições sobre o gênero feminino e o trabalho profissional passam de um pólo a outro quando a sociedade em que as mulheres estão inseridas, passa por transformações, como no caso a brasileira a partir década de setenta, com o despertar do sonho que foi o “milagre econômico”, da ordem social, defesa da família e da propriedade, tão propagados pelos canais oficiais de poder. Estas transformações fazem parte de uma estrutura que pensava e planejava uma sociedade bem organizada que acabou por revelar-se em uma falência política e econômica, que foi a ditadura militar no Brasil⁹.

Diante desta conjuntura e com a acentuação dos problemas políticos internos ocasionados pelo sistema de governo em vigor, entre os anos sessenta e oitenta do século XX, que transformou o município de Duque de Caxias em “área de segurança nacional”, e as conseqüências sócio-econômicas devido à escassez de emprego e a perda da qualidade de vida da população local, poderemos então começar a vislumbrar o esqueleto de nossa pesquisa sobre as transformações ocorridas no universo feminino doméstico e social em Xerém a partir da década de 1970.

⁸ Lúcia Helena Lima de Carvalho; Profissão, Professora das Redes Estadual de Ensino do Estado do Rio de Janeiro e Municipal de Ensino do Município de Duque de Caxias. Entrevistada em 2003.

⁹ LEÃO, Izabel e CAMPOS, Morgana. **Mulher, um a um os tabus vão caindo.**nSP: USP, s/d.



ENSAIO SOBRE A SOPEIRA OU O CUSPE DO IMPERADOR

Odemir Capistrano Silva¹

*“(...) Como pôde assistir à abertura do testamento?
Nem assistiu nem assinou, nem podia assinar. O documento nunca existiu.”
(SCORZA, 1978: 165)*

OVetor era uma lenda. Não é mais. Eis como gostaria de iniciar este artigo, que ganha no título o *status* de ensaio porque assim me apraz, à moda, modestamente, de Mário de Andrade em, se não me falha a memória, “Amar: verbo intransitivo”. Quanto à sopeira, trata-se apenas de um pretexto ou ponto de partida para um debate que nada tem a ver propriamente com o marechal-duque. Pouco se me dá se ele tomou ou não tomou sopa em alguma porcelana hoje sob a guarda do Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira. De fato, o que me interessa pôr em tela é o conceito ou a noção de bem cultural, o que deve ou não fazer parte do chamado patrimônio histórico, o que deve ser e o que precisa ser preservado e por quê.

Aviso que falo aqui, embora membro do conselho editorial desta Pilares, como um estrangeiro exilado nesse país da história, onde não consigo me localizar muito bem, um tanto aculturado, um tanto bestializado, freqüentemente apalermado ante a fluência dos seus habitantes de múltiplos falares – dialetos, sotaques e idioletos: economicistas, culturalistas, presentistas, marxistas, positivistas, memorialistas, minimalistas, lá sei. Entretanto, quem sou eu para arvorar-me o direito de me omitir de um debate a respeito de patrimônio, se patrimônio é construção, obra que, mesmo se registrada como individual, carrega algo da coletividade? Sim, pois não é o produzido em sociedade socialmente produzido?

Minhas indagações têm a ver, obviamente, com a razão preservacionista. “Ante a força do progresso, meu violão silencia” coisa nenhuma, Adelino Moreira. Minha resposta está em sintonia com os que se interessam pelo passado como fonte para a produção de conhecimento dos povos, das nações, das sociedades. Ao menos de um conhecimento que leva em conta a emoção e o afeto. Visto que tais fatores não devem ou não podem ser descartados do fato econômico, igualmente não devem ou não podem ser descartados do fato sociológico nem do fato histórico, segundo concebo. Quem quiser que conteste. Não escrevo para agradar. Portanto, haverá alguém que discorda. Melhor, se é verdade que da discussão (discórdia?) nasce a luz.

Contudo, mesmo forcejando do lado do cabo de guerra que puxa para a preservação, não tenho como pacíficos os motivos para manter intocada toda e qualquer peça que pertenceu a esse ou àquele prócer da República, por exemplo, ou a um qualquer pró-homem do Império. Imagine manter de pé um muro atravessado no meio da urbanização de uma praça, apenas porque supostamente o imperador nele cuspiu ou deixou deletérias marcas da amônia da sua urina monárquica, ainda que um

¹ Jornalista, é mestre em Comunicação e Cultura pela UFRJ. Publicou contos, artigos e poemas em suplementos literários e jornais (Movimento e Pasquim, entre outros).

tanto azulada, e repousou à sua sombra. A falsa anedota, que ouvi ainda criança, expõe o problema dos critérios quanto ao que vale ou não vale a pena conservar para o deleite ou o interesse investigativo das gerações futuras. Trata-se de definir se a peça tem ou não tem valor histórico. Digamos, a sopeira do duque, se, por hipótese, houvesse uma sopeira ducal.

Ora, não me dei o trabalho de redigir esses parágrafos para justificar ou não os cuidados preservacionistas ou museológicos com um prato de porcelana. Há questões mais prementes e relevantes sobre as quais prefiro me debruçar. Todavia, mencionei o suposto prato somente para pôr em evidência o problema que esse debate oculta ou disfarça ou distancia: o da apropriação, virtual ou efetiva, temporária ou permanente, do bem histórico, artístico, cultural. Avanço o problema sem pretender dar-lhe solução, mas vejamos: que segmento social costuma ter sob sua guarda, fora o poder público, esses bens? Seguramente as camadas mais abastadas, que assim, presumo, obtêm uma recuperação ou reciclagem da mais-valia com a exploração de objetos em exposição nessas casas de conserva de material com valor histórico. E isso se dá ou diretamente pela venda de ingressos para exposições ou pela captação de verbas de patrocínio com fonte na iniciativa privada ou no poder público ou por ambos os mecanismos. Isto é: os recursos saem, por renúncia fiscal, no modo brasileiro, portanto, arrancados à sociedade tendo o estado como intermediário, e saem via ingressos, dinheiro tirado diretamente do público. Isso desprezando-se o chamado faturamento institucional, que diz respeito à promoção da imagem tanto da empresa quanto do grupo ou organização, os quais em geral mantêm relações de afinidade entre si (Grupo Unibanco/Espaço Unibanco, Organizações Roberto Marinho/Fundação Roberto Marinho, Organizações Maurício Sirotsky Sobrinho/Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, etc.). Em outras palavras: a sociedade paga para garantir a manutenção, em boas condições, de bens que legal e historicamente deveriam pertencer a ela mas que se encontram de posse de ou na posse de grupos de hegemônicos, cujo poder aquisitivo e cuja posição social lhes permitem se adonar de algo que, em tese, não lhes pertenceria. E isso vale para a sopeira do duque, para um hipotético par de meias do Furacão da Copa, para uma imagem mesmo desfocada de uma certa fábrica de macarrão, para um discurso de posse de um vereador comunista na primeira legislatura em 1947, para uma fotografia de família na parede como registro de lembrança e dor de um poeta, para o retrato do Velho (outra vez?), para uma página surrada do Vetor Jornal.

Em relação ao Vetor, penso, cedendo ao apelo da vaidade, que talvez o jornal merecesse uma monografiazinha de graduação, ou um capítulo numa história da imprensa do município. Mas até isso será difícil sem documentação. Saí em busca de vestígios da existência do tablóide, e nada encontrei nos arquivos em que estive: o do Estado do Rio e o da Cidade do Rio de Janeiro. Procurei também na Biblioteca Nacional, na da ABI, na do Exército, por telefone, na de Niterói, perguntei, consultei o Antônio Carlos Meritello Machado, o diretor que pagou com prisão e tortura pelas diatribes daquele atrevido mensário. Em vão.

O Vetor era editado por um grupo de jovens idealistas com apoio em uma rede de solidariedade. Lembro-me de ter lido, não me ocorre quando nem onde, um documento que citava trecho do processo instaurado para apurar as atividades tidas como subversivas desempenhadas pela equipe do jornal naquela conjuntura, ali por volta de 1968, 69, quiçá 1970. O texto invocava o Ato Institucional nº 5 e, creio, a Lei de Segurança Nacional, com o fito de enquadrar o nosso colega. Uma vez que Meritello era o redator-chefe, os órgãos de repressão voltaram seu foco para ele, que esteve sempre empenhado em agenciar anúncios para manter o Vetor na rua. Ninguém tinha mais talento para executar tão árdua e, naquele contexto, relevante tarefa. Rendo-lhe, não obstante nossas divergências, que aqui não é o lugar de explicitar, minhas homenagens.

O bom de se falar sobre a história recente é que se pode recorrer a depoimentos de personagens que dela participaram. Nesse caso, estamos, que eu saiba, felizmente, todos vivos e localizáveis. Todavia não recorri a esse expediente (história oral? método oral?) porque isso demandaria tempo, talento e recursos dos quais não disponho. Também meu propósito, repito, é apenas levantar o debate a respeito da relevância histórica de determinados episódios e bens produzidos por grupos ou indivíduos. Além do mais, a história do presente sofre do mal do pouco distanciamento, acrescentando dificuldades teóricas e metodológicas às normalmente já existentes, a principal delas talvez a interferência de relações afetivas no estudo.

Por falar nisso, o nome Vetor foi sugestão do meu irmão Nílton Capistrano Silva, que também desenhou o que na atualidade se chama de logomarca ou logotipo, apresentando inclusive uma justificativa para a denominação e o desenho. Nílton substituiu Meritello, aliás, na última edição, em cujo expediente o autor destas linhas aparecia como secretário. Então já prevíamos a *débâcle*, num clima de grande tensão por conta das baixas e perseguições enfrentadas naquele momento pelas forças oposicionistas em todos os níveis. Na fase inicial, embora sem atuar na preparação das edições, Laís Costa Velho integrou a diretoria ou o conselho editorial, emprestando credibilidade ao órgão, instalado no edifício 25 de Agosto, esquina de Joaquim Lopes Macedo com Plínio Casado.

Mais tarde, o Vetor foi transferido para o prédio do Cine Santa Rosa. Muita gente aparecia naquela sala do nono andar na praça do Pacificador, apesar das freqüentes panes do elevador: Guaracy Francisco Gonçalves, filho do líder ferroviário Uberahy Gonçalves, Idivarci Alves Martins, Osni Capistrano Silva e Maurício Mamede, entre outros e afora os já citados. Os que participavam direta e permanentemente da produção do jornal constituíam uma espécie de núcleo político, em torno do qual a maioria gravitava. Outros, não menos importantes, eram Hilton Fernandes (?), Clélio (...), Márcio ou Zé Márcio e um primo seu cujo nome não recordo, um cunhado do Hilton Fernandes e meia dúzia de voluntários que traziam notícias, boatos, alento, apoio moral e colaboravam na distribuição e nos serviços diversos, com um notável espírito amadorístico que me faz lamentar profundamente ter esquecido como se chamava cada um.

Era um grupo grande e de formação diversificada, quase todos estudantes de nível médio, pré-universitário ou universitário. Edielio Mendonça escrevia, e muito bem, sobre teatro e possivelmente sobre cinema. Francisco Rodrigues era um dos nossos especialistas em música. O outro, Radamés Compan, também responsável pela seção de palavras cruzadas, descobrira a música sinfônica prestando atenção nos ruídos dos aparelhos que consertava como técnico de rádio. Daí passou a freqüentar com tal assiduidade espetáculos do gênero que se tornou conhecido de instrumentistas e maestros, que o convidaram a matricular-se num curso. Perto do fim do curso, Compan foi obrigado a abandoná-lo por dificuldades financeiras. Quando o conheci, morava na travessa Vileta, a do antigo Cine Brasil, numa casa de cômodos ou algo assim. Nunca mais o vi nem soube dele. Que bela página biográfica não daria!

Otto Maria Carpeaux,, autor, entre outras obras, de "História da literatura ocidental", redator e editorialista do Correio da Manhã e considerado, a despeito da opinião contrária de Oswald de Andrade, um dos mais brilhantes intelectuais do seu tempo, austríaco de nascimento mas radicado no Brasil desde os anos 1930 por força do nazismo e da guerra, nos cedia textos de política internacional. Cavaleri, cujo primeiro nome não me ocorre, também do Correio da Manhã, era o diagramador. Ênio Monteiro(?), repórter da Última Hora, cobria os esportes. Osni Capistrano Silva se encarregava da política nacional. Walmir Alves da Silva se responsabilizava pela fotografia, e o restante de nós dava palpites, ajudava no fechamento e na confecção de matérias não assinadas, inclusive o editorial. Não tenho certeza se havia uma seção dedicada ao movimento estudantil, talvez entregue aos cuidados

do próprio Meritello ou de Osni, que fora (ou era ainda então) titular de uma coluna do gênero em O Municipal. Aliás, não longe dali do velho endereço do jornal do Aragão, a maioria dos futuros fundadores do Vetor e do Curso Lima Souto costumava se encontrar à noite, depois das aulas, em frente a uma padaria que confinava com a passagem de nível à altura da “curva do s”. Era a “Esquina da Legalidade”, apelido que evidentemente evocava a Cadeia da Legalidade comandada por Leonel Brizola em 1961, após a renúncia de Jânio Quadros. Aí pontificava, além dos já citados, Hermes Machado, mais tarde sindicalista e dirigente do PDT local.

O Lima Souto, instalado no mesmo prédio e no mesmo nono andar do Vetor, era um curso preparatório para exames do que na época se conhecia como artigo 99, hoje correspondente ao supletivo. Édson Luís de Lima Souto fora morto pela polícia da Guanabara, durante manifestação estudantil contra o regime ditatorial no restaurante do Calabouço, nas proximidades do aeroporto Santos Dumont.

Parênteses. Parte desse grupo se juntaria a Eldemar de Souza e sua irmã Lindomar de Souza, a professora e hoje também advogada Cândida Helena Machado, ao violonista Darly da Silva Neves, a Sônia Carvalho e à normalista Ana Maria, para montar, no Armando Melo, o “Peço a palavra!”. O espetáculo tinha um formato híbrido, em moda na época, misturando declamação de poemas, canto e pequenas cenas dramáticas. Maurício Mamede e Eldemar escreveram o roteiro, ficando a direção musical a cargo de Francisco Rodrigues, que ainda guarda uma fita cassete com as canções. Colaborei com um indefensável texto panfletário que pretensiosamente classificava como poesia, declamado enfaticamente pela Ana. Horrível! Não ela, mas o escrito, que felizmente perdeu-se numa lixeira da história detentora de admirável senso de equilíbrio. A direção geral foi entregue a Barboza Leite, que deve ter perdido boa parte dos raros cabelos e fumado muito mais do que de costume para, generosamente, acomodar idiossincrasias e pôr toda aquela confusão no palco. A produção era de um tal Grupo Objetivo, que, formalmente, me parece, jamais chegou a existir. É claro que aqui mais uma vez muita gente anônima ajudou, apoiou, participou de várias maneiras. Fechemos parênteses.

Quem sabe o Idivarci Alves Martins não terá conservado algo do Vetor? Faz alguns anos, perguntei-lhe pessoalmente e sua resposta foi negativa. Garantiu que nada guardara, assim como os outros “arquivistas” da equipe, Ediélio e Chico Rodrigues. Minto, Chico, que conservava um exemplar de cada uma das oito edições (menos a de nº 7) da RC, revista que ele mesmo editava durante o ano de 1964, assegura que conserva em algum lugar quase insondável dos seus arquivos um caderno de recortes com artigos seus publicados no Vetor. Abismos de Thomas Mann se abrem aí entre a realidade e a lenda. Abismos não. Exagero. Sequer um fosso. Com efeito, as falhas dessa pequena história podem ser corrigidas, ao menos em parte, tomando os testemunhos dos seus personagens e costurando o bordado nos limites do bastidor. Tudo o mais será considerado desvio ou pormenor que não altera a essência. Feito o fenômeno da dinastia dos zagueiros de nome Ditão, no futebol paulista, comparável a uma hipotética dinastia Jacó que poderia fornecer uma explicação plausível para as idades centenárias dos patriarcas hebreus. Um dia – quem sabe? – alguém dirá, por esdrúxula analogia, que Ditão jogou bola até os 90 anos, assim como garante o Velho Livro que Abraão e Isaac, por exemplo, atravessaram, impávidos, gerações e gerações centenárias, nove fora outros critérios de datação, claro. (GÊNESIS, *passim*. Quanto a Thomas Mann, a obra de onde tirei tais idéias – “José e seus irmãos” – não está ao meu alcance no momento, o que me obriga a deixá-lo fora das referências bibliográficas. Todavia, ainda que de maneira nada ortodoxa, está dado o crédito.)

Mas retornemos à nossa modesta imprensa, Vetor, Jornal da JDC, etc. Ela não desperta nem de longe o interesse que desperta uma certa imprensa com bala na agulha. Com justa razão ou se

trata mais uma vez de adjudicar valor aos grandes personagens, aos episódios que mais chamam a atenção em detrimento da ação anônima e continuada das grandes massas, dos desconhecidos sem rosto na “multidão solitária”? Sou, por motivos óbvios, suspeito para falar sobre isso. De uma forma ou de outra, contudo, não reivindico para nós a primazia dos holofotes. Nem, por justiça, seria o caso. Escrevo porque escrevo. Porque me dá na telha e também porque andaram me cobrando uma abordagem do tema. Considerando que o texto, insisto nessa tese, pode ser uma ventura, uma aventura ou uma escravatura, freqüentemente me perco em calmarias que me desviam do curso. E o pior é que se não descubro os meus caminhos, os meus territórios, muito menos Caxias, a Baixada, o Brasil. Veredas ou nonadas de Guimarães Rosa, sertão, grande ou pequeno, isso é que é história, uma história tirada de histórias.

Outro parêntese. Há quem fique procurando entre nós expressões da cultura e da arte nacionais, gente que, tendo migrado para outras terras, outros destinos traçou às vezes até troçando de nós, botocudos da periferia a adorar os soberanos da grande cidade postos nos altares de adulação onde as celebridades recebem os sacrifícios dos penitentes, romeiros que vêm de longe para as cerimônias de coroação. Satélites, relaxamos na produção e difusão de nossa luz própria, espelhando luminares de outras paragens, ou seja, descuidando da originalidade. Ou cometemos outro equívoco – o de nos comportarmos preconceituosamente contra a metrópole, rejeitando-lhe os bens ou modelos culturais, e supervalorizando, de outra parte, nossas realizações, não raro nossas mediocridades. Nessa linha, corremos o risco de defender a preservação de peças e obras que, bem pesadas as coisas, não valeriam a pena preservar. Isto é: em troca de supostos bens patrimoniais de discutível de discutível préstimo, não compensaria desprezar a possibilidade de avançarmos um processo de urbanização planejado e orientado para contemplar o tradicional e o contemporâneo num mesmo projeto. Evidentemente, tal projeto pressupõe ampla participação de representantes de todos os setores da nossa sociedade, o que por sua vez demandaria severas modificações no nosso modo de conceber e fazer política, admitindo-se, como ponto inegociável, a necessidade de se estabelecer e respeitar uma relação umbilicalmente dialética entre o conceber e o fazer. O problema talvez mereça ser remetido a um outro momento da história, de uma história futura, quero dizer, se me perdoam o paradoxo.

Ora, vejam. Esse é um parêntese anômalo. Não se fecha, pois sigo apreciando a idéia de progresso e preservação. O progresso(?) tem um preço: sacrificar uma parte do passado, argumentaria Pereira Passos. Nesse sentido, às favas com páginas amarelecidas de um Vetor qualquer a ocupar um espaço precioso de um arquivo já abarrotado em demasia de (inúteis) antiguidades, quinquilharias talvez, folhas de uma cidade que é preciso sepultar para que outra nasça, seguindo o perene ciclo de renovação das coisas! Abaixo com prédios onde se abrigavam tais pasquins! Abaixo o que já está pelo próprio desgaste indo abaixo! Mas então o que vale a pena conservar? A pergunta, primária no entender de alguns, sugere a ambicionada receita para fazer omelete sem quebrar ovos, e de novo nos conduz a um episódio bíblico nada edificante. Refiro-me ao engodo de Jacó, que, instigado pela mãe, ludibria o pai e passa a perna no irmão Esaú para assegurar o direito de progenitura e conquistar a prosperidade. Embora sofrendo revés imediato, Jacó demonstra durante o resto da sua vida extraordinária sagacidade e inteligência, superando o irmão em progresso e tornando-se um dos patriarcas do seu povo. (GÊNESIS, 27-49)

A justeza de tal perspectiva – a da inevitabilidade do progresso e a consciência de trator dos seus agentes – não obrigatoriamente se comprova. Penso, digamos, na dificuldade de decidir o que pôr abaixo no Rio de Janeiro para a passagem do metrô e antes para a entrada em cena, em profusão, dos automóveis que começamos a fabricar (ou montar). O problema, aliás, também já está posto para

nós, de Caxias, há bastante tempo, e de forma aguda. Nosso sistema viário encontra-se na encruzilhada entre abrir novos espaços, ampliar ruas, e deixar assim mesmo, como está, o carro adiante de Caxias, o salve-se quem puder, sem pudor, com todo poder ao automóvel. A ponte para a qual desejo apontar é a que leva à consciência urbana, do sentido do urbano, dos estudos que compreendem as suas determinações. A tal identidade por nós buscada ao longo da nossa curta história, segundo diversos estudiosos locais, salvo engano, pouco incorpora desse tema em sua dimensão generosa, ampla, universal. Que cidade emerge das reflexões desses autores na esteira do tempo? Seria possível a existência da cidade sonhada pelos idealizadores de uma Caxias do progresso e do trabalho? Vamos abrir mão de edificar uma Caxias das trilhas do *seu* Francisco, o Barboza Leite poeta, o Barboza artista?

*“Ainda é a várzea um tapete de esmeralda
onde o lazer se propõe em termo de hipóteses,
como enunciam projetos em transcurso
que os poderes públicos demoram a atender.”*
(LEITE, 1986: 16)

Como construir, exigência de seus habitantes na atualidade, um ambiente urbano confortável e salutar, isto é: não opressivo do ponto de vista da circulação do pedestre; não exasperante na perspectiva do motorista e do passageiro; pleno em termos de infra-estrutura; satisfatório quanto à oferta de entretenimento, de serviços, de emprego; digno em seus sistemas de educação e de saúde; confiável relativamente ao policiamento, à segurança pessoal? Solucionar tal sistema de equações – eis as únicas certezas nesse conjunto de incógnitas – implica não perder de vista, jamais, o senso de justiça (quem perde, quem ganha) na distribuição ou redistribuição dos espaços, acatando o direito de moradia, de ir e vir, etc., mas implica igualmente adotar procedimento respeitoso em relação às referências do nosso passado. Todavia, mais uma vez: que significa ser respeitoso para com o passado? Ou, desdobrando a pergunta: que é do passado que deve permanecer presente, até quando e por quê? E aviso logo: nem tudo que se quer guardar, se pode guardar. Se “viver é lutar”, como garante Gonçalves Dias, preservar marcas da história também. Mas igualmente “é luta renhida”.

Sem dúvida que o problema não está restrito a Caxias. Tema recorrente na pauta do urbanismo, pode ser que, quanto à abordagem histórica, venha ocultando quem sabe, aqui e ali, certa tendência para um saudosismo de cunho imobilista, complexo de estátua de sal, à maneira da mulher de Ló do Velho Testamento. Lá, a recomendação para escapar era abrigar-se em lugares mais elevados, montes das cercanias de Sodoma e Gomorra. Donde se conclui talvez que a visão do alto não traria conseqüências nefastas para os envolvidos. Homologamente, o distanciamento crítico reclamado linhas atrás nos permitiria olhar para trás com menos riscos de cometer injustiças com relação a adversários e aliados de ontem. (GÊNESIS, 18: 17, 26)

Nas diferentes esferas da vida nacional, entretanto, a matéria tem sido analisada muitas vezes segundo um viés mesquinho a ocultar mesquinhas disputas, lapidar e genialmente denunciadas por Drummond em poemeto, “Política literária”, dedicado a Manuel Bandeira e publicado em seu livro de estréia, em 1930:

*“POLÍTICA LITERÁRIA
O poeta municipal
discute com o poeta estadual*

*qual dêles é capaz de bater o poeta federal.
enquanto isso o poeta federal
tiro ouro do nariz.” (ANDRADE, 1963:162)*

Entre nós, no âmbito municipal, falta é ardor ao debate. Falta-nos sair dos arquivos esquivos para a letra viva, para os palcos, os palanques, as ruas, as tribunas dos ambientes onde os intelectuais se defrontam, onde as idéias ganham fórum privilegiado. Faltam desafios que ponham frente a frente representantes de correntes e tendências, intérpretes das formas de examinar nossas construções históricas. Faltam Eças, Ramalhos, Quentais e questões coimbrãs, conferências calcinantes. E Mário de Andrade, Câmara Cascudo, Solano Trindade, Paulo da Portela, Candeia, Eneida de Moraes. Efetivamente, carecemos de ambientes que estimulem essa efervescência e gente que meta a mão nessa massa com alguma pitada de fermento. Melhor um debate apaixonado que um debate acabrunhado e teledirigido. A propósito, algumas propostas, escolhidas aleatória e despretensiosamente, poderiam, ao lado de outras mais ousadas ou mais tímidas, ser consideradas pelos próximos desbravadores dessa mata, quer avançando nas trilhas já batidas pelos pioneiros, quer abrindo outras picadas:

a) Quando Caxias se torna cidade: por que o amuleto de algum chefe político pode ter alterado o mapa da Baixada. (Hipótese óbvia: o medo do crescimento de Tenório e seus aliados teria forçado Amaral Peixoto a elevar o então 8º distrito à categoria de município. A referência ao título de um filme de Néelson Pereira dos Santos a partir de roteiro de seu assistente com origem em Caxias, Chico Santos, constitui uma tentativa de pôr em relevo a influência do mito Tenório nessa hipótese. Apoiado quem sabe em Maquiavel ou simplesmente inspirado no próprio sogro, Getúlio, o comandante estaria pensando em confinar Tenório numa área menor e mais facilmente controlável, contando talvez que ele limitasse sua atuação a Meriti. Rogério Torres, Stélio Lacerda, Marlúcia Santos de Souza e Helenita Maria Beserra da Silva adotam propõem hipóteses diferentes entre si para explicar esse ponto, creio.)

b) Nem tantas emoções nem afeto que se encerra no crescimento de Caxias: política e laços de família na história econômica do município. (Um cruzamento dialético da política com as relações de parentesco na economia pode se revelar muito profícuo, assim como combinar reações emocionais com decisões de mercado, quem sabe? Sobretudo num país atravessado de alto a baixo pelo viés cordial, no sentido que Sérgio Buarque dá a essa palavra como alguma coisa que passa, para o bem ou para o mal, pelo coração (cor, cordis, em latim) ou pelos sentimentos antes de passar pela “máscara” da civilização, com sua frieza profissional, técnica, administrativa, digamos, sua polidez. Ninguém vai se aventurar pelos caminhos da história econômica de Caxias como uma terra de oportunidades, ponto de convergência de migrantes em busca de um lugar ao Sol? O horário do comércio na terra das oportunidades é motivo de debates na câmara desde os primeiros tempos do município emancipado. Falar na relação economia/história virou caduquice ou a matemática e a dialética atrapalham? A dialética, aliás, também não abomina nem a memória nem a literatura, não descarta nem Camões nem Herculano, o pai do romance histórico português e autor, por exemplo, de “O bobo”, que recupera a fundação do reino lusitano. (Mencionem-se, nesse caso, como ponto de partida, por exemplo, as pesquisas de Jorge Luís Rocha, de São João de Mariti, e Marlúcia S. de Souza.)

c) Ou colonizado voluntário ou fugitivo na diáspora: o falso dilema dos intelectuais de cidades satélites. (Sem formar uma densa camada de elementos que pensem a sua própria realidade com um mínimo de independência intelectual, econômica, moral e política, os produtores de arte, de cultura e de ciência dos municípios da Baixada Fluminense não formam espírito crítico, não constituem uma explosiva concepção científica do seu ambiente, a tal da massa crítica de que tanto se fala em dialeto tido como atualizado, com seus grandes nomes representando correntes teóricas, linhas de pesquisa e estudo de temas relevantes e assim por diante. Nesse caso, quem tenciona ou consegue dar vãos intelectuais mais altos, não encontrando receptividade nem estímulo nem valorização à altura do seu merecimento ou correspondente ao que lhe oferecem em outros lugares, deixa a Baixada e vai engrossar a caravana do êxodo, da dispersão das inteligências que ajudariam a resolver os problemas da cidade, elevando o seu prestígio e a sua importância no cenário nacional. E quem decide ficar, se curva à precariedade, ora aderindo aos modismos de fora, ora se pondo em atitude oposta, supervalorizando as manifestações e os elementos locais. Mas será que tais opções são as únicas? Não haveria um outro modo de se posicionar, rejeitando a polaridade?)

Sustentando embora posição clara a favor da preservação do patrimônio, defendendo intransigentemente o direito ao contraditório, à contestação dos argumentos, sem descartar as alterações. Precisamos disputar idéias com um mínimo de *parti pris*, pois espírito preconcebido é indispensável entre nós na defesa de qualquer causa. Ao mesmo tempo, não há como dispensar nem frieza nem tirocínio, sem os quais não se pode concluir o essencial sem perder a cabeça, mesmo quando percamos eventuais aliados.

Enfim, já pus no papel o meu pretexto. Quem quiser responder, que responda. Quem quiser calar, que se cale. Se minimizar a importância de certas pessoas, entidades, episódios ou instituições constitui uma abominável tentativa de desmoralizar os pilares da história, ou pôr em xeque os critérios preservacionistas, que assim seja. Pior é se omitir. Ah! Ia me esquecendo. No que me diz respeito, o Vetor continua uma lenda.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALI, Manuel Said. **Gramática histórica da língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 1964, 375p.

ALMEIDA, Tania Maria da Silva Amaro. **Patrimônio Histórico e Preservação**. Inédito, 2002, 4p.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Antologia poética**. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1963, 222p.

ANDRADE, Oswald. **Ponta de lança**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972, 110p.

_____. **Poesias reunidas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972, 144p.

BATISTA, Eldemar, MAMEDE, Maurício. **Peço a palavra**: programa-roteiro, Duque de Caxias, 1968, 9p.

BERGSTEIN, Lena. Desconstrução não é uma metáfora arquitetônica. **Cidade**: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, IPHAN, n. 23, Heloísa Buarque de Hollanda (org.), p. 155-66, 1994.

BÍBLIA SAGRADA (A). Trad. João Ferreira de Almeida. Rio de Janeiro: Imprensa Bíblica Brasileira, 1972.

CANCLÍNI, Carlos Néstor. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. (Trad. Maurício Santana Dias) **Cidade**: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, IPHAN, n. 23, Heloísa Buarque de Hollanda (org.), p. 94-115, 1994.

COUTINHO, Ismael de Lima. **Pontos de gramática histórica**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1974, 357p.

HERCULANO, Alexandre. **O bobo**. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d, 116p.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971, 155p.

KOEHLER, Henrique, S. J. **Pequeno dicionário escolar latino-português**. Porto Alegre: Globo, 1943.

LACERDA, Stélio. **Uma passagem pela Caxias dos anos 60** (Fragmentos de memória e registros diversos). Teresópolis: edição do autor, 2001, 293p.

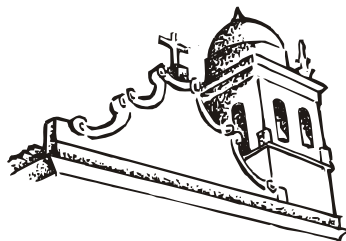
_____. **A emancipação política do Município de Duque de Caxias** (Uma tentativa de compreensão). Revista **Pilares da História**, Duque de Caxias, Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto/Câmara Municipal de Duque de Caxias/Associação dos Amigos do Instituto Histórico, n. 3, dez., p. 9-27, 2003.

LEITE, Francisco Barabozza. Trilhas, roteiros e lendas de uma cidade chamada Duque de Caxias. Duque de Caxias: Consórcio de Administração de Edições, 1986, 19p.

SCORZA, Manuel. **Bom dia para os defuntos**. (Trad. Hamílcar de Garcia) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, 228p.

SILVA, Helenita Maria Beserra da. A emancipação política do Município de Duque de Caxias. Revista **Pilares da História**, Duque de Caxias, Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto/Câmara Municipal de Duque de Caxias/Associação dos Amigos do Instituto Histórico, n. 3, dez., p. 28-36, 2003.

SOUZA, Marlúcia dos Santos. Memórias da emancipação e intervenção no Município de Duque de Caxias nos anos 40 e 50. Revista **Pilares da História**, Duque de Caxias, Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto/Câmara Municipal de Duque de Caxias/Associação dos Amigos do Instituto Histórico, n. 3, dez., p. 37-53, 2003.



EM MARÇO DE 1963, UM DIA NA CAMPANHA ELEITORAL DA UNIÃO CAXIENSE DE ESTUDANTES (Reminiscências)¹

*Stélio José da Silva Lacerda*²

1. Antecedentes da campanha

Em certa noite de fevereiro de 1963, jovens do 25 de Agosto e bairros vizinhos reuniam-se na Praça Roberto Silveira – ainda não cercada por edifícios, razoavelmente arborizada e com bancos espalhados por seus espaços. Como era comum no verão, ali ficavam desfrutando da suave brisa do anoitecer e se entregavam a conversas descontraídas.

Lá pelas tantas, estacionou a “Rural Willys” de Messias Soares da Silva³ – talvez o único motorizado entre eles. Com largos acenos e sorrisos chegou-se ao grupo, onde predominavam estudantes secundaristas e um ou outro vestibulando – em pouco, monopolizava as atenções. Compensando sua pequena estatura com abundância de gestos e metáforas, pôs-se a defender a renovação do movimento estudantil em Duque de Caxias – o que seria possível com a participação nas eleições da UCE (União Caxiense de Estudantes) que ocorreriam naquele ano. Contou que, em contatos com membros da diretoria da CoFES (Confederação Fluminense dos Estudantes Secundários), foi estimulado a disputar aquele pleito.

¹ (...) reminiscência de meus anos de juventude, quando participei do movimento estudantil. Mesmo decorridos 42 anos daquele renhido pleito, procurei reconstituir um dia de campanha, sob o prisma da chapa oposicionista. Personagens e instituições são verdadeiros – tentei ser o mais fiel possível aos acontecimentos, ajudado por pesquisa de apoio que empreendi. Meu relacionamento com Messias Soares limitou-se aos tempos de ACES. Depois, seguimos caminhos diversos, mas preservando a amistosidade no trato pessoal. Ao escrever o primeiro parágrafo senti enorme saudade da Praça Roberto Silveira, aquela dos anos 1960, bem diferente da atual. Mudou para pior, perdeu seu bucolismo, a inocência de jovens que por ali ficavam, em ruidosas conversas e namoros de banco de praça. (...) sei que não se pode deter o “progresso”, o crescimento da cidade. Igualmente, não se pode descartar sua memória. “Pilares da História” tem cumprido sua parte e, aos poucos, contribuindo à preservação de nosso passado. Estamos de parabéns pela retomada da publicação da revista.

² Licenciado em Pedagogia pelo Instituto de Educação Governador Roberto Silveira e em História pela Sociedade Universitária Augusto Mota. Ex-Oficial de Gabinete do primeiro governo do Prefeito Moacyr Rodrigues do Carmo. Ex-Diretor do Departamento de Educação e Cultura/PMDC, do Instituto de Educação Governador Roberto Silveira e da Escola Municipal Marechal Mallet. Ex-Secretário Municipal de Cultura/PMDC.

³ Em 1976, Messias Soares da Silva (1942-2003) elegeu-se vereador à Câmara Municipal de Duque de Caxias. Mais tarde conquistou mandatos de deputado estadual (1983-87) e deputado federal (1987-91, atuando como líder da bancada do PTR na Assembléia Nacional Constituinte). Ao longo de sua trajetória política, percorreu diferentes siglas partidárias – Arena, PP, PDS, PMDB, PTR, PFL, PDT. Em 1992, disputou a chefia do Executivo Municipal, sendo derrotado no 2º turno por Moacyr do Carmo. Nos últimos meses de vida, foi assessor especial do prefeito de Duque de Caxias, José Camilo Zito dos Santos Filho.

Depois de muitas observações e idéias quanto ao referido processo eleitoral, ficou acertado convidar alunos de escolas públicas e privadas para uma reunião, a se realizar na semana seguinte, ali mesmo na Praça Roberto Silveira. No dia marcado, com a presença de muitos estudantes, foram debatidas várias reivindicações estudantis e escolhido Messias para liderar chapa oposicionista nas eleições da UCE.

O passo seguinte foi organizar a chapa, definir seu programa e esboçar as linhas gerais de ação. Após essas medidas, os integrantes da chapa e estudantes que a apoiavam visitaram a Câmara Municipal. Com a intermediação do vereador Álvaro da Rocha Saraiva – um edil que se vestia com elegância, polido no trato pessoal e de estreitas ligações com o “jogo do bicho” –, foram recepcionados pelo presidente da casa, vereador Alayde Esporte da Cunha, que prometeu abrir as portas do legislativo ao movimento estudantil.

Prosseguindo na apresentação às autoridades, o grupo tentou marcar audiência com o prefeito Joaquim Tenório, em início de mandato. Alegando agenda tomada, o prefeito limitou-se a cumprimentar os estudantes e a dizer que iria à posse dos eleitos. A seguir, buscou-se contato com os jornais “Folha da Cidade” e “O Municipal”, principais órgãos da imprensa local. Os diretores daqueles semanários, respectivamente Ruyter Poubel e Euricles Aragão, asseguraram veicular em suas páginas as reivindicações estudantis – sem apoiar esta ou aquela chapa.

Simultaneamente aos contatos com autoridades e imprensa, “Livro de Ouro” arrecadava fundos para a campanha, que iria priorizar as escolas secundárias: Ginásio Municipal “Expedicionário Aquino de Araújo”, Ginásio Ana Maria Gomes, Colégio Duque de Caxias, Educandário Cruzeiro do Sul, Ginásio Santo Antônio e Escola Normal anexa, Ginásio Fluminense, Colégio Primavera, Ginásio Parada Angélica.

2. Passo a passo da jornada de 16 horas

Às seis e meia daquela manhã de março de 1963, a Rural estacionou em frente à gráfica de “Folha da Cidade”, na Rua Vileta – Bairro 25 de Agosto. Com toques de buzina, Messias alertou-me de sua chegada - eu morava do outro lado da rua. Pouco depois, Edésio e Célio Campos juntaram-se a nós. Outros companheiros eram assíduos na campanha, participando sempre que possível: Alter Santos Cordeiro, Everaldo de Carvalho, José Lincoln Barboza Leite, Luiz Carlos Pereira Pinto, Waldyr Viana Salles...

O dia seria longo – iríamos percorrer vários bairros, visitando escolas públicas e particulares. Começava a esquentar as eleições da UCE, a mais importante entidade estudantil do município. Ao liderar a chapa oposicionista, Messias iniciava a trajetória que, anos depois, o levaria a conquistar mandatos legislativos (vereador, deputado estadual, deputado federal).

Antes das sete, chegamos à primeira escola: o Educandário Cruzeiro do Sul, situado na Rua Alberto Torres, bairro Itatiaia. Não passamos da portaria – o diretor, prof. Jair Alves de Freitas, não queria sua escola envolvida em questões eleitorais. Nas circunstâncias, Messias tomou a iniciativa de falar – ali mesmo na calçada da escola – aos alunos que chegavam, enquanto distribuíamos panfletos. Mesmo após o sinal, continuamos os contatos com os que entrariam na segunda aula.

Aproximadamente às nove horas, seguimos para o Ginásio Municipal “Expedicionário Aquino de Araújo”, única escola secundária mantida pela prefeitura. Antes, porém, nos reunimos na Praça da Vila São Luiz com estudantes que ali nos esperavam, a maioria do Colégio Duque de Caxias e do Ginásio “Ana Maria Gomes”. Eles integravam o grupo que dava sustentação à nossa candidatura.

Esparramados nos bancos da praça, improvisamos uma reunião a céu aberto e distribuímos material de divulgação da chapa. Entre sugestões para agilizar a campanha, tomamos conhecimento

de uma novidade: em abril, na Escola Abraham Lincoln da Associação Espírita Cairbar Schutel (situada na Rua Flávia, próxima ao centro), seria instalado provisoriamente o Instituto de Educação de Duque de Caxias, que iniciaria seus trabalhos com turmas de ginásio. Naquela ocasião, estava sendo construído na Rua General Mitre, bairro 25 de Agosto, o prédio que abrigaria aquela unidade escolar estadual, mais tarde denominada Instituto de Educação “Gov. Roberto Silveira”, cuja inauguração ocorreria em junho de 1964. Combinamos uma visita aos ginasianos de nosso futuro instituto de educação, tão logo possível.

Após aquela reunião em praça pública, dirigimo-nos ao “Aquino de Araújo”. Encaminhados à sala da direção, fomos recebidos pelo diretor do ginásio, prof. Jorge Fortunato. Inteirando-se de nossos objetivos, acertou que prolongaria o recreio por 15 minutos – tempo que disporíamos à comunicação com os alunos. Em relação ao turno da tarde, ficou combinado idêntico procedimento.

Com gesticulação irrequieta e atropelando as palavras, Messias disparou promessas: passe livre para estudantes nos transportes coletivos (em vez de desconto de 50% nas passagens, como estabelecia a Deliberação n.º 343, de 04/7/1955), mais vagas em escolas públicas, material escolar a preços especiais, criação de grêmio estudantil nas escolas... Os estudantes ouviam com atenção, procurando compreender o que aquele baixinho falava com tanta ênfase. Seu jeito elétrico – uma “metralhadora giratória”, como diziam seus companheiros –, contrastava com sua minguada presença física. Por quase trinta minutos durou a esticada do recreio, inclusive com distribuição de panfletos. Para nós, o contato daquela manhã fora dos mais proveitosos.⁴

Às onze e meia, deixamos o “Aquino” para retornar às 15 horas. Sem perda de tempo, a “Rural” tomou a direção da Rua Maria Luíza Chaves, no centro da cidade, a fim de alcançar a saída do turno da manhã do Colégio Duque de Caxias. Tínhamos ali muito apoio, pois alguns de nossa chapa eram seus ex-alunos - era o caso do próprio Messias.

Nossa chegada coincidiu com o término das aulas, facilitando a panfletagem. Além de contatos com os ginasianos, estivemos com os professores Abelard Brayner, Hermínia Beraldi, José Carlos Gonçalves Pereira e Heitor Combat, recebendo deles palavras de incentivo. Diretor do Ginásio Primavera, o prof. Heitor Combat prometeu facilitar o acesso aos alunos de sua escola. De igual modo, o diretor do Colégio Duque de Caxias, Dr. Ely Combat, foi receptivo à nossa campanha desde que não afetasse o andamento das aulas.

Passava de meio-dia e meia quando fizemos pausa para reforçar o estômago - tudo por conta da “verba” liberada pelo Sr. Antônio Soares da Silva, pai de Messias. Seguimos a pé até a Av. Plínio Casado, onde nos fartamos com vitaminas e salgadinhos da confeitaria “Bravoli” – pastéis, quibes, empadas, sanduíches...

Voltamos à Vila São Luiz, por volta de uma e meia da tarde. Naquela praça arborizada, relaxamos um pouco das tensões do dia – ainda era cedo para o encontro com os alunos do ginásio municipal. Passamos a avaliar os rumos da campanha e a inclusão de questões nacionais em nossa ação política. Na ocasião, as “Reformas de Base (agrária, urbana, bancária, educacional e política)” –

⁴ Nos primeiros tempos de vigência da Deliberação nº 343, de 04/7/1955, linhas municipais de lotações resistiam à concessão de abatimento de 50% nas passagens. Em depoimento ao autor, o professor e líder sindical Newton de Almeida Menezes lembra que surgiram desavenças entre trocadores (que cumpriam ordens patronais) e estudantes, entre as quais uma de grande repercussão: a navalhada desferida por um trocador no estudante Ariovaldo do Nascimento - que, anos depois, atuou como jornalista na Baixada Fluminense. Em protesto, foram exigidas providências ao delegado de polícia Amil Ney Rechaid e à Câmara Municipal.

defendidas pelo governo Goulart – eram apoiadas pela UNE (União Nacional dos Estudantes) e Ubes (União Brasileira dos Estudantes Secundários), levando o movimento estudantil a juntar-se à área popular e progressista na luta pelas reformas.

Hesitávamos em introduzir temas nacionais na campanha. Embora não tivéssemos conhecimentos aprofundados, não ignorávamos a importância das reformas à modernização do país. Era indispensável, contudo, considerar que alunos do primário e do ginásial, na faixa dos sete aos quatorze anos, eram majoritários entre os filiados da UCE. Estariam eles interessados em questões nacionais?!... Naqueles idos, excetuando o Curso Normal anexo ao Ginásio Santo Antônio, a cidade não dispunha de cursos científico e clássico – cujos alunos eram potencialmente mais sensíveis a temas daquela abrangência. Depois de considerar prós e contras, decidimos priorizar os assuntos locais, enquanto as “Reformas de Base” seriam mencionadas nos encontros com alunos do noturno.

Perto das 15 horas voltamos ao “Aquino”, conforme acertado com o prof. Jorge Fortunato. O recreio foi esticado em quase meia hora e Messias repetiu sua performance matinal. Às 17 horas, deixamos a escola e lanchamos em padaria da Vila São Luiz. Anotecia, quando seguimos para o Parque Lafayette, onde acompanháramos a entrada dos alunos do Ginásio Ana Maria Gomes, às 19 horas.

O prédio da Rua Maria Luíza Reis, s/nº, abrigava duas escolas: o Grupo Escolar “Duque de Caxias” – escola estadual que ministrava o curso primário – e o Ginásio Ana Maria Gomes, mantido pela Campanha Nacional de Educandários Gratuitos. Portanto, no mesmo espaço físico funcionavam duas unidades de ensino – durante o dia, o primário; à noite, o ginásio comercial. Em 1963, aquele era o maior prédio escolar existente no município, atendendo em torno de dois mil e quinhentos alunos.

Representando a diretoria do ginásio, o prof. Américo Salgado autorizou o acesso de Messias e mais dois companheiros. Depois de ouvir nossas pretensões, marcou para a semana seguinte um encontro com representantes de turmas, a se realizar em sua presença. Além disso, não permitiu que circulássemos pela escola e distribuíssemos material de divulgação. Pelo que percebemos, o referido encontro seria meramente formal – devidamente monitorado pela direção do estabelecimento. Era preciso encontrar outros meios de levar nossas mensagens aos alunos.

Para realizar um balanço da campanha, fomos à Praça Roberto Silveira, onde fomos o estômago com sardinhas fritas e caldo verde no restaurante “Mira Serra”, ainda por conta da “verba” de seu Antônio – passava das vinte horas. Em relação ao Ana Maria Gomes, concluímos que – independente da reunião com os representantes de turmas – era necessário panfletar nas proximidades da escola, na esquina da Rua Maria Luíza Reis com a Av. Nilo Peçanha.

Em relação ao Ginásio Santo Antônio as dificuldades de acesso eram maiores. Não conseguíamos ser recebidos pelas irmãs franciscanas, avessas ao movimento estudantil. A abordagem às alunas era feita nas proximidades da escola, especialmente na esquina da Rua Bittencourt com a Av. Nilo Peçanha, local obrigatório de passagem. Seguindo recomendações das mães, ginásianas e normalistas se mostravam arredias – as posições conservadoras predominavam nos círculos católicos.

Para contornar as barreiras à comunicação, procuramos alternativas. E uma delas ganhou força – tentar a aproximação na missa dos domingos, às 10 horas, na igreja matriz. O melhor momento seria após o ofício religioso, antes que elas se dispersassem. Nossos adversários, entretanto, tinham maior aceitação na comunidade católica e nossas tentativas deram resultados inexpressivos.

Com a criação da AJA (Associação de Jovens Amigos) na Igreja Matriz de Santo Antônio, no início dos anos de 1960, os jovens católicos passaram a ter uma entidade representativa. Um de seus líderes, Wilson Campos Macedo, projetou-se politicamente na cidade: elegeu-se vereador em 1970,

renovando o mandato em 72, 78 e 82 (em 1985, foi assassinado em circunstâncias ainda não totalmente esclarecidas). Nas eleições de 1963 da UCE, a maioria dos militantes católicos apoiou a chapa situacionista, liderada por Natalino de Abreu.

Após as avaliações, demos por encerrada a jornada daquele dia – a militância estendera-se por quase 16 horas. Acertamos, porém, para a próxima semana a interiorização de nossa campanha – visitaríamos o Colégio Primavera, no 2º distrito, e o Ginásio Parada Angélica, no 3º distrito.

3. Três meses após a jornada: derrota nas urnas e fundação da ACES

A concentração da campanha em ginásios e o pouco empenho em filiar estudantes à UCE, contribuíram ao fracasso eleitoral. Enquanto isso, a outra chapa intensificava filiações e se aproximava das escolas primárias. Os votos dos ginásianos – pelos quais tanto lutávamos – não eram decisivos. Na verdade, o eleitorado concentrava-se em escolas primárias, principalmente nas municipais.⁵

A disputa eleitoral vitalizou o movimento estudantil em Duque de Caxias – o pleito de 1963 foi marcante na história da UCE. Eleição de “chapa única” dificulta a formação de dissidências, mas não favorece a renovação de quadros e lideranças. A tendência à pluralidade afirmara-se no ano anterior, em 1962, quando surgiu a ADEC (Aliança Democrática Estudantil Caxiense), fundada por estudantes interessados nos grandes temas nacionais, sem perder de vista as questões locais. Presidida por Dirceu José de Souza, acompanhou de perto aquelas eleições.

As posições acirraram-se ao longo da campanha. No dia do pleito, evidenciou-se a manobra de Alberto Jeremias de Andrade, presidente da UCE: a filiação em grande escala de alunos do curso primário, com perfil de “votos de cabresto”. Sob o impacto daquele expediente, a chapa de oposição invadiu os locais de votação e “confiscou” as urnas, encaminhando-as imediatamente ao fórum da cidade. Não se envolvendo na questão estudantil, o cartório eleitoral limitou-se a mantê-las sob custódia. Dias depois, a diretoria da UCE marcou novas eleições, realizadas sem a participação dos opositoristas – a dissidência se aprofundava. Como era previsto, foi eleita a chapa oficial.

O conflito eleitoral gerou uma dissidência na UCE, que culminou com a criação da ACES (Associação Caxiense de Estudantes Secundários), em 26/6/1963. A assembléia de fundação realizou-se na ex-sede do Clube Aliança (Travessa Manoel Corrêa, próximo à Praça 23 de Outubro) e contou com a presença do estudante Aloisio Oliveira de Brito, 1º vice-presidente da CoFES (Confederação Fluminense de Estudantes Secundários), que endossou a iniciativa.⁶

Com poderes para elaborar os estatutos, a assembléia de fundação elegeu uma diretoria provisória: presidente – Messias Soares da Silva; vice-presidente – Stélio José da Silva Lacerda; secretário – Alter Santos Cordeiro. Em julho daquele ano, a ACES foi instalada em salas alugadas em prédio da esquina da Av. Rio-Petrópolis com a Av. Nilo Peçanha, acima das “Lojas Pernambucanas” e com acesso ao lado do “Bar Elite”. Nos fins de semana, a associação promovia eventos culturais para agregar seus filiados.⁷ **(5)**

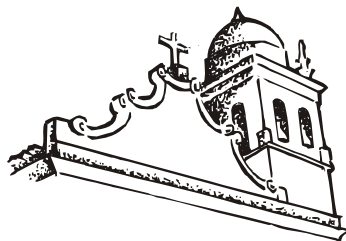
⁵ Em meu livro “Uma passagem pela Caxias dos anos 60” - Gráfica SHAOVAN Ltda., Mesquita, 2001, pp. 205-210, abordei as eleições realizadas na UCE, em 1963.

⁶ A ata de fundação da ACES foi publicada em “Caxias, ponto a ponto”, de Laís Costa Velho – Duque de Caxias, Editora Agora, 1965, pp. 129 e 130.

⁷ Quando sua receita era insuficiente, a ACES valia-se de ajuda financeira do Sr. Antônio Soares da Silva, pai de Messias, para custear seus encargos.

No segundo semestre de 1963, coexistiam três entidades estudantis em Duque de Caxias: UCE, ADEC e ACES - após o 31 de março de 1964, elas se esvaziaram. Em 1966, com a criação do Curso Superior de Formação de Professores para o Ensino Normal (Pedagogia) no Instituto de Educação “Gov. Roberto Silveira”, o movimento estudantil ganhou novo alento. Para representar seus alunos, em 23/4/66 foi fundado o CAEC (Centro Acadêmico Euclides da Cunha), que funcionou até 1969 - quando suas atividades foram encerradas por força do AI-5 (Ato Institucional n.º 5, de 13/12/1968), que suprimiu o estado de direito no país.

Nos anos 50 e 60, os estudantes de Duque de Caxias organizaram-se em entidades representativas que lutaram pela meia passagem e/ou gratuidade nos ônibus, ampliação da rede pública de ensino, construção de biblioteca pública, criação de escolas de ensino médio, instalação de espaços culturais... Entre as lideranças estudantis daqueles anos, estavam Adalberto Pereira, Alberto Jeremias de Andrade, Alcmeno Bastos, Antônio Carlos Menezes, Antônio Carlos Meritello, Dalva Borges, Dalva Lazaroni de Moraes, Dirceu José de Souza, Eldemar de Souza, Everaldo de Carvalho, Fernando Lapoente, Elusa Sílvia de Oliveira Menna, Gênese Pereira Torres, Graziela das Neves, Heleno Augusto de Lima, Hermes Araújo Machado, Ivan da Silva Gomes, José Lincoln Barboza Leite, Krylof Ivan de Souza, Messias Soares da Silva, Misael Lustosa, Murilo Vieira, Natalino Ferreira de Abreu, Natanael Rohr da Silva, Paulo Roberto Guerreiro, Rogério Torres da Cunha, Ubiratan Marques, Vilson Campos Macedo, Wilson Vidigal...



A DEGRADAÇÃO DOS RIOS NA BAIXADA FLUMINENSE: UMA ANÁLISE SOBRE O RIO BOTAS NO BAIRRO ITAIPU – BELFORD ROXO

Vitor Oliveira de Vasconcelos¹

Considerações iniciais

A Baixada Fluminense tem despertado atualmente a atenção de estudiosos de diversos campos da pesquisa, além, é claro, da área que se tornou fonte de preocupação da humanidade, o meio ambiente e a questão ambiental. O entendimento sobre a questão ambiental, assim como o tratamento dado à participação da população na intervenção do seu espaço para melhoria do ambiente se fazem necessários, pois “no uso cotidiano dos espaços, dos equipamentos e serviços urbanos, a população sente diretamente o impacto da qualidade ambiental”. (Costa, 2004, p. 2).

É dentro deste arranjo e tomando como suporte teórico a geografia humanística que o presente artigo vem buscando ampliar reflexões acerca da degradação dos rios na Baixada Fluminense, exemplificado pelo rio Botas, em especial o trecho situado no bairro Itaipu, no município de Belford Roxo. Tendo em vista os apontamentos supramencionados, o presente artigo encontra-se estruturado em quatro itens, a saber: 1. Algumas concepções de lugar a partir da Geografia humanística; 2. A dinâmica e os ambientes dos rios na Baixada Fluminense; 3. Rio Botas: problemas e possíveis soluções; e 4. O comportamento dos moradores: breve discussão a partir das percepções do seu lugar.

1. Algumas concepções de lugar a partir da Geografia humanística

A Geografia, assim como as demais ciências, vem buscando se posicionar de uma maneira que se adeqüe às rápidas transformações que estão ocorrendo na atualidade em quase toda a superfície terrestre no que diz respeito à economia, ciência e cultura. Porém, dentro desse contexto de transformações, onde temos internacionalização, globalização e mundialização que estão vindo à tona e desencadeando uma série de debates e reflexões a respeito da sociedade atual e a não preocupação com o seu meio imediato, como bem explicita Haesbaert (2001, p. 13):

“A globalização contemporânea é vista antes de tudo como um produto da extensão cada vez mais ampliada do capitalismo e da sociedade de consumo, acarretando uma crescente mercantilização da vida humana, que teria atingido níveis inéditos na história. Numa sociedade moldada pelo

¹ Geógrafo, pós-graduando em Planejamento e Gestão Ambiental pela Universidade Veiga de Almeida (UVA), professor da rede Abeu de ensino, professor contratado do Estado – Metropolitana I.

fetichismo da mercadoria, dominada pela lógica contábil em que tudo é transformado em grandezas abstratas, passível de ser comprado e vendido, fica difícil imaginar a manifestação de culturas ou 'civilizações' com distintos padrões de organização e sociabilidade”.

E ainda a respeito deste tema, autores como Huntington, citado em Haesbaert (2001, p. 12), vão mais além e discutem a origem de novos conflitos que terão como fonte básica a ordem cultural, compreendendo o que Huntington denomina de “choque de civilizações”, ou seja, as diferenças culturais entre as civilizações são mais relevantes que as de ordem econômica e política, daí se compreender a origem do conflito.

Essa ampla discussão a respeito de um mundo cada vez mais global no sentido econômico que se apresenta é que desperta atenção dos geógrafos para a diferenciação dos lugares como demonstra Harvey (1992): “quanto menos importantes as barreiras espaciais, tanto maior o incentivo para que os lugares se diferenciem de maneira atrativa ao capital”.

O conceito geográfico lugar, agora em tela, é discutido não apenas pelo viés econômico como expressa a citação de Harvey, mas também por toda a conjuntura da percepção do indivíduo em relação ao seu ambiente imediato. Diante de tal levantamento, fica explícito que as experiências vividas pelo homem em seu lugar – no que se refere a laços de afetividade que o deixam em contato direto com o meio imediato – devem ser levadas em consideração na análise das ciências, no caso, na análise geográfica. Há, no entanto, que se ressaltar que essas experiências do homem em seu lugar somente há pouco tempo foram trazidas para o debate acadêmico geográfico, como bem observa Mello (1990, p. 91): “... somente nas últimas duas décadas a Geografia passou a utilizar a experiência vivida como instrumento de investigação, muito embora o relacionamento dos seres humanos com o meio seja pertinente com os princípios deste saber”.

Então, sabendo da importância de se considerar a experiência que o indivíduo carrega consigo em relação ao lugar, a ciência geográfica trilhou um caminho para introduzir o homem como ser pensante em suas pesquisas. No entanto a disciplina escolar ainda continua a menosprezar esse rico acervo de informações trazido pelos educandos/ indivíduos para sala de aula, como demonstra Mello (1990, p. 91): “... a disciplina escolar, ainda hoje, menospreza o rico material de experiências do mundo vivido e evidentemente as fantasias e concepções que derivam dessas vivências”.

Depois de ser exposta toda a problemática que se apresenta no cenário acadêmico geográfico, pairam ainda nas sombras do desenvolvimento deste artigo as devidas definições dos conceitos e categorias que estão sendo trabalhadas. De acordo com as palavras de Mello (1990, p. 92) sobre o que se convencionou chamar de Geografia humanística, pode-se extrair um suporte enorme para se buscar uma definição e entendimento para essa corrente de pensamento geográfico. Diz o autor:

“O humanismo em Geografia desenvolveu-se como reação à certeza e precisão do positivismo em sua postura reducionista. A abordagem humanística se apóia nas filosofias dos significados – tais como a fenomenologia, o existencialismo, o idealismo e a hermenêutica –, procurando compreender, por intermédio da experiência vivida pelos indivíduos e grupos sociais, o que é o mundo vivido. Para tanto, o pesquisador deve entranhar-se, sem preconceitos, nos significados que os

seres atribuem aos espaços e lugares, visando a compreender suas alegrias e carências para então tentar influir e agir na construção de um espaço mais humanizado”.

Neste fragmento, fica explícita a visão antipositivista da Geografia humanística. Passa-se, então, a resgatar o homem tratando-o com todos os seus atributos, fazendo dele produtor e produto do meio. Busca-se, agora, a interpretação pessoal, fruto das experiências vividas, já que o humanismo rechaça a idéia de um mundo preciso. Simplificadamente, então, a Geografia humanística pode ser definida como uma corrente que procura interpretar a multiplicidade dos acontecimentos do mundo vivido, trabalhando com os valores e sentimentos dos indivíduos.

Alguns autores que trabalham com a Geografia crítica, como Carlos (1996), nos remetem à noção de lugar, fazendo uma ponte com a visão Lefebvriana, além de se referir também à tríade do espaço vivido, concebido e percebido. O conceito lugar que agora se descortina, vem mostrar que a importância de se pensar a história particular de cada lugar se faz necessário, pois a cultura a tradição e os hábitos que passaram por um processo, agora se diferenciam e vão se “... construindo e se impondo como consequência do processo de constituição mundial”. (Carlos, 1996, p. 20) De acordo ainda com Carlos (1996, p. 20), o lugar “... é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitante – identidade – lugar (...) é o espaço passível [de] ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo”. E pensando ainda o lugar como espaço vivido, espaço como o homem percebe o mundo através de seu corpo, a autora supracitada argumenta:

“O lugar é porção do espaço apropriável para a vida – apropriada através do corpo – dos sentidos – dos passos de seus moradores, é o bairro, é a praça, é a rua, e nesse sentido poderíamos afirmar que não seria jamais a metrópole ou meso a cidade lato senso a menos que seja a pequena vila ou cidade – vivida/conhecida/reconhecida em todos os cantos”.

Vale a pena desviar um pouco o enfoque dado ao conceito lugar, em relação às práticas cotidianas da sociedade, e pormos em evidência que o lugar também pode ser palco para as relações de poder, no sentido de que ao apresentar-se vazio, amplo e com uma certa monumentalidade estará aí caracterizado um espaço impeditivo – o espaço do poder. Sobre o exposto, Carlos (1996, p. 23) argumenta:

“... o que se revela no lugar não é apenas a história de um povo, mas o peso da história da humanidade. O lugar é também o espaço do vazio que se refere ao da monumentalidade do poder.” Como exemplo a “Esplanada dos Ministérios em Brasília: amplo, monumental e vazio (...) a monumentalidade do espaço do poder é vazio, impeditivo.”

Trazendo também para o bojo desse artigo questões concernentes a espaço – lugar – e “deslugar” na visão de Mello (1997), para uma melhor aplicabilidade do conceito aos possíveis estudos a serem delineados no futuro, se faz necessário, pois, diferenciar que a visão, ou mesmo a relação dos indivíduos com o seu meio não se dão da mesma forma. Nesse sentido, então, fica claro que espaço e lugar são distintos e sem sombra de dúvidas ao analisarmos ambos os conceitos serão

respeitados suas individualidades e singularidades. O espaço é, nas palavras de Mello (1997, p. 95), “aberto, livre, amplo, vulnerável e provoca medo, ansiedade, desprezo, sendo desprovido de valores de ligação afetiva”, enquanto que o lugar é “fechado, íntimo, humanizado”. Porém, dentro deste contexto, pode-se chamar a atenção para um fato: o local pode ser espaço ou lugar em questão de horas. Nas palavras de Mello (1997, p. 95), tal fato pode ser assim explicado e exemplificado:

“O apinhamento populacional, o corre-corre diário e as experiências repetidas convertem as áreas centrais das cidades, no horário normal de trabalho, em lugares. À noite e nos finais de semana, os centros são, durante ou principalmente depois dos horários das sessões de cinema e teatro, locais de encontro, permanência e vivência de parcelas consideráveis de artistas, homossexuais, boêmios, alcoólicos, prostitutas de ambos os sexos, desocupados, pedintes etc. Para esta gente, o centro é uma extensão do lar, ou o próprio lar, logo, lugar. Mas, para quem percorre esses pontos, de dias, com desembaraço (lugares), os centros das cidades, à noite – desertos ou freqüentados por “pessoas exóticas” – são evitados e causam aflição, sendo portanto espaços.”

O local, como visto, pode se transformar em espaço ou lugar, contudo para ser elevado à categoria de lugar (ainda que passageiro) o local não precisa ser investido de carinho, e sim ser apenas um ponto de significação, ainda que por uma única vez. Porém ao analisarmos de forma inversa, ou seja, a transformação de lugar para espaço, devemos ter em mente que tal processo se dá por motivos de dor ou vergonha. Tuan (1983, p. 155) deixa bem claro tal transporte de lugar para espaço nessa passagem de sua obra:

“Na ausência da pessoa certa, as coisas e os lugares rapidamente perdem significados, de maneira que sua permanência é uma irritação mais do que um conforto. Para Santo Agostinho, a sua cidade natal, Tagasta, transformou-se com a morte de seu amigo de infância. O grande teólogo escreveu: ‘Meu coração estava agora dilacerado pela dor e para todos os lados que eu olhasse só via a morte. Meus lugares familiares tornaram-se cenários de tortura para mim, e meu próprio lar tornou-se um sofrimento. Sem ele, tudo que fizemos juntos tornou-se uma experiência insuportavelmente dolorosa (...) odeio todos os lugares onde costumávamos nos encontrar...”

Uma outra questão surgida no âmbito da Geografia humanística compreende-se por “deslugar”. O “deslugar” pode ser compreendido como um vazio de significado das experiências vividas. No entanto as paisagens – que mudam as suas identidades de acordo com o modo em que são experiências – podem ser admiradas (lugar). Para melhor compreensão do exposto, Mello (1997, p. 103) escreve:

“As favelas construídas nas encostas dos morros do Rio de Janeiro, dotadas de caminhos íngremes podem parecer deslugares para o estranho,

porque são 'feias', 'caóticas', sem muita diferenciação, mas para os seus habitantes e freqüentadores – utilizam-se livremente as próprias palavras de Relph, essas combinações de ordem humana e natural, centros significantes das experiências do mundo – são lugares”.

A discussão teórica que foi exposta poderá nortear futuros estudos, uma vez que pensar o espaço geográfico enquanto palco de conflitos e interações da sociedade é de fundamental importância, porém pensar o mesmo espaço dando a ele, também, uma significação e contribuição de quem o vivencia torna-se um diferencial valioso na conquista de resultados esperados no lugar de atuação para a construção de um espaço mais humanizado.

2. A dinâmica e os ambientes dos rios na Baixada Fluminense

As constantes transformações que ao longo dos tempos vêm ocorrendo com os ambientes naturais dos rios e seus afluentes mostram uma total falta de preocupação por parte da população e dos governantes. A ciência geográfica se utiliza de métodos como a observação de campo onde atuará o “... reconhecimento das relações entre os processos atuantes nos rios e canais e as formas resultantes, e nas relações entre os tipos de mudanças e as variáveis ambientais locais”, conforme os dizeres de Cunha (2003).

Dentro desse quadro, os estudos dos rios devem se dar com uma visão mais ampliada, ou seja, deve-se buscar compreender toda a bacia hidrográfica no qual o rio em estudo está inserido. De acordo ainda com Cunha (2003, p. 219), “os rios devem ser examinados sob a ótica das bacias de drenagem, uma vez que refletem a forma de uso do solo e sua dinâmica, além de considerar as dimensões temporal e espacial”.

Seguindo então o raciocínio de temporalidade e espacialidade no contexto de uma bacia hidrográfica, as próximas linhas deste artigo versarão sobre a Bacia do rio Iguaçu – Sarapuí, que está localizada na Baixada Fluminense.

A demanda de água vem aumentando ao longo dos séculos onde o seu grau de utilização se dá de forma variada. Somando-se a isso, o seu grau de desperdício e contaminação também está amplamente contido no modo de vida da atual sociedade – modo de vida que é “imposto” pelo modo de produção predominante – que por vezes não se acha responsável por tal alteração e degradação do ambiente, sendo este, na verdade, o responsável direto pela alteração das características do espaço geográfico.

O território brasileiro possui um destaque espacial no que se refere à quantidade hídrica, uma vez que a maior parte da água doce disponível está na bacia Amazônica (situada na região brasileira menos povoada), sobrando “... 27% dos recursos hídricos (...) para 95% da população” (Hirata, 2001). Como a idéia de abundância desse recurso é típica da população brasileira, por muito tempo não se pensou criticamente a respeito do desperdício da água disponível, e a respeito de investimentos para melhorar seu uso de tal forma a proteger o ambiente e a valorizá-lo (por que não?) economicamente. Sendo assim, tal problema brasileiro decorre de uma combinação do aumento exagerado por procuras localizadas e pela crescente degradação da qualidade das águas. Neste contexto, torna-se relevante expor que os processos desordenados de urbanização, expansão agrícola e de industrialização, principalmente a partir da década de 1950, são os principais agravantes para o quadro apresentado.

No cerne desta discussão sobre recursos hídricos brasileiros, convém voltarmos nossa atenção para as bacias hidrográficas, em especial as dos rios Iguaçú e Guandu. No entanto, antes de nos apropriarmos de análise pormenorizada sobre as bacias supracitadas, cumpre uma breve volta ao passado para compreendermos não só a importância hídrica, mas, também, a importância histórica das bacias que deságuam na baía de Guanabara.

No início do século XVI, os colonizadores, ao se depararem com a baía de Guanabara, já chamavam a atenção à paisagem que se descortinava aos seus olhos. Em 1530, quando a sua efetiva ocupação já estava sendo feita por Martim Afonso até a fundação da cidade do Rio de Janeiro feita por Estácio de Sá, franceses e portugueses travaram inúmeras guerras para assegurar a sua localização em mar protegido. Por volta do século XVII, o entorno da baía já estava ocupado, e construções de aterros, assim como conseqüente desmatamento já eram nítidos para se efetivar a expansão urbana. Alguns rios obtiveram destaque na função de ampliar a ocupação na região da baía e outros de “interiorizar” a expansão urbana. O rio Iguaçú teve esta função de facilitar a ocupação na Baixada Fluminense.

Prado (2000, p.53), enfatizando a importância/relevância do rio Iguaçú para a ocupação desta região, contribui:

“O rio Iguassu como os demais rios que cortam a atual Baixada Fluminense, foram os caminhos dos índios e importante meio para os assentamentos dos colonos, a fertilidade do solo que margeava os rios e a relativa tranqüilidade longe das possíveis ameaças de invasões no litoral do Rio de Janeiro foram alguns dos motivos da permanência no solo da Baixada Fluminense. Sendo o rio Iguassu navegável, foi a principal via de acesso para o sertão e um importante dinamizador na formação das freguesias circunvizinhas”.

No final do século XIX, após ter vivenciado inúmeras atividades econômicas nesta região – do açúcar, passando pelos caminhos desbravados para escoar o ouro mineiro, ao café –, a devastação ambiental se acentuou ainda mais com a chegada das ferrovias que acarretaram o assoreamento de rios e sucessivas doenças que assolaram a região, forçando assim o deslocamento da população para as margens das estações. Oliveira (2004, p.19) ao discorrer sobre os problemas ocasionados pela inserção da estrada de ferro no espaço baixadense, sublinha que

“O rio Iguassu sofreu um certo abandono, especialmente no que tange a sua limpeza. Sendo assim, o assoreamento do rio causou intensas inundações em épocas chuvosas, contribuindo para que, em 1855, fosse alastrada uma epidemia de cólera-morbo pela Vila de Iguaçú e freguesias do entorno. [...] o presente cenário de epidemias e decadência econômica juntamente com a parada de trem em Maxambomba, atual Nova Iguaçú, praticamente condicionou a decadência e o fim da vila próspera de Iguassu”.

As indústrias que começaram a surgir, em especial após a década de 1950, com a abertura da rodovia Presidente Dutra, ampliaram, ainda mais, a degradação do ambiente, pois intensificou-se o

lançamento de esgotos, dentre outros fatores, para agravar, de maneira mais alarmante, o estado da Baía de Guanabara.

Após essa rápida passagem pela história, cabe expor a atual situação, a partir de um panorama geral, dos rios que cortam a Baixada Fluminense, estando esta localizadas nas imediações da cidade do Rio de Janeiro.

A Baixada recebeu no início nas primeiras décadas do século XX numerosos investimentos por parte do governo federal para combater às enchentes. Caso verificado na obra de Torres (2004, p.185) ao afirmar que

“A obra de saneamento da baixada fluminense encontrou em Nilo Peçanha seu continuador que quase resolveu por completo, ficando apenas algumas regiões onde teimavam existir os pântanos, como assinala o Ministério da Agricultura, em 1923 [...] quando referindo-se a Iguaçu, esclarecia: 'a área de todo o Município é de cerca de 165.000 hectares, isto é, 1.650 km². E de 33.396 habitantes sua população. As características principais da baixada são as terras alagadas ou úmidas, não podendo ser aproveitadas, sem prévios trabalhos de drenagem'”.

Outro que, além de Nilo Peçanha, muito investiu no saneamento, foi Getúlio Vargas, em especial na década de 1930. Esses investimentos foram aplicados em construções como canais, diques, estações de bombeamento que visavam, fundamentalmente, recuperar áreas alagadiças e extinguir o surto de doenças contagiosas de veiculação hídrica. O que chama a atenção neste processo de investimentos é que estas construções foram feitas para atender, ou melhor, facilitar o uso agrícola sem se preocupar com o urbano, uma vez que em tais projetos era admitida a ocorrência de áreas alagadiças ou de inundações.

Com o passar dos anos, por volta de 1950 – década em que se inicia o processo migratório com intensificação mais aguda por volta de 1970 – o Rio de Janeiro recebeu uma numerosa parcela dessa população, que era desprovida de qualquer meio para se manter, e que foi construir suas moradias nas cercanias da cidade do Rio de Janeiro de uma forma desordenada. Atualmente, a Baixada Fluminense conta com uma população de mais de 2 milhões de habitantes, em um espaço marcado pelo crescimento desordenado, que acarreta problemas na configuração do processo de urbanização e também no meio ambiente.

Os problemas encontrados, então, na bacia hidrográfica do rio Iguaçu podem ser articulados com esse crescimento populacional, como mostra o Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Iguaçu – Sarapuí:

- ✓ “ocupação do leito maior dos rios e em muitos casos do leito menor, o tem impossibilitado a construção de avenidas canais e a manutenção os cursos d’água;
- ✓ acelerado processo de assoreamento, devido ao desmatamento das encostas e ao lixo não recolhido por administrações municipais bastante carentes;
- ✓ aumento do escoamento superficial devido a impermeabilização da bacia hidrográfica;
- ✓ destruição das estruturas hidráulicas, particularmente comportas e bombas, para venda dos componentes como sucatas, ou por puro vandalismo”.

Neste primeiro momento, ficam explícitas as alterações que a Bacia do Rio Iguaçu vem sofrendo ao longo dos séculos, seja por sua importância econômica ou estratégica (processo de interiorização do território), ou pelo impacto negativo provocado nos dias atuais pelo homem, fato que será mais bem discutido no próximo subitem.

3. Rio Botas: problemas e possíveis soluções

Todos os anos, no verão, a Baixada Fluminense se torna um palco para os noticiários de todo o Rio de Janeiro, no que concerne aos problemas enfrentados com as chuvas, de intensidades semelhantes, mas que deixam a cada ano que passa uma marca de destruição maior, além de ser crescente também o número de desabrigados por tais fenômenos naturais.

De acordo com o Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Iguaçu – Sarapuí, apesar do abastecimento de água fornecido para os domicílios da Baixada, realizada pela política de saneamento, ter melhorado, é notória a falha no estabelecimento de um aparato de coleta e tratamento de esgotos. De acordo ainda com o mesmo plano diretor, “Hoje toda [a] Baixada é entrecortada por uma rede de valas poluídas que transbordam por ocasião das chuvas, causando sérios problemas de saúde para a população”.

O rio Iguaçu nasce na serra do Tinguá, a uma altitude aproximada de 1000m. Apresenta seu curso no sentido sudeste, com uma extensão total de cerca de 43km, chegando até a baía de Guanabara.² Os principais afluentes desse rio são Tinguá, Pati e Capivari pela margem esquerda e Botas e Sarapuí pela margem direita. Este rio apresenta-se cristalino e sem poluição até atingir a Baixada, onde está concentrada a população, e a partir desta zona de contato o rio torna-se um valão de esgoto sanitário e depósito de lixo a céu aberto, recebendo até efluentes industriais tóxicos.

Algumas obras de macrodrenagem foram realizadas pelo programa Reconstrução-Rio, no trecho que compreende a sua foz até o canal Maxambomba, porém estas obras foram, segundo o plano diretor (1996),

“limitadas por restrições financeiras que repercutiram, basicamente, nas dimensões da seção final degradada e na manutenção de dois obstáculos ao escoamento: a ponte ferroviária do ramal de Ambaí, junto a foz, responsável por uma sobrelevação considerável no nível das enchentes, e a ponte da Av. Estrela Branca, com seção de escoamento insuficiente”.

O plano diretor analisa acertadamente que existem algumas áreas ainda sujeitas a sofrer com as inundações, mesmo após as intervenções realizadas, e se posiciona com a questão de se restringir a ocupação de tais áreas, uma vez que tomando essa medida se evitaria “a execução de obras muito onerosas e pouco duráveis”. É, no entanto, no âmbito das questões das ocupações dos moradores nas margens dos rios que se destaca uma total falta de preocupação com o ordenamento espacial urbano, causando isso os problemas supracitados e que agora, após essa breve discussão, podem ser ilustrados.

Dentro deste quadro, o rio Botas serviu de objeto para uma melhor visualização de alguns desses problemas apresentados em toda a Baixada Fluminense, cabendo agora, então, um estudo pormenorizado de tais problemas onde o detalhamento foi feito através de registro fotográfico. Os

² Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Iguaçu-Sarapuí (1996).

principais poluentes do rio Botas encontrados em levantamento de campo foram o despejo de esgotos domésticos, que, olhando por uma lógica urbanística, se justifica principalmente pelo crescimento desordenado da cidade. As indústrias representam, no âmbito econômico e social atual, a expressão do desenvolvimento, este tão significativo para a forma como se encontram configuradas as feições aparentes do espaço geográfico planetário – globalizado e fragmentado, ou seja, dentro de um contexto de globalização e fragmentação, um país que se encontra desenvolvido industrialmente e militarmente ocupara o centro das decisões no globo terrestre (Haesbaert, 2001).

As vezes o preço a ser pago em nome do desenvolvimento é baixo, a curto prazo, no entanto os resultados são catastróficos a médio e longo prazo, principalmente no que concerne à natureza. O atual estado como se encontra o rio Botas é um dos pequenos reflexos desses conceitos de industrialização “a todo vapor”, considerando-se também a falta de um ordenamento urbanístico que garanta uma louvável proteção aos sistemas ambientais como um todo e não somente aos da Baixada Fluminense.

Sobre os principais problemas encontrados no rio em tela, no bairro selecionado, podemos destacar o entulho e o lixo nas margens, fato que vem confirmar a situação de fragilidade deste ambiente em relação à ocorrência de pancadas de chuva causando, muitas vezes, prejuízos a famílias inteiras.

Os problemas gerados no alto curso do rio (onde está localizada a cidade de Nova Iguaçu) ocasionam seus efeitos no médio/baixo curso (onde está localizada a cidade de Belford Roxo). Porém (e que fique bem claro) o Município de Belford Roxo também é um dos maiores poluidores deste rio. Daí a preocupação deste artigo neste recorte espacial.

Dentro das realidades dos dois municípios (Nova Iguaçu e Belford Roxo), mesmo apresentado autonomia no que se refere à política, economia e administração, o problema ambiental deve ser encarado de uma forma conjunta, onde as partes devem interagir na busca de soluções viáveis a curto, médio e a longo prazos. As soluções a curto e médio prazo parecem ser as únicas viáveis, pelo menos para a grande maioria das pessoas. As secretarias de meio ambiente devem atuar exatamente nesse ponto, propondo e discutindo e executando as melhores soluções para os problemas apresentados.

A Educação Ambiental é uma medida que apresenta resultados longínquos, no entanto são garantidos. A Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente – SEMUAM – de Nova Iguaçu, até o ano de 2004 vinha desenvolvendo um trabalho com as comunidades que moram ao longo do rio Botas para apresentar-lhes os problemas do rio e qual deve ser o papel tanto da prefeitura quanto da comunidade enquanto agente participativo.

Com relação à Prefeitura de Belford Roxo, uma dualidade se apresenta no que se refere aos trabalhos realizados com Educação Ambiental, pois as entrevistas feitas com os moradores do bairro Itaipu, em Belford Roxo, constataram que tais informações não chegam a eles, apesar de a prefeitura deste município afirmar que realiza trabalhos com Educação Ambiental.

4. O comportamento dos moradores: breve discussão a partir das percepções do seu lugar

Ao abordar a questão da percepção ambiental com os moradores, faz-se necessário justificar e explicar alguns pontos antes de prosseguirmos. Para justificar a necessidade de se utilizar a percepção do indivíduo no planejamento e compreensão do ambiente urbano, Costa (2004) expõe:

“Para um melhor planejamento e compreensão do ambiente urbano, fazem-se necessários os estudos que enfoquem a percepção da população em

relação ao meio ambiente, pois no uso cotidiano dos espaços, dos equipamentos e serviços urbanos, a população sente diretamente o impacto da qualidade ambiental”.

Seguindo esta linha, um outro ponto agora a ser explicado e definido diz respeito ao termo percepção. Para definir percepção, Costa (2004) argumenta: “Percepção, por definição, é o ato, efeito ou faculdade de perceber, adquirir conhecimento a partir de algo por meio dos sentidos, compreender, ouvir. Dessa maneira, a percepção tem o sentido de aquisição de informações pelos atores sociais, oriundos da realidade do meio externo e de sua própria interação com o mundo material que os cerca”.

Nesse sentido, pode ser observado o fato de que cada indivíduo percebe o espaço de tal maneira que este espaço torna-se específico para este ator geográfico. No entanto o modo de avaliar, compreender e responder aos estímulos desse espaço também se torna específico. O espaço geográfico, que é produto das relações sociais logo, não sendo “nem a soma nem a síntese das percepções individuais” Santos (2002), está fundamentado como pano de fundo deste capítulo, que, não querendo me fazer ambíguo, se valerá da percepção e do comportamento do indivíduo, de acordo com os dizeres de Santos (2002): “Se o espaço não significa a mesma coisa para todos, tratá-lo como se ele fosse dotado de uma representação comum significaria uma espécie de violência contra o indivíduo e, conseqüentemente, as soluções fundamentadas nessa ótica seguramente não seriam aplicáveis”.

As percepções dos indivíduos frente aos acontecimentos ao seu redor parecem óbvias, no entanto, tal fato, ou melhor, os acontecimentos ocorridos, por vezes não são vistos ou percebidos de uma forma crítica pelos mesmos atores sociais. Em levantamento feito sobre a percepção dos moradores do bairro Itaipu em Belford Roxo, no que se refere à poluição, dando ênfase ao rio Botas, ficou constatado o que já era visto a olho nu e que não era percebido pela maioria dos habitantes.

Ao conversar com os moradores mais antigos sobre as lembranças mais agradáveis do lugar, constata-se que tais lembranças estão relacionadas ao rio Botas, como relata a moradora Gessy Matos de Mendonça, de 67 anos: “Antigamente eu podia tomar banho nesse rio, passava horas pescando sem me preocupar com a sujeira. Parece que foi ontem que parei ao lado do rio para dar banho nas minhas filhas”.

Os moradores mais antigos, de uma forma geral, sentem um desejo muito grande de poder ver novamente o rio limpo. Foram eles os que mais demonstraram preocupação com o meio ambiente, transformando, mesmo que de forma simples, lixo em adubo e/ou conversando com vizinhos para não jogarem lixo no rio. Há, no entanto, um ponto curioso: são os moradores mais antigos que não acreditam que a situação de poluição, enchentes e doenças possam melhorar. Para a moradora Gessy, já mencionada, uma das formas de se “limpar” o rio estaria primeiramente na retirada das casas que ficam nas suas margens, pagando aos moradores uma indenização e depois, com a saída dessas pessoas, “poderia dragar e sanear o rio, criando até um espaço de lazer, como pracinha, para as crianças que brincam na rua”.

O mesmo questionário,³ assim como o mesmo tema das conversas que foram feitas com os moradores antigos, foi aplicado aos moradores recentes para ser confrontadas as opiniões entre eles. Apesar de concordarem que a poluição prejudica não só o rio, mas também eles próprios, o que chamou a atenção foi a falta de percepção e preocupação desses moradores com o ato de despejar

³ Foram entrevistadas ao todo 50 representantes de famílias distintas.

lixo sólido ou líquido diretamente no rio, como comentou o morador Alexandre de Oliveira, que mora às margens do rio: “Moro aqui há pouco tempo, sei que moro ilegalmente e não tenho nenhuma preocupação em jogar o meu lixo no rio. Todos os dias são no mínimo três sacos que jogo nele.”

Perguntado sobre o porquê de não reclamarem na prefeitura a necessidade de um caminhão de lixo para passar na sua rua, a resposta de Alexandre de Oliveira mesmo fica atrelada à ilegalidade de sua casa, por não pagar os impostos. Ou seja, não reclamam porque não se sentem com direito de reclamar como cidadãos, como bem explicita Alexandre: “Eu não posso reclamar porque moro aqui ilegalmente”.

Esse comentário feito pelo morador gerou um questionamento que depois foi verificado e comparado com outros moradores. A pergunta foi: Você acha que por estar morando ilegalmente você pode sujar o rio? As respostas foram curiosamente dadas sem a menor expressão de preocupação, como afirma outra moradora, Júlia Cristina: “Já que estou toda errada, não vejo problema em sujar o rio.” Andando pelas ruas do bairro, notava-se a presença de terrenos baldios não tão poluídos e alguns até sem sujeira alguma.

Num bairro onde é comum se jogar o lixo no rio, por que então não jogar o lixo nesses terrenos? Para responder a esse questionamento, foram formuladas, no meio da conversa informal, duas simples perguntas: O que é poluição para você? Você acha seu bairro poluído? Em relação ao primeiro questionamento, uma moradora que não quis se identificar argumentou: “Poluição é o que deixa o ambiente feio, é jogar lixo em qualquer lugar”. Em relação ao segundo questionamento, as respostas foram muito parecidas, no entanto pouco condizentes com a realidade. Isso quer dizer que os moradores, em sua maioria, afirmaram não achar seu bairro poluído.

O fato mais marcante neste processo de constatação da percepção dos indivíduos frente à poluição no rio Botas é exatamente este. Como pode um morador afirmar que joga três sacolas, no mínimo, nas margens do rio, frisando que sua casa também se encontra na mesma margem, e achar que seu bairro não é poluído?

Para responder ao último questionamento, poderíamos juntar uma parte da resposta da moradora que não quis se identificar quando ela afirma que “Poluição é jogar lixo em qualquer lugar” com a afirmação da moradora Júlia Cristina quando enfatiza: “... não vejo problema em sujar o rio”. A visão de que o rio transporta para longe as sujeiras provocadas pelos indivíduos parece tomar corpo entre os moradores de Itaipu quando suas afirmações sobre poluição não se inserem no quadro da realidade observável. Isso é afirmado porque realmente as ruas do bairro, quando não chove, são limpas, no sentido de que não há sacolas jogadas por toda parte. Porém há que se frisar que os fundos de muitas casas são voltados para o rio e, quando chove, todo lixo arremessado em suas margens é levado, assim como alguns muros e até mesmo casas inteiras com a força das águas.

Algumas medidas por parte do governo de Belford Roxo já estão sendo tomadas, como a melhoria na rede de esgotos e o calçamento das ruas, o que possibilitará a chegada do caminhão que recolhe o lixo em áreas a que antes não tinham acesso. Porém um dos trabalhos mais marcantes que visa levar o conhecimento sobre as questões relacionadas ao meio ambiente está fadado ao segundo plano, a Educação Ambiental, pois nunca, de acordo com as informações dos moradores, foi feito tal trabalho na comunidade.

Para (não) concluir

Este artigo não pretendeu abarcar toda ampla e variada realidade que o assunto proposto traz no seu bojo, e sim dar uma contribuição ao estudo da problemática sobre os recursos hídricos na periferia da metrópole do Rio de Janeiro, tendo Belford Roxo como exemplo. O tema em si é

complexo, trazendo dificuldades que me foram alertadas por amigos de classe e profissionais atuantes no meio ambiente.

A sociedade está em constante transformação, assim como as tecnologias e as ciências, cujas perspectivas de alcance dos seus resultados futuros são ainda imprevisíveis. O que é concreto é o crescimento da exclusão social. Se a população brasileira em geral não conhece a cidadania, esta situação é ainda mais grave num território como Belford Roxo, onde apenas uma ínfima parcela da população conhece seus direitos e reivindica a garantia deles.

A Geografia humanística, utilizada como suporte no estudo revelado, veio contribuir para a constatação do fato exposto, quando um recorte espacial (o bairro Itaipu em Belford Roxo) foi feito e a falta de preocupação e percepção dos ambientes degradados se apresentou verdadeira.

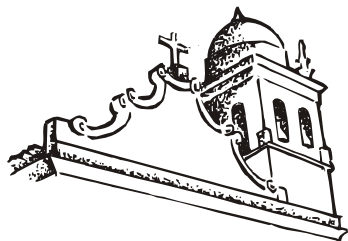
A percepção dos moradores com relação à degradação de seu ambiente foi analisada, discutida e, apesar de ser tão comum e divulgada no circuito acadêmico ou pelos meios de comunicação de massa sobre a problemática referente à destruição da natureza, ainda hoje se vê tal fato ocorrendo sem a menor preocupação, como foi apresentado neste artigo. Há, no entanto, a necessidade de ressaltar que tais moradores, por serem pessoas com um baixo poder aquisitivo e também desprovidas de conhecimento escolar, não atentam para uma visão mais ampla dos resultados de seus atos. Contudo, e o que de mais significativo representou neste momento de análise, foi que mesmo em uma pequena escala – a escala do bairro – a percepção de destruição continuou e continua não sendo percebida.

Considerar como importante a percepção dos moradores talvez não seja de muita valia para alguns pesquisadores. No entanto o que se pode constatar ao longo deste estudo, que foi concretizado fazendo-se uso de entrevistas, conversas informais e fotografias, foi que se houver uma preparação/instrução de tais moradores, os seus atos com relação ao meio ambiente poderiam se converter em melhorias, uma vez que os moradores gostariam de ver seu ambiente melhorado do ponto de vista ecológico. Logo, uma das propostas que visam resolver tais problemas, na concepção do autor, seria a Educação Ambiental na comunidade. Com isso, uma pequena contribuição foi disseminada. No entanto, o estudo está longe de se tornar absoluto para o tema proposto, convergindo apenas para mais uma contribuição nos estudos ambientais, deixando algumas lacunas e questionamentos que precisam ser preenchidos e respondidos para assegurar um futuro melhor do que como está se apresentando a realidade atual no bairro Itaipu em Belford Roxo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Lugar no/do Mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- COSTA, Alexander Josef Sá Tobias da (org). **Arborização Urbana a partir da ótica da População na Grande Tijuca (RJ): A Importância da Percepção Ambiental nos Estudos Geográficos**. In VI CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 2004, Goiânia – Goiás.
- CUNHA, Sandra Baptista da Cunha, GUERRA, Antônio José Teixeira (org.). **A Questão Ambiental – Diferentes abordagens**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- GOVERNO do Estado do Rio de Janeiro. **Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Iguaçu-Sarapuá**. Secretaria de Estado de Meio Ambiente; Fundação Superintendência Estadual de Rios e Lagoas (SERLA). RJ. 1996.
- HAESBAERT, Rogério (org). **Globalização e Fragmentação no Mundo Contemporâneo**. Niterói: EdUFF. p. 11-53, 2001.
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

- MELLO, João Baptista Ferreira. **Espaço Lugar e “Deslugar”** *In*. Redes. vol. 1 – Nº 2 – 1997.
- OLIVEIRA, Rafael da Silva. “O ouro e o café na região de Iguazu: da abertura de caminhos a implantação da estrada de ferro”. *In*.: **Revista Pilares da História**, ano III, nº 04, maio de 2004, pp.7-21.
- PRADO, Walter. **História Social da Baixada Fluminense. Das sesmarias a foros de cidade**. Rio de Janeiro: Ecomuseu Fluminense, 2000.
- SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova – Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.
- TORRES, Gênesis. **Baixada Fluminense: a construção de uma história (sociedade, economia, política)**. São João de Meriti/RJ: IPAHB, 2004.
- TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.



OS CAMINHOS DA FÉ COM A HISTÓRIA DE MAGÉ

Estela Márcia da Paz Moreira de Araújo¹

Visando recuperar o histórico cultural e religioso do atual Município de Magé, na Baixada Fluminense, este trabalho traz em si expectativas que visem explicar a lógica de ocupação, formação e contribuição colonial, já percebida na região. A recuperação histórica é de fundamental importância para a vida acadêmica, mas sobretudo para a vida de toda a população, perpassando pela conscientização de crianças, jovens e adultos que, por desconhecimento, se eximem dos compromissos históricos com a região.

Acreditamos na contribuição deste trabalho não só para o tempo presente, mas sobretudo para o futuro das gerações posteriores que, logo que despertadas, poderão fazer crescer um pólo histórico e cultural no município. Afinal, falar de Magé, é falar de colonização brasileira, é repensar a história nacional, é reconhecer o homem no tempo com seus avanços e limites, é compreender a transformação e participação dos atores sociais do ontem, que podem ter no hoje uma nova interpretação social. Tal reconhecimento parte de um breve histórico da capitania do Rio de Janeiro, que torna possível perceber o envolvimento de Magé na construção da lógica colonial dos séculos XVI ao XVIII, firmando sua forte influência no fazer e no pensar uma história pelo viés de suas primeiras ocupações religiosas.

No século XVI,

*“Houve uma ocupação mais permanente com a presença francesa no Rio de Janeiro. Eles se instalaram no 'fundo do Rio', implementando um trabalho missionário e estabelecendo uma relação de escambo com os Jacutingas. Em troca de madeira e alimentos, os Tupinambás recebiam dos franceses produtos manufaturados. (...) Porém, a atuação francesa foi interrompida em 1564, durante a guerra contra os portugueses. Após essa guerra sangrenta, os portugueses fundaram a cidades do Rio de Janeiro. (...) Os Jacutingas sofreram com a guerra e com a ocupação lusa que os reduziram à escravidão, motivando a fuga para o interior, em direção das matas da Serra dos Órgãos, da Serra do Tinguá e da serra da Taquara”.*²

¹ Graduada pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Duque de Caxias e pós-graduanda da Universidade Federal Fluminense.

² SOUZA, Marlúcia Santos de. **Escavando o passado da cidade. Duque de Caxias e os projetos de poder político local.** Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2002.

Através da Relação de Sesmarias, do monsenhor José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo, séc. XIX, pôde-se perceber as concessões de sesmarias (conforme informações do cartório do tabelião Antônio Teixeira de Melo – 1565-1796).

José Inaldo Alonso afirma que a fundação de Magé deve-se a Cristóvão de Barros e não a Simão da Motta como se pensava, por se tratarem de sesmeiros com doações de terras proporcionalmente diferentes – Barros com 16.000 alqueires, em 1566, e Simão da Motta, apenas 48 alqueires, em 1565, que apesar de ter recebido primeiro, não deu o valor econômico proposto pela Coroa portuguesa. José Inaldo afirma ainda que a religiosidade já era percebida e envolta de fé e tradição.³ Para ele,

“As terras de Cristóvão de Barros não ficaram abandonadas. Pelo contrário! Produziram cana, açúcar, criaram gado para o consumo e para tocar moenda, e extração de pau-brasil, fatores econômicos aglutinadores de população (...)

A presença dos jesuítas em Magé é indiscutível. Vê-se nos dois milagres de Anchieta 'que se encontrava na fazenda do mesmo dono' (Cristóvão de Barros), quando curou com a água do Poço Bento, o morador do Rio de Janeiro que o fora procurar, e amansou o touro indomável. Também na troca de terras, feita com Cristóvão de Barros, escritura assinada na Bahia por Anchieta, então provincial. O sesmeiro permutou uma légua em quadra das que possuía em Macacu, pelas do Colégio do Rio de Janeiro, junto ao Magé-Mirim. Ainda a venda que fizeram, aos carmelitas, da terra herdada de Aires Fernandes, no Iriri.”⁴

Não se sabe quando os jesuítas desistiram da assistência espiritual. Em escritura de 1595, os vemos vendendo aos carmelitas a data de terra que possuíam no Iriri.

É oportuno informar que Magé possuía três engenhos de açúcar, cultivava mandioca, arroz, legumes, café, banana e outras frutas como o cambucá, a jabuticaba e a laranja. Estes produtos eram transportados por terra até os rios Magepe e Iriri nos portos Grande e Magepe, Porto Velho da Piedade e do Iriri, de onde eram conduzidos à cidade. Inhomirim possuía 16 fábricas de açúcar e aguardente, cultivava cana, mandioca, arroz, café, legumes, milho, maçã, marmelo, pêssego, figo, uva, pêra e outras frutas.

Os primeiros assentamentos humanos no Município de Magé, como vimos acima, se deram a partir da construção de igrejas e capelas, por volta da primeira metade do século XVII, atraindo habitantes para o seu redor. A localização dos portos do Recôncavo da Guanabara nas margens dos rios resultou da busca de condições viáveis para as embarcações, devendo-se a isso os núcleos das freguesias de Nossa Senhora da Piedade de Anhum-Mirim e Nossa Senhora do Pilar de Iguaçú.⁵

³ ALONSO, José Inaldo. **Notas para a História de Magé.**

⁴ ALONSO, José Inaldo. *Ibidem*, pp.21-22-29.

⁵ Freguesia de Nossa Senhora de Anhum-Mirim, atualmente localizada na estrada de Bongaba, no bairro de Piabetá, 6º distrito do atual município de magé. Nossa Senhora do Pilar de Iguaçú, atualmente.

Vale ressaltar que ao nos determos nos títulos marianos⁶ dados às capelas da Baixada, encontramos nas informações do frei Aniceto Kroker,⁷ de 1897, que a preponderância dos títulos de Nossa Senhora nas igrejas antigas talvez encontre sua causa no cumprimento dos votos feitos em peripécias do mar, por isso os títulos de Piedade, Guia, Estrela e Ajuda.

Para melhor compreensão desta pesquisa, torna-se interessante perceber os aspectos que norteiam o surgimento das primeiras capelas da região.

Nossa Senhora da Piedade: 1650

A freguesia foi criada pelo Alvará de 1696. Frei Agostinho de Santa Maria, no volume X do Santuário Mariano, em 1823,⁸ fala-nos da milagrosa imagem de Nossa Senhora da Piedade, segundo José Inaldo. Dá-nos curiosas informações sobre a capela e culto, revelando que a sua fundação deve-se ao sargento-mor João Dantas. Porém, as informações referem-se à Igreja da Piedade Velha, no Monte. Monsenhor Pizarro⁹ diz que a única referência à época em que teria surgido é a informação da visita do doutor Araújo, em 1737, que fala em 80 ou 90 anos antes, logo, por volta de 1650.

Encontra-se no Livro de Tombo dos Carmelitas,¹⁰ o testamento de Maria Dantas, filha legítima do sargento-mor João Dantas e de dona Ana Osório. O testamento data de 4 de dezembro de 1698, contrariando assim os dados do frei Agostinho Santa Maria.

Para atender as necessidades dos fiéis, afirma Pizarro que diante da incapacidade do porto e ruína do templo fizeram com que se mudasse posteriormente para outro local mais acessível, uma légua distante, na paragem do Caminho Grande da Fazenda de Magé-Mirim, onde a proprietária, dona Joana de Barros, viúva do capitão Inácio Francisco de Araújo, doou 50 braças em quadra para a edificação da nova igreja, em 10 de agosto de 1748. (A pia batismal¹¹ foi transferida antes de terminar a obra, porém em 1751 a nova igreja se encontrava pronta.) Capelas filiais: Santa Anna, em Iriri, Santo Aleixo e outra em Suruí, mencionada por Pizarro.

Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba: 1647

A freguesia, segundo José Inaldo, também é de 1647. Pelo relato de Frei Agostinho de Santa Maria, o Santuário Mariano, volume X, percebe-se que a edificação da Igreja de N. S. da Guia foi precedida por outra, dedicada a Santa Margarida, a mártir de Antioquia. Diz José Inaldo,¹² inclusive, que a primeira construção foi a do padre Gaspar da Costa, para satisfazer a devoção de sua irmã, Margarida de Lima. Esta era feita de taipa e pilão. Porém, no relato de frei Agostinho encontram-se também os dados referentes a outra ermida dedicada a Nossa Senhora da Guia, na fazenda da Guia, como capela do engenho. Os devotos colocaram a imagem pintada de N. S. na capela de Santa Margarida, e construíram nova igreja, de pedra e cal, que deve ser a atual igreja existente no local, várias vezes reformada internamente.

⁶ Títulos apropriados à crença popular a respeito de Maria, a mãe de Jesus Cristo.

⁷ Vigário O.F.M. (Ordem Franciscana) encarregado de cuidar da Paróquia de Inhomirim, 1945, conforme a obra do aniversário da Paróquia, "250 anos da Paróquia de Inhomirim", em 1946.

⁸ SANTA MARIA, Frei Agostinho de. **Santuário Mariano**. Lisboa, 1823, v. 10.

⁹ ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro E. **Memórias Históricas do Rio de Janeiro**. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1945, v. 3.

¹⁰ Livro de Tombo: Livro de Inventário de terrenos demarcados. A referência carmelita está associada ao convento de filiação e morte da testadora, Maria Dantas, herdeira do sargento-mor João Dantas, proprietário da sesmaria de Magé na segunda metade do século XVII. Conforme o Livro de Tombo dos Carmelitas, A. B. Nac., v. 57, 1939.

¹¹ Local de ingresso à filiação divina, conforme o credo católico. Por meio da ablução ou aspersão da água benta, o crente torna-se purificado de suas culpas e pecados.

¹² *Ibidem*, nota 3.

Foram realizadas duas reformas na matriz da Guia. Uma por volta de 1942, quando os franciscanos administravam, e outra mais recente, pelo padre Montezano.¹³

Os dados do frei Agostinho de Santa Maria ajudam a fixar os pormenores da vida religiosa em Pacobaíba, em especial no século XVII e primeiro quartel do século XVIII. O início da paróquia data de 1647, aproximadamente, mas pelo primeiro livro de assentamentos paroquiais, o começo da paróquia seria em 1683. Adverte ainda que em 1722 a paróquia tinha o título de Santa Margarida. Capelas filiais: N.S. dos Remédios, S. Francisco de Cruará e S. Lourenço.

Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim: 1647 – 1713

A freguesia consta de 1674, conforme pesquisas realizadas por José Inaldo. A Igreja de N. S. da Ajuda de Guapimirim foi edificada antes de 1647. Teve como fundadores os irmãos Pedro Gago e Estevão Gago. Ficava próximo ao rio Sernambetiba, segundo José Inaldo. Demolido o templo, passou a matriz para a igreja de N.S. da Conceição, construída pelo padre. Antônio Vaz Tavares, em 1713, distante três léguas.

Em 1726, Antônio Pacheco Barreto doou o outeiro das Igramixamas, junto ao rio Guapimirim, onde se construiu a nova igreja. Inaugurada em 1753 ou 54, teve seu primeiro pároco em 1750, o padre. Antônio Ribeiro Rangel. Capelas filiais: Santa Anna, 1730, N. S. da Cabeça e N. S. da Conceição.

Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim: 1698

A freguesia de Inhomirim foi criada em 1677. A igreja ficava distante do porto da Estrela duas léguas. Não se sabe quem mandou construir. A sesmaria mais antiga na região data de 1568. Com o abandono do templo, em 1700, na fazenda da Figueira, João Martins Oleiro fez nova doação. Enquanto não terminavam as obras, a assistência paroquial passou à capela de N. S. do Desterro. A construção foi feita em pedra e cal.

Havia sete altares, com o Santíssimo Sacramento no principal. Para manter o culto, uma irmandade assume, em 1764. A igreja de Inhomirim foi elevada a paróquia colada, em 26 de janeiro de 1698 e teve como vigário o padre. Joaquim Moreira, que permaneceu por 46 anos.

No território da paróquia de Inhomirim ficava a fazenda São Paulo,¹⁴ da família do duque de Caxias. E por ela passava o Caminho Novo de Minas. A região paroquial era muito extensa, a freguesia abrangia Petrópolis até a serra dos órgãos. Em 1808, desmembrou-se a região de “serra”, ficando para a paróquia de Inhomirim a área da Baixada, até parte do Meio da Serra. Em 1861, a matriz foi transferida para o porto da Estrela, com permanência efêmera.

Em 1935, a matriz encontrava-se bastante arruinada, foi restaurada a começar de 1933. A obra de restauração foi devida ao esforço do frei Cândido Spannagel, OFM. Capelas filiais: N. S. da Estrela do Mar, 1670, N. S. do Rosário, no sítio de Taquara, 1743, N. S. da Conceição, 1760, N. S. do Amor Divino, 1715, N. S. da Lapa, 1763, Santa Ana, 1770, e Senhor do Bom Jesus de Matosinhos.

São Nicolau, de Suruí: 1628, reedificada em 1709

A freguesia de Suruí data de 1640. A ocupação de Suruí teve seu início de ocupação no século XVI, com a Sesmaria de Inácio de Bulhões (10.9.1565). A primeira construção da igreja foi no sítio Góia,¹⁵ na segunda metade do século XVII, ou até antes, pois seu fundador, Nicolau Baldim

¹³ Padre Montezano é pároco da atual Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade, localizada na Avenida José de Anchieta, Magé-RJ.

¹⁴ A fazenda São Paulo, atualmente bairro Taquara, Município de Duque de Caxias.

¹⁵ Sítio Góia, atual distrito de Suruí, no Município.

recebeu terras em 1614. Porém, pelos cálculos do visitador, doutor Araújo, em 1647. Segundo ele, não teria levado 30 anos para que a devoção do sesmeiro fosse colocada em prática. E, de acordo com a pesquisa da Fundrem,¹⁶ sua construção foi em 1628.

Por volta de 1709, a proprietária daquele momento, Angela Gomes de Parada, empenhou-se junto aos moradores na reedificação da capela. Segundo informações do visitador também, acreditava-se que a região havia sido elevada a freguesia, aproximadamente 90 anos antes, ou seja, ainda no século XVI. Mas ao que se sabe, no período anterior em que até a administração dos sacramentos era realizada, a região já era freguesia, e já contava com a capela de N. S. de Copacabana (suas terras constam da doação de Francisco Gomes da Rocha, em 24 de setembro de 1669) em terras que, segundo o monsenhor Pizarro, pertenciam ao cônego Antônio Duarte Raposo, existente ainda quando da construção da capela de São Nicolau. A freguesia de Suruí, na época, possuía 260 residências e 1.450 pessoas sujeitas aos sacramentos.

Filial, apenas uma: N. S. da Conceição, em Paquetá, fundada por Antônio Nunes da Costa Paquetá, por volta de 1718, que posteriormente sofreu uma reforma por iniciativa do alferes Luís de Souza Vaz (1784). Conforme os relatos de José Inaldo, houve ainda em Suruí uma capela dedicada a São Francisco, fundada em 1616 por Francisco Dias Machado e sua mulher, Isabel Esteves. Porém, o desleixo fez com que o patrimônio se perdesse.

Diante do breve quadro apresentado, podemos compreender que a lógica de ocupação religiosa contribuiu fortemente para a estrutura de freguesia, vila e finalmente município. Porém, não exclui os interesses econômicos que, no contexto geral, tinham extrema importância para aquele momento.

É perceptível que o contexto econômico, preponderante, que se verifica, também, em outras regiões da capitania do Rio de Janeiro, articula interesses dos sesmeiros acomodados à realidade de fé trazida da Europa, mas de alguma forma fazendo-se presente, notoriamente, a preocupação em associar ambos os interesses. Nessa lógica, verifica-se que todas as áreas de terra que aqui foram ocupadas, acabaram por ser transformadas ou em centros comerciais ou apenas em fazendas residenciais.

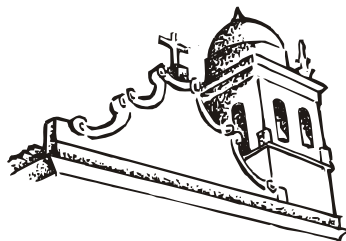
O desenvolvimento no período colonial, tanto no aspecto comercial como social e religioso, veio a sofrer forte queda no século XIX, com a instalação da malha ferroviária. A ferrovia atraiu a tramitação de produtos, dificultando o comércio nas regiões que, anteriormente, o faziam por meio da navegação.

Concluimos portanto que o advento de indústrias, não só a ferrovia, levou as primeiras regiões ocupadas¹⁷ a um esvaziamento, em detrimento de novos pontos comerciais¹⁸ que, no século XX, atrairiam e formariam novos núcleos de ocupação humana e comercial.

¹⁶ FUNDREM, Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 1978.

¹⁷ Período colonial: Anhu-mirim, hoje Piabetá e vizinhança; Sururuí, hoje Suruí; Magepe-mirim, hoje Magé; Guia de Pacopaiba, hoje Mauá.

¹⁸ Novos núcleos comerciais e urbanos surgidos a partir da instalação da estrada de ferro: Imbariê, Parada Angélica, Piabetá e mais tarde, na década de 80, Frágoso.



LANGSDORFF EM INHOMIRIM

Maria Beatriz Leal da Silva¹

Sabemos que o Brasil, logo após a chegada dos portugueses, passou a ser alvo da curiosidade do Velho Mundo. Várias expedições foram organizadas com o objetivo de conhecer a fauna e a flora brasileira. Um dos primeiros a chegar com este fim foi o francês André Thevet (século XVI) que, além da fauna e flora, estudou os nativos da região da Baía da Guanabara. No século seguinte, destaca-se Albert Eckout, um holandês que pesquisou os pássaros brasileiros. Porém, foi no século XIX, período em que as ciências naturais estão em grande evidência, que foram registrados os mais importantes trabalhos de naturalistas. Essas pesquisas ficaram mais fáceis de serem realizadas quando D. João VI inaugurou a era da troca de informações entre o Brasil e os pesquisadores europeus. Destaca-se nesse período o trabalho do francês Debret. Ainda no início do século XIX, outro naturalista francês, Auguste de Saint-Hilaire registrou sua expedição, assim como os alemães Spix e Von Martius.

Essas linhas acima são para lembrar que Barão Langsdorff não foi o pioneiro nesse embrenhar-se pelas matas tropicais do Brasil. No entanto, tornou-se meu objeto de pesquisa por fazer de Vila Inhomirim – Raiz da Serra, como é popularmente conhecida, e local onde moro – seu refúgio por uma década.

George Heinrich von Langsdorff, apesar da origem alemã, veio ao Brasil como cônsul geral da Rússia, instalando-se no Rio de Janeiro. Veio ao Brasil com o mesmo objetivo dos outros naturalistas, estudar esse ambiente novo e quase desconhecido, muito atraente para os cientistas europeus devido à riqueza de sua fauna e flora. Chegou em 1813 e aqui permaneceu até 1830. A expedição de Langsdorff contava também com Rugendas, desenhista e pintor alemão que chegou ao Brasil em 1821.

Antes de se embrenhar pelas matas brasileiras, comprou por 3.600 contos de reis, em 1816, a fazenda Mandioca, pertencente ao sargento-mor José Joaquim de Oliveira Malta. Localizada ao pé da serra de Petrópolis, a fazenda recebeu esse nome pela vasta lavoura de mandioca que era empregada na produção de farinha. A fazenda foi escolhida por Langsdorff por estar localizada em região de clima tropical e chuvas abundantes, o que lhe permitia manter uma amostragem quase completa das espécies da vegetação local. No entanto, um dos principais fatores seria a sua localização, próxima a uma das principais estradas do Brasil na época, o Caminho Novo para as minas aberto por Bernardo Soares de Proença em 1724 e que ligava o Rio de Janeiro a Minas Gerais.

¹ Graduada pelo curso de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Duque de Caxias. Professora da rede estadual de ensino, atua no CIEP 441 (Mané Garrincha) e na Escola Santo Antônio (Magé).

A fazenda Mandioca tornou-se parada obrigatória para os viajantes famosos que se dirigiam ao interior do Brasil. Os visitantes eram cordialmente recebidos pelo barão, assim como os simples tropeiros, pois em suas dependências, havia um rancho especialmente preparado para eles.

Durante as festas do casamento de D. Pedro I com a arquiduquesa da Áustria, vários cientistas e personalidades visitaram a fazenda depois de passarem pelo Porto Estrela, porto por onde as pessoas desembarcavam e que dava início ao caminho de Proença.

Os naturalistas Spix, Von Martius e Saint Hilaire, que estavam no Brasil, deixaram registros de sua passagem pela fazenda no período de Langsdorff. Registrou também sua passagem pela Mandioca o naturalista e explorador alemão Humboldt, além, é claro, de vários artistas que, felizmente, deixaram seus testemunhos iconográficos entre 1817 e 1829. Esses artistas foram Thomas Ender, Rugendas e William Burcheli.

Em 1824, D. Pedro I escolheu a região de Vila Inhomirim para instaurar a Fábrica Real de Pólvoras. Criada em 1808 por D. João VI, a fábrica estava localizada na Lagoa Rodrigo de Freitas e, devido ao perigo que a população ao redor corria, era necessário sua transferência para um lugar mais ermo. Para esse fim, efetuou-se a compra das três fazendas da região: a Velasco (atual Fragoso), a Cordoaria (onde se localiza a fábrica de pólvora) e a Mandioca, do Barão Langsdorff.

Em 1826, contra a sua vontade, o barão vendeu sua fazenda para o governo imperial por 18.248 contos de reis. No mesmo ano, começou a sua expedição pelo interior do Brasil.

Na década de 1980, foram realizados estudos arqueológicos nas ruínas da casa-grande da fazenda Mandioca, o que mostra o interesse por este local tão importante para a história do Brasil e de Magé. Na mesma ocasião (14 de setembro 1988), o jornalista Tim Lopes, na época do Jornal do Brasil, escreveu um artigo com o título “Memórias russas na Baixada”, onde relata um acordo cultural entre Brasil e URSS que previa a transformação da casa em Museu Langsdorff. Envolvidos no projeto estavam o Núcleo de Estudos da Europa do Leste, da Universidade de Brasília, e a Universidade de Leningrado. Além do museu, o acordo previa a cooperação entre ambas as instituições em relação à publicação de documentos da expedição, incluindo o acervo da Universidade de Leningrado. O projeto também recebeu o apoio do CNPq. No entanto, como se trata de Brasil e, principalmente da Baixada Fluminense, o acordo não saiu do papel.

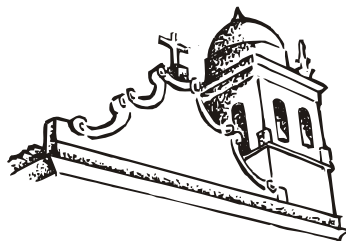
O descaso de nossas autoridades, sejam elas em âmbito federal, estadual ou municipal, é tamanho que praticamente tudo o que restava da fazenda se perdeu com o tempo. Dos 18 cômodos da casa, só restaram algumas pedras de sua fundação. Se não fossem os testemunhos iconográficos, mal saberíamos a sua localização, a não ser por uma ridícula e até engraçada placa colocada pela Prefeitura Municipal de Magé proibindo a entrada de pessoas estranhas no local. Proíbe a entrada, mas ao mesmo tempo abandona a área. A comunidade ao redor da fazenda nem mesmo sabe quem foi Langsdorff, não se importando em pegar algumas pedras das ruínas para usar na fundação de suas casas.

Realizar um estudo sobre a passagem de Langsdorff pela região, valorizar a arquitetura de sua casa, hoje destruída, colaboraria para a história local e para a valorização da auto-estima da população de Raiz da Serra/Vila Inhomirim. Infelizmente, a História, principalmente aquela que não traz lucro com a exploração do turismo, não é prioridade para nossos governantes. Resta a nós, profissionais da História e apaixonados por este ofício, não deixar que toda essa riqueza se perca.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, José Inaldo. **Notas para a História de Magé**. Niterói: Ed. do Autor, 2000.

LOPES, Tim. Memórias Russas na Baixada. In: **Jornal do Brasil**. 14/09/1988.



NEM CÃES, NEM LOBOS: OS GUERREIROS GOITACÁ

Jeanne Cordeiro¹

1. INTRODUÇÃO

Visto finalizar o projeto “O Aproveitamento Ambiental das Populações Pré-Históricas do Estado do Rio de Janeiro”, coordenado pela Professora Maria Dulce Gaspar, do Deptº de Antropologia, do Museu Nacional, da Universidade do Brasil, a dissertação, “A Primeira Face da Tradição: Os Goitacá – Da história e identidade dos que não deitaram letras”, veio cumprir o último objetivo do mesmo.

Por outro lado, buscar confirmação da abordagem etnohistórica, construída em 1942, pelo Professor Emérito Luiz de Castro Faria, bem como pela Professora Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão, em 1968, de que as populações filiadas à tradição Una estavam estreitamente associadas às tribos Jê. Assim, escolhi o sítio Grande do Una para reiteração de tal proposta. É necessário o esclarecimento de que esse sítio recebeu diversas denominações ao longo dos anos. Assim foi também denominado de Grande, Grande do Una, Rio Una, Rio Una I (margem direita da ponte da vala), Rio Una II (margem esquerda da ponte da vala), portanto, cinco denominações distintas, algumas delas cadastradas no IPHAN. Optei pela denominação mais ampla, “Grande do Una” visto estar em consonância com seu tamanho de aproximadamente 28.800m².

O sítio localiza-se na Reserva da Estação Rádio Marinha distrito de Tamoios, município de Cabo Frio. Nele cumpri duas campanhas de pesquisa: uma de 03 a 13 de outubro e outra de 13 a 23 de novembro do ano de 2000.

Acredito que a relevância dessa proposta vem inquestionavelmente da possibilidade de reconstruir a História e atribuir identidade a um grupo nativo, hoje extinto enquanto expressão cultural, a quem negamos contorno histórico mais sólido. Quer seja em função da adoção de métodos que hoje sofrem profunda crítica, quer seja porque ainda somos norteados por um etnocentrismo profundo e pela necessidade extrema do testemunho europeu quinhentista.

Os dados cronológicos forneceram uma baliza que possibilitou a construção da hipótese de que grupos pertencentes à tradição Una, que se assentaram naquele sítio por volta do ano 890 DC,² estejam relacionados, culturalmente, às tribos Goitacá que ocuparam a região da Baía Formosa, para o norte, até o atual Espírito Santo, no período histórico. Dessa aldeia alguns foram “resgatados” pelos

¹ Arqueóloga do Museu Nacional da Universidade do Brasil, mestre em História. Diretora executiva do Laboratório de Arqueologia Brasileira / FEUDUC (e-mail: jeannecordeiro@mn.ufrj.br).

² MACHADO, Lilia Cheuiche. Padrões Mortuários e adaptação ecológica, Tradição – Una RJ. *Anais da VI Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira*, SAB, 1992, p. 476.

jesuítas, no ano de 1568, para a criação da aldeia de São Lourenço dos Índios³ e, depois, a parte restante foi levada, em 1630, para a criação da aldeia de São Pedro do Cabo Frio.⁴

Dito isto, foi crucial, consolidar o discurso da historiadora e o da arqueóloga, para o que me permitiu devolver História e Identidade à tribo. Nesse texto exponho algumas das considerações que legitimaram essa abordagem.

Aproveito a oportunidade para agradecer reiteradamente a minha Orientadora Dr^a Maria Philomena da Cunha Gebran, e as minhas avaliadoras da banca Dr^a Maria Yeda Leite Linhares e a Dr^a Maria Dulce Gaspar, por me aprovarem na construção uma História do Brasil, a partir do ano de 890 da nossa era.

2. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE HISTÓRIA, OU O QUE FAZEM OS “HISTORIADORES DA PRÉ-HISTÓRIA”⁵

“Há uma crise geral nas ciências do homem: estão todas esmagadas sobre seus próprios progressos, ainda que seja apenas devido à acumulação dos novos conhecimentos e da necessidade de trabalho coletivo, cuja organização inteligente falta ainda erigir; direta ou indiretamente, todas são atingidas, queira ou não, pelos progressos das mais ágeis entre elas, mas permanecem entretanto às voltas com humanismos retrógrados, insidiosos, que não lhes permite servir de quadro. Todas, com mais ou menos lucidez, se preocupam com seu lugar no conjunto monstruoso das pesquisas antigas e novas, cuja convergência necessária hoje se adivinha.”
(Fernand Braudel, 1978)

A necessidade de perscrutar o modo de vida “das gentes” sempre foi, para o bem ou para o mal, uma constante na curiosidade humana. Esse conhecimento norteou todo o sempre, tanto a dominação quanto a convivência. Braudel adverte ao leitor de Memórias do Mediterrâneo.⁶

“[...] Terá sido, uma vez mais, o pecado da curiosidade que me levou a ceder, bem como o facto de sempre ter pensado que a História, para ser efectivamente compreensível, tem que ser amplamente abrangente ao longo de todo o tempo dos homens?”

Heródoto descrevia, como resposta a essa necessidade, os viveres diferenciados durante a Antigüidade, inclusive de povos ágrafos. Essa prática decerto não se esgotou com os primeiros historiadores. Ela se estendeu e se expandiu por todo o tempo, sem favor. Até o século XVIII, o comer, o vestir, o tabu, a magia e as gêneses eram objetos históricos, tanto como os personagens ilustres que

³ LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus**. Lisboa: Ed. Portucália, 1945, vol. 1, p. 363.

⁴ WIED-NEUWIED, Maxmilian. **Viagem ao Brasil**. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1940, p. 31.

⁵ BRAUDEL, Fernand. **Memórias do Mediterrâneo**. Rio de Janeiro: Multinova, 2001, p.45.

⁶ Ibidem, p.13.

efusivamente se rendiam à imortalidade concedida pela História. Alguns contemporâneos das Luzes se ocupavam da História da Alimentação, por exemplo, até que os Luízes entenderam que era mais vantajoso aplicar recursos e reforçar aquela que poderia ser a tutora “*ad eternum*” de seus grandes feitos episódicos.

A História oficial surge com toda a força possível para o momento. Com recursos, pai de todas as iniciativas, faz supor que os objetos passíveis de abordagem eram tão somente aqueles baseados em letras “muito bem deitadas” por ilustres, exceções em um mundo de analfabetos. A partir de então se tem um contra-senso.

Nesse período a História foi construída com documentos produzidos por uma elite alfabetizada, em uma sociedade tão ágrafa quanto aquelas que acabavam de ser contatadas na África e na América. Contudo, a abordagem a determinados objetos não era uma licença, um favor, uma permissão àquela que compunha, com outras poucas, o quadro científico das épocas até o século XIX. Nesse momento, um “boom” de cientificismo nas Ciências Sociais e Naturais fez nascer diversas cadeiras acadêmicas que foram consideradas mais legítimas para abordar determinados objetos preteridos pelos historiadores desde o século XVIII.

Do século XIX até nossos dias, houve um movimento contra a ênfase excessiva dada a história política. Surge uma História de cunho mais social. Contudo, o Positivismo foi a que criou raízes mais sólidas e profundas, o que impediu o progresso da cadeira que, por tanto tempo, encontramos privada de maior liberdade em fontes, métodos e, sobretudo, de objetos.

Esse movimento chamado *Annales*, surge em 1929, a partir de um debate fomentado por Marc Bloch e Lucien Fabre. Foi especialmente generoso em “autorizar” (e, sob muitos aspectos, devolver com reformulações) novos limites à História. Fontes, métodos, problemas, mas, principalmente, objetos foram tratados por ele.

Em contraponto a outras escolas, esse movimento postulou uma História de longas durações que nos permite, para além do fato, perceber e considerar permanências relevantes, através de movimentos só nela percebidos. Com as mentalidades e a cultura material, por exemplo, encontraremos justificativa para determinadas questões.

Por outro lado, um pouco mais à frente, houve a colaboração imprescindível de Karl Popper⁷ que, em meados do século XX, flexibilizou as bases filosóficas das ciências, fato esse que cooperou, em muito, para a melhor aceitação das propostas dos *Annales*. Em sua visão, Popper nos propõe que as bases científicas de qualquer ciência só são cedidas, *grosso modo*, pela capacidade de produzir novas indagações. Assim, assistimos à queda de preconceitos construídos pelo Positivismo que se mantinham, até então, inabaláveis, principalmente aqueles referentes a fontes e objetos. Como observa F. Braudel⁸: “Espero também que não me reprovarão minhas ambições demasiado largas, meu desejo e minha necessidade de ver em ampla escala”.

Na década de 50, do século XX, Braudel⁹ questionava:

“[...] as ciências do homem sairão, dessas dificuldades por um esforço suplementar de definição ou um acréscimo de mau-humor? Talvez tenham a ilusão disso. Pois... ei-las, preocupadas, hoje, ainda

⁷ POPPER, Sir Karl Raimond. **A lógica da Pesquisa Científica**. São Paulo: Cultrix, 2000, 567 p.

⁸ BRAUDEL, Fernand, op.cit., p. 15.

⁹ Ibidem, p.42.

mais que ontem, em definir suas metas, seus métodos, suas prioridades. Ei-las à porfia, empenhadas em chicanas sobre fronteiras que as separam, ou não as separam, ou as separam mal das ciências vizinhas.”

Em função desses e outros questionamentos, houve progressos. Hoje os historiadores não estão mais empenhados em disputar fronteiras, que separam mal as ciências próximas. Fronteiras que, por vezes construídas por nós mesmos, de tão enfatizadas tornam-se reais e intransponíveis. Em função da liberdade cedida pelos *Annales*, vimos surgir novas histórias, redescobertas, revisitadas, embasadas e construídas pelos métodos propostos por Fernand Braudel, Marc Bloch, George Duby... São histórias recentes de um tempo muito mais longo, que só se tornaram possíveis em função de hoje os documentos não mais dependerem necessariamente da escrita. Para a História como ainda observa Braudel¹⁰: “No Egito, na Mesopotâmia, estamos quase em nossa casa. Mas não será uma ilusão reconhecer-lhes este valor de ponto de partida?”

Reconhece-se que não é mais possível pensar na sociedade humana sem a ancoragem na cultura material. Ou ainda, sem nos apropriarmos de objetos que sempre foram nossos, mesmo que por nós mesmos interditos. Como foi por muito tempo a história dos povos ágrafos.

Desta forma, os *Annales* permitiram à História, por um lado, romper os laços com a chamada história tradicional (leia-se positivista); por outro, suas proposições colocaram-na num *pós poperiano* status de megaciência. A partir dos *Annales*, o interdisciplinar é condição *sine qua non* para o estudo de diversos objetos, e a abordagem realizada através da cultura material é interdisciplinar por natureza.

Creio ser plenamente possível a partir do método histórico, com interdisciplinaridade, darmos cabo das indagações sobre o homem, sem licenciosidades. Penso que a Etnohistória seja, ou deveria ser, um somatório dos métodos e conteúdos da História Social aliada à História Natural, para usar nomenclatura antiga que consideramos mais própria e abrangente. Preferimos essa denominação por englobar em uma só nomenclatura a Geologia, a Botânica, a Zoologia - e suas descendências paleo – e a Arqueologia (considerando-a isoladamente, sem maternalismos antropológicos, ou históricos). Por outro lado, para o bem ou para o mal, somos formados de genes, assim, não podemos desconsiderar o quanto há de biológico em nossa formação e desenvolvimento, contrariando Durkheim¹¹, penso que a partir de fatos naturais se pode explicar fatos sociais, inclusive.

“Em busca do tempo perdido, há um fio interminável que é necessário desenrolar ao contrário, e que, à medida que se caminha no sentido do passado longínquo, agarramos cada vez menos”¹². Somente incorporando à leitura esse arcabouço diferenciado de conhecimento, conseguiremos construir uma História mais sólida e capaz de dar conta de indagações sobre as sociedades, cultura e o meio ambiente circundante que, sem determinismos, foi o fator, limitante ou não, para o estabelecimento e desenvolvimento de algumas sociedades, independente de balizamentos temporais ou existência do documento escrito. A longa duração poderá ser acompanhada devido à diversidade das fontes utilizadas que asseguram a continuidade do estudo: onde a fonte escrita não alcança, temos a cultura material, o documento arqueológico. É impossível

¹⁰ Ibidem, p. 33.

¹¹ DURKHEIM, Émile. **As regras do método Sociológico**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977, 137p.

¹² BRAUDEL, Fernand, op.cit., p. 33.

indagar sobre o homem, sob determinados aspectos esquecendo-se que este habitou um lugar e produziu utensílios, ou ainda, sem ler alguns dos documentos que a terra soube preservar tão bem.

Não houve, ainda, nenhuma tentativa direta de construir propostas como essa que ora apresento. Todas foram embutidas (ou embotadas ?) em discursos mais facilitados, certamente mais cômodos. A metodologia foi, a rigor, garimpada. Por isto elegi para norteá-la, os aconselhamentos de um grande mestre. Meu mestre desde a graduação. Que em sua irreverência, muitas vezes chocante, dizia e escrevia o que precisava ser dito, denunciando flagrantemente que a história é ou pode ser muito mais do que se pretendia dela. Benefícios da *école pratic* ! É ainda em Braudel¹³ que observo:

“[...] Assim, ousaremos ainda dizer: A História Começa na Suméria, título de um belo livro publicado nos idos de 1958? A Suméria não saiu do nada. E como se começa a conhecer um pouco melhor o que se passou nos séculos e nos milênios antes da Suméria, torna-se imperioso o desejo de ir lá ver.”

Uma primeira via de indagações permeou toda a dissertação. O problema diz respeito à questão da historicidade e identidade dos povos ágrafos, nesse caso, os nativos Goitacá.

Os cientistas sociais ainda são grandemente influenciados pelo etnocentrismo europeu e sua historicidade sempre preponderante. É fato que nada está isento de ideologia, quanto menos as ciências sociais e suas diversas disciplinas. Não há discurso historiográfico desinteressado, isento, distanciado. Mesmo os positivistas defendiam idéias de pureza e objetividade. A história dos colonizados é construída pelos colonizadores; a dos conquistados pelos conquistadores... Mas todas elas, pelos “alfabetizados”. História, para o ocidente cristão, só se faz com escrita (a partir do século XVIII). Os povos ágrafos, como ágrafa também era a própria Europa e muitos de seus reis, ficaram à margem do ofício do historiador. A História ainda é, tristemente, a porta-voz da Europa ilustrada e contra isso, muito pouco se pôde, até hoje.

Friedrich Schiller, em 1789, escreve que¹⁴:

“[...] os descobrimentos [...] nos mostram populações deitadas em torno de nós nos mais diversos degraus de cultura, como crianças de diferentes idades em torno de um adulto (...) Como é vergonhosa e triste a imagem que estes povos nos mostram de nossa infância! [...] Mesmo assim, os períodos mais diferentes da humanidade dirigem-se à nossa cultura, como as partes mais distantes do mundo se dirigem ao nosso luxo.”

Só há legitimidade na distinção de um grupo frente a outros tantos, se ele for capaz de se inserir em um grupo maior, selecionado através da inscrição em determinado elenco de valores e práticas. O elenco selecionado se inscreve em uma “História Universal”. Uma sociedade inscrita na História Universal não vê garantida sua recuperação cultural, com passaporte para a imortalidade. Ao

¹³ BRAUDEL, Fernand, op.cit., p. 34.

¹⁴ SCHILLER, Friederich. **Cartas sobre a educação estética da humanidade**. São Paulo: EPU, 1991, p. 151.

contrário, garante que o grupo está inscrito na história do ocidente cristão, europeu e dominante, seletor da posteridade. Essa incorporação traz, *a posteriori*, conseqüências sérias para a cultura incorporada. Ela torna inquestionavelmente a região dominante em um modelo para o futuro¹⁵. Os não selecionados, com favor serão inscritos em “Culturas Arqueológicas”, “Tradições” e “Fases”¹⁶.

Essas categorias classificatórias amplamente utilizadas na Arqueologia e que têm por base uma visão organicista da cultura, mantendo uma estreita aproximação entre homem-ambiente. Tradição compreende um número variável de fases que compartilham um conjunto de atributos na cerâmica, artefatos líticos, padrões de assentamento, subsistência, ritual e demais aspectos da cultura. Fase, por sua vez, na observação crítica de M. Gaspar, “representa a expressão arqueológica de uma comunidade etnográfica”¹⁷.

A construção deste esquema classificatório está em perfeita conjunção com a corrente neoevolucionista abraçada pela Ecologia Cultural Stewardiana. Ao assumir que existiam regularidades significativas no desenvolvimento cultural, e que a adaptação ecológica foi crucial para a determinação de limites de variação em sistemas culturais, Julian Steward¹⁸ procurou, através de estudos comparativos, determinar as diferentes maneiras nas quais as culturas teriam se desenvolvido em diferentes tipos de ambientes naturais, acreditando que tenderiam a assumir as mesmas formas e trajetórias de desenvolvimento em cenários naturais similares. Essas similaridades constituiriam o “núcleo cultural”, que consistia nas características de uma determinada cultura estando em relação mais próxima com as atividades de subsistência (por isso a ênfase, dada aos restos alimentares, faunísticos e botânicos como elemento classificatório, pelo PRONAPA – Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas, 1965/1970)¹⁹.

Na observação de Carlos Fausto, “o olhar de Steward construiu-se em acordo com uma visão profundamente enraizada na cordilheira (dos Andes) em tempos coloniais”²⁰. Dentro desta visão, as sociedades da floresta seriam associadas de forma negativa à civilização e de forma positiva aos poderes do mundo sobrenatural e natural: “A cultura e o estado, por sua vez, estariam reservados às terras altas”²¹. Foi essa a imagem que Steward trouxe para as ciências sociais e que Betty Meggers e Clifford Evans divulgaram para o território brasileiro através do PRONAPA e do PRONAPABA (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas da Bacia do Amazonas, 1977).

O objetivo das pesquisas desses programas era o estabelecimento de fases e tradições, instrumentos conceituais carregados de empiricismo, vazios de significado antropológico e

¹⁵ SUESS, Paulo. A História dos outros escrita por nós: apontamentos para uma autocrítica da historiografia do cristianismo na América Latina. *Boletim Cehila*, Bogotá, 1994, n° 47-48, p.04.

¹⁶ WILLEY, Gordon & PHILLIPS, P. *Method and Theory in American Archaeology*. Chicago: University of Chicago Press, 1958, 162 p.

¹⁷ GASPAR, Maria Dulce. *Aspectos da organização social de um grupo de pescadores, coletores e caçadores: região compreendida entre a Ilha Grande e o Delta do Paraíba do Sul, estado do Rio de Janeiro*. Tese de doutoramento: FFLCH/USP, São Paulo, 1991, p.9.

¹⁸ STEWARD, Julian. *The Theory of Culture Change: the methodology of multilineal evolution*. Urbana: University of Illinois Press, 1955.

¹⁹ GASPAR, Maria Dulce, op.cit., p. 9.

²⁰ FAUSTO, Carlos. *Os índios antes do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2000, p.60-62. p.23 (Coleção Descobrimdo o Brasil).

²¹ *Ibidem*, p.23.

desprovido de historicidade, utilizados, apenas, com a finalidade de “ordenar os vestígios arqueológicos a partir de tipologias classificatórias, visando observar mudança no tempo e espaço”²².

Assim, a Arqueologia forjou seu arcabouço teórico-metodológico negando historicidade e etnicidade aos povos ágrafos. Soma-se que a visão de Steward, ao olhar a floresta tropical como marginal, visto ter como referência as sociedades andinas,

“[...]Trouxe para sua antropologia um imaginário indígena e colonial de longo prazo. No caso específico dos Jê do Brasil Central, não o imaginário do império inca e dos espanhóis, mas o dos Tupinambá e portugueses... [que] denominavam os povos do sertão de Tapuias e os descrevia como gente bárbara, desprovida de aldeia, agricultura, canoa, rede e cerâmica (justamente os traços que iriam definir os marginais)”²³.

Da mesma forma diferenciariam os bons selvagens (os Tupi) dos “cães imundos” (Goitacá).

As pesquisas arqueológicas pós PRONAPA fizeram cair o paradigma stewardiano e, conseqüentemente, pronapiano, ao revelar, no caso do Brasil Central, espaço de surgimento da tradição Una, a antiguidade da agricultura (em torno de 500 a.C.) e da cerâmica Una que domina a história pré-colonial da região até o século XI. Como observa Fausto²⁴: “os Jê do Brasil Central apresentam uma complexidade que o esquema da ecologia cultural de J. Steward não dava conta de explicar”.

“[...]Portanto, a primeira coisa que considerarei aqui é que a arqueologia do leste da América do Sul deve ser vista como a pré-história das populações indígenas históricas e atuais. Se não forem estabelecidas relações entre as manifestações arqueológicas e as sociedades que as produziram, o mais importante será perdido. Assim, as conotações etnográficas das tradições e estilos cerâmicos não devem ser evitadas, mas, pelo contrário, deliberadamente perseguidas”²⁵.

O que é ratificado na observação de Fausto: “o atual humor da antropologia, aponta francamente nessa direção” (comunicação pessoal)²⁶.

No caso da sociedade brasileira pré-colonial, sua existência histórica é aventada como possível a partir das primeiras “Histórias” do Brasil: André João Antonil, Frei Vicente de Salvador, Jean de Lery, André Thevet, Pero Vaz de Caminha... , e suas considerações peculiares. A preguiça e a indolência dos nativos, por exemplo, não têm raiz em suas próprias vivências, a raiz desses adjetivos

²³ FAUSTO, Carlos, op.cit., p. 62.

²⁴ FAUSTO, Carlos, op. cit., p. 69.

²⁵ BROCHADO, José Proenza. Um modelo ecológico de difusão da cerâmica e da agricultura no Leste da América do Sul. *Clio*, Série Arqueológica, Recife, 1981, n.4, p. 85

²⁶ Comunicação pessoal Carlos FAUSTO, Rio de Janeiro, fevereiro de 2003.

está na Europa monocultural e cristã, que os contrapôs e os comparou com seus próprios ritmos e estipulou o que era preguiça, indolência, bem como barbárie e civilização. Esse critério de valor chegou com a invasão européia. De acordo com o modelo europeu pré-capitalista, o modo de produção de subsistência era irracional e antiprodutivo, correspondente à “barbárie” em que viviam as tribos. Nesse sentido, como representante do mais alto grau de barbárie estão os Goitacá²⁷:

“[...] Uetacá, índios tão ferozes que não podem viver em paz com os outros e se acham sempre em guerra aberta não só contra os vizinhos mas, ainda contra todos os estrangeiros (...) Andam nus como todos os brasileiros e usam cabelos compridos e pendentes até as nádegas, o que não parece comum ente os homens desse país (...) Em suma esses diabólicos Uetacá, invencíveis nessa região, comedores de carne humana, como cães e lobos, e donos de uma linguagem que seus vizinhos não entendem, devem ser tidos entre os mais cruéis e terríveis que se encontram em toda a Índia Ocidental.”

Esses bárbaros nativos, múltiplos em tribos, “se opõe ao monoculturalismo cristão e/ou ao universalismo civilizado”²⁸. A história dos povos nativos brasileiros não começa na invasão de 1500, muito menos na Europa: “Esse confronto nasce de um detalhado questionamento que ainda mantém entraves e erros, herdados de um passado (...) Positivista”²⁹.

Creio que o mais claro sintoma dessa infeliz permanência seja a manutenção da denominação “Pré-Colonial” contraposto ao “Colonial”, ou como preferem outros, “Pré-História” contraposta à “História”, ratificando que a História dos “Outros”, quando escrita por nós, ainda será mantida, por um bom tempo, em um nível abaixo daquele que permitirá sua inscrição na História dita “Universal”.

Ao apresentar tal situação não pretendo, contudo, construir um texto advocatício. Para os nativos, os portugueses e franceses, que arribaram no Cabo Frio, também são “outros”³⁰:

“[...] o futuro historiográfico está na capacidade de levantar, acompanhar e articular a multiplicidade de fatos contraditórios e projetos de vida desse continente pluriétnico.”

Por outro lado, como se observa em Würost³¹:

“[...] Apesar de todos os trabalhos etnográficos realizados entre os grupos Gê do Brasil central desde Nimuendajú [...] Que

²⁷ LERY, Jean. **Viagem à Terra do Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980, p. 80.

²⁸ SUESS, Paulo, op.cit., P.6.

²⁹ ADOUM, Rosângela. Para uma outra leitura da História. **História**, São Paulo, 1987, n. 5/6, p.97.

³⁰ SUESS, Paulo, op. cit., p.11.

³¹ WÜST, Irmihild. Novas perspectivas para o estudo dos ceramistas pré-coloniais do centro-oeste brasileiro: a análise espacial do sítio Guará 1 (GO-NI-100), Goiás. **Revista do MAE**, São Paulo, 1996, v.6, p.47.

ressaltam a complexidade de uma organização social, os estudos arqueológicos tradicionais enfocam os antepassados destas sociedades de forma relativamente estática. As suas evidências materiais são agrupadas em tradições e fases arqueológicas e o seu sistema de subsistência é rotulado de “horticultor” derivado do conceito de “povos marginais” de Stewart (1946) e Stewart & Faron (1959). Além disso, a morfologia dos sítios recebe pouco destaque, embora existam claras evidências para comunidades locais cuja população pode ter alcançado até dois mil indivíduos.”

3. Os guerreiros Goitacá

Os nativos filiados à tradição Una têm sido identificados como pertencentes ao tronco lingüístico Macro-Jê³². Portanto, nas áreas em que se divisa essa tradição, poderemos inferir que foram preteritamente ocupadas pelos grupos Jê, em sua diáspora, que se deu por volta de 4.000 a 5.000 anos Ap³³. Na verdade, todos os autores que abordaram essa tradição são unânimes em correlacioná-la a esse tronco macro lingüístico, no Rio de Janeiro ou fora dele³⁴. Castro Faria³⁵, no Rio de Janeiro, associou os sítios arqueológicos localizados na serra aos Puri, o que *a posteriori* foi ratificado por Maria Beltrão, no que diz respeito aos Goitacá no Sítio Grande do Una³⁶. Salles Cunha associa o sítio do Caju, localizado em Campos, aos Coroado, da mesma forma que os sítios de Santa Maria Madalena e Duas Barras³⁷. Ondemar Dias associa a tradição Una, como um todo, aos macro-Jê: Goitacá, Puri, Coroado e Coropó³⁸. Quanto aos sítios de Parati, Alfredo Mendonça de Souza os associa aos Goianã³⁹. Outros pesquisadores seguem essa prática como observa Würst⁴⁰: “Por outro lado, grande parte das culturas arqueológicas (fases ceramistas) foi associada, ... a grupos indígenas específicos, todavia sem qualquer demonstração da continuidade entre os registros arqueológicos e o “presente” etnográfico.

O primeiro assentamento Goitacá na aldeia Grande do Una se deu por volta do ano 1000 de nossa era, de acordo com datação obtida em amostra de carvão (Beta nº. 151851 - 920±60 AP; Sigma Calibration: CalAD 1000 to 1250)⁴¹, recolhida a 1m de profundidade, reiterando a datação de Dias.

³² MACHADO, Lília Cheuiche. Biologia de grupos indígenas pré-históricos do sudeste do Brasil. As Tradições Itaipu e Una. **Prehistoria Sudamericana Nuevas perspectivas**. Taraxacum Washington: p. 96-97, 1988.

³³ BROCHADO, José Proenza. Um modelo ecológico de difusão da cerâmica e da agricultura no Leste da América do Sul. **Clio**. Recife: n.4., p. 85-88, 1981, p. 85.

³⁴ WÜST, Irmihild. Novas perspectivas para o estudo dos ceramistas pré-coloniais do centro-oeste brasileiro: a análise espacial do sítio Guará 1 (GO-NI-100), Goiás. **Revista do MAE**, São Paulo, 1996, v.6, p.47.

³⁵ Apud BELTRÃO, Maria da Conceição Morais Coutinho. **Pré – História do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Forense, 1978, p.72.

³⁶ BELTRÃO, Maria da Conceição, op.cit., p. 80 81.

³⁷ CUNHA, Ernesto Salles. O macro-gê do interior Fluminense - nótulas de patologia dentária achegas ao estudo das populações indígenas do vale do Paraíba. Aspectos de patologia dentária. **Anais da Academia Brasileira de Odontologia**, Rio de Janeiro, 1973, p. 38 - 63.

³⁸ DIAS, Ondemar. Dados para o Povoamento não tupiguarani do Estado do Rio de Janeiro. Relações Arqueológicas e Etnográficas. **Boletim do IAB**, Rio de Janeiro, 1979, n. 8.

³⁹ SOUZA, Alfredo Mendonça de. **Pré-História Fluminense**. Rio de Janeiro: IEPC/SEEC, 1981, p.57,

⁴⁰ WÜST, Irmihild, op. cit., p. 48.

⁴¹ 2 sigma calibrated result (95% probability) .

A tribo agenciou a aldeia em duas unidades distintas: 1 - espaço de habitação (o locus 3), caracterizado pela presença de buracos das estacas (das cabanas), fogueiras de pequeno porte e áreas de lascamento; e 2 - espaços de uso comum (locus 1 e 2), onde foram recuperados diversos indícios de atividades coletivas.

Pode-se afirmar que os Goitacá, diferente dos outros grupos descritos para a região, criaram um agenciamento espacial da aldeia que é único, confirmando informações etnohistóricas também para a presença de ossos humanos fragmentados, provenientes de enterramentos secundários.

Quanto à cerâmica foram recuperados, ao todo, 21.810 fragmentos, dos quais 95% apresentaram tempero de areia grossa e 5% de areia fina. O tratamento de superfície está presente através da aplicação da técnica de polimento. Quanto à decoração, 68% dos fragmentos são simples; 30,2% polido-estriado; e 0,5% inciso. As bordas dos vasilhames são, na sua maioria, direta com lábios arredondados. A partir de delimitação do diâmetro e do ângulo de inclinação das bordas foi realizada a recomposição de algumas formas, a saber: Vasos de contorno simples, de forma globular com diâmetro de borda variando entre 15cm e 35cm e altura variando de 12cm a 52cm de altura. Tigelas de contorno simples, abertas, de forma semi-esférica com diâmetro de borda variando entre 15cm e 40cm e altura variando de 10cm a 21cm. Vasos de contorno simples, aberto, de forma esférica, boca constricta, medindo 26cm de diâmetro de borda e 15cm de altura. Vasos não restringidos, de contorno simples, de forma esférica. Parece haver predominância de formas esféricas/globulares, de tamanho pequeno a médio e que estão associadas ao uso cotidiano como panelas. Até o momento, nenhuma forma que indicasse a existência de prato/assadeira foi recomposta, o que parece ratificar o cultivo do milho como principal contribuição para a dieta alimentar dos nativos da tradição Una. Foram recuperados, ainda, três pesos de rede em cerâmica (um fragmento e dois inteiros). Apresentam, cada um, um furo para introdução de alguma espécie de fibra para amarrá-lo à rede de pesca.

Da indústria lítica foram analisados 2.380 produtos resultantes do emprego da técnica de lascamento entre lascas 28%, núcleos 12%, resíduos (42%), batedores e suportes. A principal matéria-prima foi o quartzo translúcido (86,7%). Foi possível observar um grande domínio da técnica de percussão bipolar 78%.

Da indústria óssea foram recuperados 31 artefatos entre bipontas (37%), unipontas (6%), ossos com corte (16%), pendentes(6%) e um furador. A maioria dos artefatos ósseos foi confeccionada sobre ossos de mamíferos. Apenas um furador e uma biponta foram confeccionados sobre osso de peixe e esporão de raia; os pendentes foram confeccionados sobre dentes de bugio; e o canutilho sobre diáfise de ave.

As unipontas apresentam uma forma triangular da extremidade distal e são acanaladas na face interna. As bipontas apresentam as faces internas planas e com curvatura. Dentre as planas, duas são de pequenas dimensões e do tipo rombudas, o que parece indicar que não apresentam grande capacidade de penetração e, portanto, talvez desempenhassem funções distintas da caça/pesca. O restante das bipontas devem ter sido utilizadas como ponta de flecha farpada (com curvatura) e embutidas (planas), como propõe Kneip⁴² para os sambaquis.

A cronologia arqueológica permite que se vislumbre o contato entre sambaquieiros e Goitacá. Não proponho que este processo tenha sido manso e pacífico, mas nada nos indica, dentro do atual estágio das pesquisas, que haja ocorrido um contato violento entre essas duas sociedades.

⁴² KNEIP, Lina (org.). **Coletores e pescadores pré-históricos de Guaratiba – Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro:EDUFRJ; Niterói:EDUFF, 1987, p. 163.

No que tange as pontas ósseas os tipos encontrados neste sítio, por tamanha semelhança, foram possivelmente adquiridos por trocas culturais junto aos sambaquieiros, previamente estabelecidos no litoral. Também a pesca em mar aberto foi possivelmente apreendida junto àquela sociedade, tendo-se em vista que a tribo, que ora se instala na faixa costeira, é proveniente do interior do continente, é originariamente agricultora/ceramista e pescadora fluvial. Portanto, ainda que não se saiba quanto os sambaquieiros foram influenciados pelo grupo recém chegado, ou ao menos se foram influenciados, é possível que os Goitacá tenham se tornado “quase anfíbios”⁴³, e “mais à maneira de homens marinhos que terrestres”⁴⁴ por contato com a população do sambaqui, muito mais adaptados ao ambiente litorâneo. Trocas culturais não se dão aos saltos, creio que a interação entre estas sociedades tenha sido lenta, contínua e com ganho para aqueles que necessitavam da experiência necessária a um novo ambiente, inclusive no sentido de potencializar um conhecimento previamente construído.

Foi interessante observar que os artefatos ósseos encontravam-se quase que exclusivamente no locus 3, que se assenta sobre uma farta camada de conchas, a exceção do furador que foi recuperado no locus 2, junto a um sepultamento. Esta situação parecia demonstrar, em princípio, ser um local de descarte, visto que oito bipontas apresentaram quebra. Mais interessante ainda é que essas oito bipontas foram restauradas a partir dos fragmentos que se encontravam no mesmo local e no mesmo nível ocupacional, compondo um contexto formado por artefatos líticos e ossos de animais. Uma das bipontas, fragmentada em três partes, apresenta diferentes graus de queima (de queimada a calcinada). Tal situação parece demonstrar que ao ser exposta ao fogo (dentro da carne do animal?) deve ter se fragmentado, ficando a extremidade fixa na carne e, portanto, acabou por ser calcinada.

Este contexto apresenta, ainda, estruturas como um piso compactado com buracos de estaca, área de lascamento, estrutura de combustão, sendo possivelmente não só área de descarte como também de preparo/consumo alimentar.

Da indústria malacológica foram recuperados quatro artefatos, confeccionado sobre lábio possivelmente do gastrópode *Strombus* sp; sobre concha de bivalve e sobre gastrópode, ambos não identificados. Os dois artefatos fabricados sobre fragmento de lábio de *Strombus* sp apresentam fricção em toda a parte interna e nos bordos, visando regularizar a superfície da concha, após a quebra, para obter um formato triangular e um formato de dente. A recuperação deste artefato em contexto funerário indica que fazia parte do acompanhamento. Estes artefatos, por sua morfologia, foram utilizados como pendentes.

Há ossos humanos dispersos por todo o locus 2. Se for possível escrever sobre sepultamentos neste sítio, isso só pode ser feito através de uma analogia direta com os Goitacá, tendo em vista as informações etnohistóricas e as diferenças com o padrão sambaquieiro e Tupinambá. Um dos traços culturais mais relatados era o de uma vez o outro morto e comido, todos os ossos eram partidos e dispostos em um montinho. Não são relatadas distinções entre o ritual para familiares e inimigos. Localizamos três locais de concentração de ossos humanos com menor grau de fragmentação. O maior fragmento encontrado mede 13,2cm de comprimento. Um terço médio de fíbula direita, medindo 7,9cm de comprimento apresenta marcas de raspagem, demonstrando manipulação de ossos humanos.

⁴³ RECLUS, Eliséé. **Geographia, Ethnographia e Estatística dos Estados Unidos do Brazil**. Rio de Janeiro, Ed. H. Garnier, Livreiro-Editor, 1899, p.256.

⁴⁴ SALVADOR, Frei Vicente. **História do Brasil: 1500-1627**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982. (Reconquista do Brasil: nova série, 49), p. 107.

Uma segunda datação foi obtida no sítio Grande do Una, 1510 AD (Beta nº 151850 - 170±90 AP; Sigma Calibration: Cal AD 1510 to 1600)⁴⁵, no nível 50-60cm de profundidade. É a datação mais recente para o sítio e o posiciona no período pós-invasão européia. O sítio é composto por uma única ocupação e não apresenta camada de abandono.

Só três grupos são reconhecidos como colonizadores da atual região dos lagos: os sambaquianos, os grupos filiados à tradição Una, e os Tupinambá que tem uma produção cerâmica muito bem conhecida, portanto inconfundível, com aquela que ora apresento. Através de relatos analisados cremos que esse seja o primeiro forte traço cultural que ligue esta tradição aos Goitacá, mas não o único. Não é possível individuar um grupo, por um único aspecto de sua produção cultural, no caso a cerâmica que tem sido utilizada mais freqüentemente para esse fim. Por esse motivo os dados referentes ao material lítico, malacológico, sepultamentos, e de agenciamento espacial da aldeia foram contabilizados. Posto que essa soma é o que os diferencia.

Considero também que a crônica seiscentista pode, não explicar, mas auxiliar a compreensão de traços culturais para o crédito identitário. Sabe-se, que o estabelecimento das tribos não se deu, senão, por uma dinâmica própria, em um tempo possível, não sendo filho do desencravamento planetário. Não obedeceu ao tempo europeu de cruzar o oceano e encontrar as tribos dispostas daquela forma. Devemos contemporizar os relatos e registros que se apresentam para, a partir daí, talvez, reconhecer se os testemunhos existem e são probatórios ou se pretendemos que as informações estejam postas como para as tribos “menos bárbaras” a quem os europeus encontraram. Havia uma ocupação independente de “termos”, e a baía Formosa era notoriamente um território Goitacá. Gabriel Soares, em 1587, confirma que, já nessa época, as tribos estavam mais distantes⁴⁶: “Até essa Baía Formosa corriam Goitacases no seu tempo, mas vivem já mais afastados do mar, pelo que não há que arrear para se povoar qualquer parte desta costa do Espírito Santo ao Cabo Frio”.

Também o pirata Antoine Knivet⁴⁷, que veio ao Brasil com Thomas Cavendish, em 1591, cita: “que os selvagens Waytacasses tinham feito assento um pouco ao sul d`aquelle cabo [Frio], em certos sítios d`antes ocupados pelos Tamoyos”.

Na crônica seiscentista há quase um cantochão de relatos de vida dessas tribos. Frei Vicente de Salvador⁴⁸, confirma a ocupação narrando as “pazes” entre os Goitacá e os portugueses, o que viabilizou a redução de parte dessa tribo: “Fez também pazes o mesmo capitão de Cabo Frio com os índios guaitacases, gentio ali vizinho, que nunca se pode conquistar, ainda ... Mas por uma mortífera doença de bexigas, que padeceram, se foram sujeitar [...] ficou aquela nova capitania do Cabo Frio pacífica, e foi isto pelos anos de 1615, pouco mais ou menos.

⁴⁵ 2 sigma calibrated result (95% probability).

⁴⁶ SOARES DE SOUZA, Gabriel. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987. (Brasiliana, vol. 117), p. 98.

⁴⁷ KNIVET, Antoine. Relação da viagem que nos anos de 1591 e seguintes fez Antônio Knivet da Inglaterra ao mar do sul em companhia de Thomas Candish. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: tomo XLI, 1878, p. 248.

⁴⁸ SALVADOR, op.cit., p. 426-427.

A partir deste período surgem diversas denominações para os Goitacá: Ovaitagnasses⁴⁹, Guaitacás⁵⁰, Goitacós⁵¹ e Waitaquases⁵². Também fica ratificado que a região era dividida entre Goitacá e Tupinambá. O antigo “termo” do Cabo Frio é uma fronteira histórica entre as tribos, o que arqueologicamente se confirma.

Após a debandada das tribos no século XVI, parte dos nativos que conseguiram fugir ocupou a região de Campos dos Goitacazes, onde já havia grande contingente deles. Ocupou também a região que segue pela margem setentrional do rio Paraíba até a margem austral do rio Xipoto, próximo de Ouro Preto⁵³.

Segundo diversos autores, entre eles Ferdinand Denis⁵⁴, Feydit⁵⁵ e Azeredo Coutinho⁵⁶, depois de os Goitacá conquistarem os Coropó passaram, devido à forma de cortar o cabelo, a ser denominados Coroados, mas isso já é uma outra História ...

4. Conclusão

Em um espaço inicialmente ocupado por grupos sambaquianos, ocorre um primeiro movimento migratório que estabelece os grupos macro-lingüísticos Jê. Estes são posteriormente abordados pela migração/expansão Tupi, representados nesta área pelos Tupinambá.

Os traços culturais depreendidos da análise do material arqueológico indicam, em números, elementos marcantes provenientes de escolhas culturais sólidas e definidas, delimitando contornos inconfundíveis.

Os traços étnico-culturais que emergem dos percentuais são inequívocos: é uma cultura diferenciada, impossível de “tupinizar” ou ser camuflada no subterfúgio da imprecisão. As escolhas são muito bem definidas e numericamente comprováveis.

Os Tupinambá, foram os primeiros a serem vencidos, quer pelo vírus ou pela guerra com os europeus. Aos Goitacá, restou a morte por moléstia, a redução de São Pedro da Aldeia e a fuga. Esse dado triste serve de base para definir, principalmente, quem se assentava naquele espaço e porque precisava ser vencido, dominado. A trilha Goitacá é facilmente seguida na documentação escrita, e ratificadora do universo material, disposto no sítio.

A resistência, com a qual essa cultura se mostrou, fez perenizar hábitos onde muitas outras culturas não conseguiram, na cerâmica inclusive. No século XIX, em Minas Gerais e norte do estado

⁴⁹ LAMEGO, A. Ribeiro. **A Terra Goytacá**. Bruxelas: L'Édition D'art, 1913, p.17.

⁵⁰ WARDEN, M. David B. **Histoire de L'Empire de Brésil, Depuis sa Decouverte Jusqu'a Nos Jours**. Paris: Chez L'editeur, 1832, p. 144.

⁵¹ THEVET, André. Documento n. 15.454 - **Histoire de André Thevet Angoumois, cosmographe du Roy, de deux voyage par luy faits aux Indes Austales, et Occidentales. Contenant la façon de vivre de peuples Barbares, et observation des principaux points que doivent tenir en leur route les pilotes, et mariniers, pour éviter le naufrage, et autres dangers de ce grand Ocean, avec une responce aux libelles d'injures, publiées contre le chevalier Villeagnon**, 1593. p. 114.

⁵² KNIVET, Antoine, op.cit., p. 248.

⁵³ COUTINHO, J. J. de Azeredo. **Obras Econômicas**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, v.1, 1966, p. 120. (Coleção Roteiro do Brasil)..

⁵⁴ DENIS, Ferdinand. **Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1980, p. 392-393 (Reconquista do Brasil, v. 46).

⁵⁵ FEIDIT, Júlio. **Subsídios para a História de Campos dos Goitacazes Desde os tempos coloniais até a Proclamação da República**. Campos, Typ. J. Alvarenga & Comp., 1900, p.19.

⁵⁶ Ibidem, p.119.

do Rio de Janeiro, continuavam a cortar os cabelos com “cristal” e enrolar as meninas em casca de Jequitibá. Dançar e dormir no chão, como melhor lhe convinha, passando pela “jogatina” de flecha no cipó sugere que este grupo estava longe do extermínio pretendido pelo invasor. E menos descaracterizado do que se poderia esperar para a época⁵⁷.

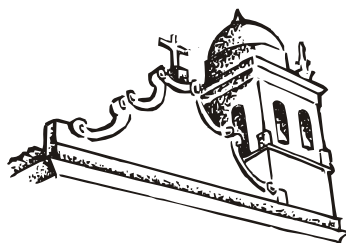
A manutenção da língua também confirma a resistência ao europeu que se impôs. No início do século XIX, somente um nativo de S. Pedro falava o português. Ainda em 1890 é possível recriar, minimamente, um vocabulário para este grupo⁵⁸, e esse vocabulário é claramente Jê.

Creio, pelo exposto, ser correto considerar Goitacá os indivíduos que habitaram o sítio Grande do Una em torno do ano de 1000, da nossa era. Os traços fortes que os definem não permitem mais que esta população seja nomeada genericamente ou ainda desconhecida enquanto etnia por todo vigor cultural demonstrado.

A primeira face, dos que não deitaram letras, é um rosto **GOITACÁ**.

⁵⁷ Documento MN. D.A. Arquivo HAT. Heloísa Alberto Torres - **Huzo e costumes dos índios Guaitacazes** de Joaquim Ferreira Cezar, 1891.

⁵⁸ Documento MN. D.A. Arquivo HAT. Heloísa Alberto Torres - **Dialecto dos índios goytacazes. Tradozido por Joaquim Ferreira Cezar**, 1890.



ENTRE ARQUIVOS E MEMÓRIAS: EXPERIÊNCIAS DE VIDA E FORMAÇÃO DE PROFESSORAS NO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS (1997 - 2002)¹

Fatima Bitencourt David²

Grande mérito dos depoimentos é a revelação do desnível assustador de experiência vivida nos seres que compartilham a mesma época; a do militante penetrado de consciência histórica e a dos que apenas buscaram sobreviver. Podemos colher enorme quantidade de informações factuais mas o que importa é delas fazer emergir uma visão de mundo (Bosi, 2003, p. 19).

O que fazem as professoras em seu cotidiano? Que lutas empreendem na busca pela consolidação de seus projetos educativos para a escola e a cidade? Como a cultura material vivida no fazer docente e na atuação militante pode trazer em seu bojo a inventividade do cotidiano?

A compreensão de como se constroem as experiências que envolvem os profissionais da educação, que, em pequenos coletivos, se organizam preocupados com a educação pública, possibilitando, assim, a articulação entre trabalho e política, “dimensões da experiência que a divisão social tem separado” (Bosi, 2003, p. 169), tem sido o nosso compromisso com a educação neste Município.

O registro histórico oficial não reserva espaço para a história do movimento organizado, menos ainda para aquelas – as mulheres – a quem se destina, na maioria das vezes, o espaço do privado, do silêncio. A história e memória, contudo, podem oportunizar a reconstrução da inserção social e histórica de cada depoente, e o processo de rememorar e relebrar sujeitos históricos constitui-se, como nos aponta Velho (apud Neves, 2000, p. 12), em uma forma de preservação do tempo, verdadeira construção e reconstrução de uma “memória comum, de uma identidade coletiva e de um projeto de futuro”.

Reescrever como os fios das histórias individuais se entrecruzam com a história da educação de um determinado tempo – a oficial e a silenciada – possibilita a compreensão de “como as pessoas lidam com as situações da estrutura social mais ampla que se lhes apresentam em seu cotidiano, transformando-o em espaço de imaginação, de luta, de acatamento, de resistência, de resignação e criação” (Vasconcelos, 2000, p. 9).

Ao rememorar, por meio dos relatos orais, a trajetória de vida – tanto das líderes sindicais como das professoras da escola –, buscou-se a apropriação da história vista por baixo e dos

¹ Texto baseado na dissertação defendida em 17 de fevereiro de 2004 na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, com o título “Histórias de Professoras: práticas, alternativas e disputas políticas em Duque de Caxias (1997–2002)”.

² Diretora do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação/Núcleo Duque de Caxias, Professora da Rede Pública Estadual no Instituto de Educação Governador Roberto Silveira, Orientadora Pedagógica da Rede Pública Municipal de Ensino lotada na Escola Municipal Dr. Ely Combat (em licença sindical desde fevereiro de 2005), Professora da UNIGRANRIO e da Faculdade Silva Serpa.

elementos potencializadores dos atos de resistência. Neste sentido, apresentam-se contradições, desistências, silêncios, sem que isso, reduza, tampouco idealize a construção da história da educação da cidade. Como nos propõe Ferraroti (1980),

“O homem é o universal singular. Pela sua práxis sintética, singulariza nos seus actos a universalidade de uma estrutura social. Pela sua actividade, destotalizadora/retotalizadora, individualiza a generalidade de uma história social coletiva... Se nós somos, se todo indivíduo é a reapropriação singular do universal social e histórico que o rodeia, podemos conhecer o social a partir da especificidade irreduzível de uma práxis individual.” (apud Nóvoa, 1995, p. 18)

Assim, torna-se fundamental refletirmos que as professoras como sujeitos singulares e coletivos exercem inúmeros papéis que se entrelaçam, compartilhando valores de seu tempo. As professoras não são apenas profissionais. Vivem e convivem em vários espaços – trabalho, família, lazer, sindicato, igreja, cidade –, constituindo-se como sujeitos históricos, registrando em seu corpo e em suas ações as marcas do mundo vivido. Ouvir as professoras acerca de sua trajetória profissional possibilita trazer à tona aspectos referentes à sua própria história de vida (Goodson, 1995).

Compreender as experiências de formação como possibilidades de engajamento das professoras com o compromisso na luta pela construção da escola pública de qualidade social para todos a partir da organização do movimento sindical docente é um desejo. Ao mesmo tempo, é importante conhecer as experiências que são construídas por coletivos de professoras que, envolvidas na discussão e na elaboração de novas políticas de educação, constroem sua trajetória profissional dentro das escolas públicas, atuando como instrumento de ação política a serviço da classe dominada.

A identificação dessas práticas e ações implementadas por pequenos coletivos de trabalhadoras em educação que se articulam no interior da escola, preocupadas com o efeito dominó das políticas centralizadoras da década de 1990, em particular no período de 1997-2002, no município de Duque de Caxias, efetivou os critérios para a seleção das professoras da escola e das militantes sindicais. Com o cuidado que deve permear toda investigação no sentido da não-idealização da história e de seus atores, compreende-se que seria necessário correr o risco e assumir a interpretação dos fatos da história da educação da cidade, apontando como foi e por que foi de uma maneira e não de outra.

Na construção dos caminhos da pesquisa a partir das histórias locais, entende-se que a densidade histórica pode ser vista em pequenos episódios da vida cotidiana e dos comportamentos pessoais. Entretanto, o historiador Eric Hobsbawm (1998) adverte: “Não basta a história da identidade”. O historiador é enfático ao afirmar que a história que não se preocupa com a universalidade é irrelevante. Diz ainda:

“Os historiadores, conquanto microcômicos, devem se posicionar em favor do universalismo, não por fidelidade partidária a um ideal ao qual muito de nós permanece vinculado mas porque essa é a condição necessária para o entendimento da história da

humanidade, inclusive a de qualquer fração específica da humanidade. Pois todas as coletividades humanas são e foram necessariamente partes de um mundo mais amplo e mais complexo” (p. 292).

Sem entrar diretamente nas especificidades de que trata Erik Hobsbawm, é dessa reflexão que extraio algumas idéias que são importantes, tanto da obra inteira do autor como da tradição teórica que ele representa, que, mesmo com nuances diferenciadas entre alguns de seus autores, é a que acreditamos que nos possibilita compreender a história da educação local alinhada à política educacional dos anos 90 e, ainda, a formação de coletivos que se colocam na perspectiva de construir projetos educativos alternativos para a formação humana. Entendemos que esses projetos vêm sendo construídos desde longa data, daí a relevância de situá-los dentro da História da Educação da Cidade de Duque de Caxias. Tais projetos fazem parte de uma longa e intensa trajetória individual e coletiva.

Num primeiro momento, pensamos desenvolver a pesquisa com professoras de várias escolas que são reconhecidas pelo compromisso com a construção do projeto político-pedagógico da escola. Entretanto, entendemos que seria difícil congregarmos um acervo documental devido à precariedade do tempo para uma pesquisa que atendessem à responsabilidade desse caminho metodológico.

A escolha da Escola Municipal Barro Branco se deu em função do reconhecimento entre os próprios profissionais de educação da rede como um dos lugares de resistência dos trabalhadores dessa área. Essa consideração levou à primeira entrevista realizada no final do ano de 2001, com uma das professoras da escola, Rosana Nunes Carregosa, acerca da relação entre a escola e o sindicato. Rosana afirma a importância do sindicato no fortalecimento das ações político-pedagógicas construídas pela escola. Ao registrar a importância da relação entre a escola e o sindicato, refere-se ao movimento docente como um dos espaços da formação política do grupo. Entretanto, não esquece, em seu relato, que a escola também faz parte desse conjunto de vivências, ao ser perguntada sobre sua participação inicial no movimento docente:

“Nós tínhamos a Vera Barreto, aqui na escola, que não é qualquer pessoa, ela sempre militou no espaço das lutas sociais portanto sempre envolvida com o processo reivindicatório. E o tempo todo, quando a gente reclamava: 'Vera, a parede está caindo?'. Ela sempre questionava: 'Vocês não vão se organizar? Não vão fazer nada? Vão aceitar? O que vão fazer?'. Ela informava pra gente, o sindicato mandou correspondência dizendo a data, horário e local da assembléia. Sempre nos mantinha informadas.”

A professora Rosana integra o conjunto de professoras do primeiro grupo de entrevistadas. Todas chegaram à Escola Municipal Barro Branco no início da década de 90, recém-concursadas: Mara Ester Lessa Guedes, Maria Cândida da Silva Almeida e Vilma de Almeida Corrêa. Apesar da reconhecida participação no movimento docente, essas professoras não tiveram participação na direção do sindicato. Cabe esclarecer que as professoras Cândida e Mara ocupam a função de

regentes de classe, a professora Vilma exerce a função de orientadora pedagógica e a professora Rosana esteve em regência de turma até o final de 1997, quando passou a substituir a professora Vera Barreto, em razão de aposentadoria, na direção da escola.

No município de Duque de Caxias, nas escolas municipais, não se exerce o princípio básico da democracia, que é o direito ao voto para a escolha da direção. Apesar de constar no art. 10 da Lei Orgânica Municipal datada de 1990, que dispõe acerca das eleições para diretores das escolas, este continua sendo cargo de confiança do Executivo. Cabe esclarecer, ainda, que a Escola Municipal Barro Branco é a única, dentre as cento e quatorze escolas municipais, que tem na direção uma professora da própria escola indicada pelo coletivo.

Cabe registrar ainda que solicitamos o depoimento da professora Vera Lúcia da Conceição Barreto, diretora da Escola Municipal Barro Branco até o ano de 1997, que, mesmo não estando dentro dos critérios para composição do grupo de professoras a serem entrevistadas, surge nos depoimentos das professoras como um dos elos presentes na construção da escola.

A professora Rosana Nunes Carregosa chegou à escola em 1990 e exerceu a função de diretora indicada pelo coletivo da escola do final de 1997 ao primeiro semestre de 2003. Nesse momento, voltou a exercer a docência na escola no *Projeto Recomeçar*, que tem como objetivo a alfabetização dos responsáveis pelos alunos que freqüentam a escola:

“[...] Eu acredito que amadureci como profissional na rede pública. Na rede privada era só cumprir as tarefas. E aqui na rede pública não, porque você tinha que dar conta. O dia todo eu me cobrava de mudar essa situação horrível que encontramos, acho que todo mundo que chegou no Barro Branco tinha isso. O envolvimento começou com a comunidade, e aí começamos a ver que tínhamos responsabilidade com eles, os pais, os moradores porque nos acolheram. E com eles passamos a ser cúmplices. E essa responsabilidade te cobra a estar investindo, melhorando, se aperfeiçoando [...] pra fazer um trabalho melhor. Eu acredito que a minha formação como educadora ficou mais aqui dentro da Escola. Na rede estadual atuava numa escola grande, os professores, ao contrário do Barro Branco, se encontravam em final de carreira. Então, eu tinha um choque entre essas realidades: no Barro Branco trabalhava com pessoas que o tempo todo buscavam coisas novas, o tempo todo procurando solução, e chegava no outro espaço onde as pessoas já tinham se acomodado, achavam que nada valia à pena, que tudo era muita utopia, que eu sonhava demais, que isso não era viável, era impossível [...]. Então acho que esses dois espaços serviram pra eu estar me constituindo professora.”

No depoimento de Rosana, observamos a comparação feita entre a sua experiência na rede pública estadual e na rede municipal. Aponta, além do transitar de uma rede para outra, o que é realizado pela maioria dos profissionais na busca da complementação salarial, o desmantelamento sofrido na rede estadual. A precarização da rede estadual torna-se cada vez mais acentuada, em

função de uma política de municipalização, de descentralização e de descaso com os serviços públicos expressa na inadequação das condições de trabalho, na baixa remuneração dos profissionais da educação, nas condições físicas inadequadas e na carência de profissionais para a realização do trabalho escolar. Some-se a isto o distanciamento das esferas de decisão política do cotidiano das escolas.

Na relação cotidiana com seus pares, a professora Rosana seleciona o que deseja em sua vida profissional. Recusa o marasmo e a acomodação e, em sua fala, relata como foi importante para a Escola Municipal Barro Branco a chegada da orientação com a professora Vilma de Almeida Corrêa, no sentido de iniciar o processo de registro dos projetos pedagógicos e do compromisso do grupo com articulação dentro da escola do espaço de estudo:

“[...] costumamos brincar dizendo que fomos nós que criamos os grupos de estudos quinzenais e ao mesmo tempo, conversávamos sobre nossa responsabilidade nos TE (Trocas de Experiências).³ Porque começamos a realizar os encontros, independente de ter liberação no calendário, tínhamos um pacto, se a Secretaria discordasse teria que cortar nosso ponto, mas continuaríamos fazendo nossos grupos de estudos quinzenais.”

Atenciosa ao relembrar os momentos vivenciados pela escola e que, ao longo de sua história, foram se efetivando como espaço de experiências singulares de formação, Rosana reafirma que “[...] a formação não é resultado previsível de uma ação educativa. A formação é infinitamente mais global e complexa: constrói-se ao longo de toda uma trajetória de vida [...]” (Nóvoa, 1988, p. 13).

Esforça-se no sentido de garantir em suas recordações os profissionais que fazem parte da história da escola. Lembra que o início dos projetos pedagógicos ocorreu sob a responsabilidade da professora Carla Batista Bonifácio, que efetivou o trabalho na Sala de Leitura, no período de 1992-1997:

“A Carla era o elemento integrador entre as professoras. Em seu trabalho na Sala de Leitura ela fazia o intercâmbio entre os dois turnos, organizava os projetos, enfim, foi quem trouxe a idéia de trabalhar com projetos, mesmo quando estava com turma, a escola conseguia que houvesse dobra para que o trabalho de projetos continuasse. Foram cinco anos, quando a Vilma chegou começou a sistematizá-lo de forma mais efetiva.”

Refere-se, ainda, a um outro momento da escola, com a chegada da professora Nadia de Aquino Simões, que ocupou o espaço da orientação educacional, integrando-a à orientação pedagógica, conferindo aos estudos pedagógicos uma análise da relação escola-sociedade:

“[...] A Nádia nos trouxe uma outra visão, quem a conhece sabe. Ela militou muito tempo dentro do sindicato, então ela tem

³ No início dos estudos quinzenais organizados pelo coletivo da escola sob a orientação da professora Vilma, o espaço era denominado “Trocas de Experiências” e tinha, nos arquivos da escola, agenda datada de abril de 1995.

toda uma visão que nós também não tínhamos. E foi nos conquistando, investindo em questões como: 'O que vocês querem? Vocês querem transformar pra quê? Só transformar? Isso vai dar em quê?'. Tudo isso oportunizou nosso amadurecimento."

A riqueza do depoimento da professora se dá pelo conjunto de elementos experienciados⁴ na luta pela autonomia da docência e na consolidação do projeto da escola. Ao mesmo tempo, as experiências de formação despertam nossa atenção, pois nos trazem elementos preciosos para pensar o "fazer-se" no sentido dado por Thompson (1987).

A professora Maria Cândida da Silva Almeida, que exerce a docência numa turma de 3º ano do ciclo de alfabetização e na turma do Projeto de Solicitação da Aprendizagem⁵, ao apresentar vários momentos das experiências significativas de sua formação profissional, alarga nossa compreensão do currículo vivido no cotidiano escolar, que, sem pedir licença, estabelece-se como constituidor de uma nova matriz formadora:

[...] No 2º grau tínhamos professores que se destacavam na questão do diálogo com o aluno, do papel do professor. Assim, no dia-a-dia alguns desses professores tratavam não só da teoria, mas mostravam suas crenças na prática utilizando o espaço da sala de aula para o debate: discutia a questão política e sindical, a greve, o período de crise na educação. Lembro que era época do governo do Leonel Brizola, de decisões políticas e eleições. Professores que marcaram esse período: a Icléia Lages, o Leonardo de Geografia, tinha uma professora chamada Ambrozina e outra, Filomena. Esses professores independentes da disciplina, não fugiam ao debate dentro da sala de aula do momento que estávamos vivendo. Eu acho que isso me acrescentou muito.

A greve, o processo eleitoral, a docência exercida são imagens que educam mais do que qualquer currículo "clássico" de formação contínua de professores (Candau, 1997). No depoimento de Cândida, há referência a professores que, com certeza, gostariam de ouvir esse relato. Ela expressa também a importância das trocas feitas com outras professoras da Escola Municipal Barro Branco, onde começou a trabalhar em 1993: a Carla Batista Bonifácio, a Rosana Nunes Carregosa e a Mara Ester Lessa Guedes. Relembra ainda como a professora Vera Barreto conduzia as questões administrativas, sua capacidade de construir uma gestão compartilhada, na perspectiva de Bastos (1999), quando chama a atenção para como eram encaminhadas tanto as questões administrativas como as pedagógicas e sindicais.

⁴ Para Tardiff (2003), se considerarmos "[...] que o saber dos professores não provém de uma única fonte, mas de várias fontes e de diferentes momentos da história de vida e da carreira profissional, essa própria diversidade levanta o problema da unificação e da recomposição dos saberes no e pelo trabalho" (p. 21). Ver: referências bibliográficas.

⁵ O *Projeto de Solicitação de Aprendizagem*, cuja meta é reverter a repetência dos alunos, tem sua origem em 1995, no PAAR (Projeto de Acompanhamento aos Alunos Repetentes). Para maior aprofundamento, o 4º capítulo da dissertação: "Escola Municipal Barro Branco: uma experiência de inovação educativa".

“[...] As questões administrativas que normalmente no dia-a-dia são tratadas de maneira muito pessoal, a Vera Barreto sempre conduzia profissionalmente, de forma séria e coerente, de maneira que nos ensinou a decidirmos sempre no coletivo mas com autoridade e transparência.”

Cândida reconhece a importância dos debates na sala de aula durante o Curso de Formação de Professores, das trocas de experiências vividas na escola tanto no campo da formação continuada quanto na prática da gestão democrática. Tais ingredientes foram essenciais em seu envolvimento sindical. Reconhece ainda a importância da Professora Vera Lúcia da Conceição Barreto e das demais colegas da escola no fortalecimento de sua atuação no movimento sindical docente:

“[...] Na escola, a questão sindical também era tratada de maneira diferente. Por exemplo, quando chegava um comunicado de Assembléia, reunia-se o grupo e dizia: “Olha a assembléia é tal dia, quem vai? Vai todo mundo? Não vai? Tem alguém que vai querer trabalhar?” Então, antes do dia da Assembléia isso já ficava definido ou na véspera ou se a assembléia acontecesse no dia, mesmo no dia a gente se reunia com antecedência, já ficava definido “olha, eu vou paralisar...” . Em outros espaços, como numa escola em que trabalhei na rede pública estadual em Nova Iguaçu, os comunicados do sindicato não eram divulgados ou então a diretora reunia para ameaçar com o desconto, principalmente quem estava em estágio probatório. Se pudesse ter um marco na minha vida profissional seria a chegada no Barro Branco.”

Os relatos das professoras são significativos para se compreender o processo de formação da docência vivido na escola. É possível identificar nos relatos orais o sentido que se tem dado ao processo de formação originário na relação com a organização sindical, ou seja, identificar algumas marcas que se afirmaram como práticas educativas e políticas de pensar a escola e o ofício do educador.

Tais experiências indicam a relevância de uma formação continuada e das trocas no interior da escola, de uma gestão compartilhada e da vinculação com o movimento sindical, instrumento facilitador da construção de uma identificação de classe. Entretanto, é necessária a prática da reflexão teórico-crítica sobre o trabalho e o próprio ato de “ser professor”, por meio da socialização com outros companheiros, sentimentos, significados e avaliações sobre as vivências e experiências, enfim estimulando a criação de uma nova cultura profissional e organizacional nas escolas, entrecruzando a formação à produção de sentidos (Nóvoa, 1991).

A professora Vera Lúcia da Conceição Barreto dirigiu a escola no período de 1987-1997, tendo sido sua primeira diretora desde o momento em que a Secretaria Municipal de Educação, durante o governo de Juberlan de Oliveira, municipalizou a escola. Pode-se, assim, melhor compreender o processo de formação política que se estabeleceu em seu cotidiano. A professora,

quando relata seu envolvimento com a participação política, refere-se a seu pai como o responsável por seu engajamento nas lutas sociais, mas afirma que a grande referência em termos administrativos foi sua vivência na Escola Municipal Mourão Filho, onde teve a oportunidade de trabalhar com a professora Maria Lucinda Rodrigues Pereira no período de 1973-1987, quando assumiu a direção da Escola Municipal Barro Branco. Diz ainda que o que sabe vem da experiência de vida. Logo, para ela, o vivido nas relações familiares e escolares deu-lhe a possibilidade de fazer escolhas, de optar pelo compromisso com a escola pública. Vera diz ainda que seu crescimento pedagógico também foi favorecido com a chegada das professoras Vilma de Almeida Corrêa e Nádia de Aquino Simões na escola:

“[...] Eu fiz pós-graduação em administração escolar não cursei pedagogia, o que tenho é de experiência de vida. Após a Nádia e Vilma terem chegado na escola, eu só vivia colada com elas, qualquer coisa a gente sentava e conversava. Elas também precisavam de ajuda administrativa e cheguei a dar uns toques pra elas. A essa intervenção elas sempre afirmavam: “Vera, foi legal você falar”. Era fora de série o relacionamento, senti muita falta ao me aposentar. Nos primeiros dois anos sentia muita, muita falta mesmo [...] Para pensar as questões pedagógicas com certeza existem profissionais bons. Entretanto, iguais a Vilma e Nádia, acho difícil! Elas foram muito importantes, abriram muito a minha cabeça pra essa parte pedagógica. Tive que estudar, ler muito. Pra aprender tem que ler. Foi legal, muito bom mesmo. Tenho certeza que a escola caminhou mais ainda com a chegada delas. Tenho saudades e sinto falta...”

Na fala de Vera, ressalta que sua formação pedagógica foi construída na escola a partir do estudo coletivo. Há o reconhecimento da importância da teoria para se pensar o fazer pedagógico e, principalmente, da orientação escolar.

A professora Vilma de Almeida Corrêa exerce a função de orientadora pedagógica desde 1993:

“[...] Minha primeira experiência com o magistério deu-se quando eu estava na 4ª série ginasial (correspondente hoje a 8ª série do Fundamental). Fui convidada para trabalhar no MPA (Movimento Popular de Alfabetização), pela professora Roza Mattos, era uma turma multiseriada. Nunca havia pensado em ser professora, mas a partir dessa experiência já poderia vir a pensar no assunto. No final do curso, consultei meus pais sobre a possibilidade de fazer o curso Científico, nível médio, pois estava pensando em fazer Jornalismo, já que sempre gostei muito de escrever e, na minha concepção, este curso facilitaria minha entrada na universidade. Fui convencida pelos meus pais da

impossibilidade de estudar fora de Duque de Caxias e, assim, voltei-me definitivamente para o curso Normal [...] A paixão pelo que faz também caracteriza um educador. Sem paixão nada acontece. [...] Os espaços por mim ocupados, ajudaram muito na minha formação. Tive professores muito bons e outros nem tanto. Todos deixaram marcas muito fortes na minha trajetória.. Outro espaço significativo, foi o curso de Pós-Graduação, em 1992. Em 1993, aposentada de uma matrícula, cheguei no Barro Branco, onde estou até hoje. A escola era considerada construtivista e na realidade ninguém tinha embasamento teórico para implementação dessa proposta. Como a diretora tinha uma cabeça pedagógica, partimos para nos fundamentar. Começamos a registrar tudo o que acontecia na escola. O nosso projeto político-pedagógico é referência para as ações que desenvolvemos. Desde 1994, vimos tentando trabalhar por projeto, nossos planos de ensino se originam dos projetos elaborados pelo grupo, em reuniões de planejamento.”

Vilma aponta elementos importantes em sua formação, tais como a escola, a experiência escolar, a paixão pelo ofício, o estudo coletivo e principalmente o registro da prática escolar. Por meio deste, é possível olhar o passado, avaliar o presente e projetar-se para o futuro, além, é claro, de se tornar a guardiã da memória da escola.

A professora Mara Ester Lessa Guedes, professora da escola do Projeto da Sala de Solicitação da Aprendizagem, também apresenta alguns marcos de experiência de sua formação, não apenas da influência familiar e escolar, mas também da vivência religiosa. Novo ingrediente significativo no processo de formação docente:

“[...] Nós não tínhamos quase nada em casa, mas o pouco que tínhamos, a gente dividia, repartia. [...] Minha família é meu ponto de apoio, meu porto seguro.

[...] Uma coisa importante na minha vida foi o processo da escrita e da leitura, essa experiência aconteceu dentro da igreja mesmo. Minha mãe contava histórias da Bíblia, meu pai [...] E me lembro da minha primeira experiência de leitura. Eu ficava sentada olhando para minha mãe lendo a Bíblia e ficava imaginando [...] eu acho que quando a minha mãe abre aquele livro, ela deve ver as figuras. Eu não entendia que eram palavras, letras.

[...] Recordo que no ginásio apesar das provas algumas leituras me marcaram, como a série Para gostar de ler e o livro Poliana. Eu viajava, escrevia, adorava fazer redação, adorava as aulas de português por causa das redações, só que o professor dificilmente lia as minhas porque eram muitos alunos, então escolhia uma, duas, três... algumas ele lia, outras não. E foi nessa

época que eu comecei a escrever um diário... engraçado, nunca mais tive um diário, mas aquele ficou marcado.

[...] Minha entrada no Curso de Formação no Colégio Estadual Fernando Figueiredo era opção da minha mãe e foi aceita por ser a única possibilidade de fazer o segundo grau durante o dia. Entretanto, teve grande influência na minha formação. Após o primeiro ano, comecei a me interessar, motivada pelos bons professores que mais tarde reencontro no sindicato.

[...] O fator decisivo na construção do saber e de sua experiência é a escola. Temos uma proposta de trabalho que toda escola foi ganha e isso colaborou muito com o meu amadurecimento, dentro da minha vida pessoal e profissional."

No caso específico da professora Mara, o universo religioso contribuiu para a sua formação humana e para a paixão pela leitura e pela escrita. Um outro aspecto a ser considerado em sua fala é a importância da escola pública, que lhe proporcionou a oportunidade de estudo, formação e trabalho. É possível também perceber uma certa denúncia relatada com mágoa, porém com sensibilidade, ao rememorar seu processo de escrita na infância, numa escola que não podia ouvi-la. Entretanto, após vivenciar o processo de formação dentro de seu próprio ofício, assume o fazer pedagógico, sendo capaz de ir ao passado e contá-lo. Seu relato acerca da proposta de trabalho da escola ratifica aquilo que Nóvoa (1991) refere como atributo da escola. Para ele, falar de formação continuada de professores é falar de um investimento educativo dos projetos de escola.

Ainda em Nóvoa (1998), encontramos que, na análise sobre as mudanças operadas pelas reformas nas escolas e nos professores, "esquecemos-nos de referir que foram quase sempre os professores que mudaram as reformas, selecionando, alterando ou ignorando as instruções emanadas de cima" (p. 29).

Não é fácil inovar, principalmente num momento em que a escola básica pode tornar-se cada vez mais operacional,⁶ com as profundas mudanças orientadas a partir dos ditames da ordem neoliberal. Neste sentido, a reflexão acerca das concepções de homem, de sociedade e de conhecimento pode possibilitar a construção de caminhos que assegurem uma mudança significativa, na perspectiva da ruptura e da emancipação. Estar comprometida com a educação emancipatória significa:

"[...] a construção de um currículo em uma abordagem democrática onde a produção do conhecimento pode e deve fazer-se rigorosa, porém, solidária e fundamentalmente comprometida com os valores legítimos da sociedade brasileira" (Saul apud Saviani, 2003, p. 50).

⁶ Termo utilizado pela professora Marilena Chauí na palestra de abertura da ANPED em 2003, com o texto "A universidade operacional", de quem tomo emprestado.

Para tratar as experiências político-pedagógicas vividas e tecidas pelas professoras no cotidiano da escola e do sindicato, optou-se pelas trilhas deixadas pelos próprios atores da história, por meio dos registros existentes e da memória, ouvindo suas histórias cotidianas, para perceber como traçam coletivamente os caminhos do *fazer* docente.

Sempre nos instigou e aguçou a curiosidade compreender quais as experiências de formação oportunizaram o engajamento de professoras que assumem como compromisso a luta pela construção da escola pública de qualidade social para todos, a partir da organização do movimento sindical docente. Conforme consideramos as falas iniciais das professoras, faremos o mesmo com as falas das líderes sindicais que atuam no Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação/Núcleo Duque de Caxias.

As líderes sindicais, que inicialmente não encontravam tempo para as entrevistas, logo após o momento inicial de conhecimento do projeto de pesquisa, do recebimento do Plano de Estudo, mostraram-se sensíveis e envolvidas nos depoimentos, tanto que nesse grupo o roteiro serviu apenas de parâmetro para a retomada dos objetivos da pesquisa, pois todas – Adelaide Cavalcanti Santana, Marisa Gonzaga da Silva e Soneli Antunes Aridt – relembavam os detalhes, desde a organização inicial do Núcleo, a busca de sede, a dificuldade de fazer a militância devido às pressões econômicas e políticas, os momentos que consideravam inigualáveis na história das lutas de resistência.

A professora Marisa Gonzaga da Silva mostrou-se sempre muito solícita em responder às questões. Marisa iniciou sua vida profissional na rede municipal em 1988, quando também assumiu a direção da APPMDC.⁷ Ao recuperar suas lembranças, Marisa se mostra como é, farta e preciosa na socialização do afeto, dos detalhes e do conhecimento que foi construindo ao longo de sua trajetória nos movimentos organizados. A professora rememora suas lembranças políticas, de engajamento partidário num momento difícil da história política do Brasil no final dos anos 1970:

“Fui fazer o Curso de Formação de Professores no Colégio São José e aí me apaixonei. Lá participei de festivais de música organizados pela Conceição que hoje é vanguarda e conheci também o pessoal que participava do Mr8.⁸ Continuei tendo amizade com eles, e comecei a participar da Associação de Moradores, inclusive, onde eles participavam no Gramacho, eu morava no Parque Lafaiete. Lembro que eles foram fazer uma pichação pois o Mário Andrezza viria a Caxias e aí eu fui, gostei, logo já estava participando da luta pela UERJ.⁹ Quando entrei pra Faculdade de Pedagogia da UERJ conheci o pessoal do PCB, conheci a Márcia Alvarenga, comecei a conversar com as pessoas e entrei para o

⁷ O Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação, existente desde 1979, foi unificado, em assembléia no dia 4 de fevereiro de 1991, à associação dos professores fundada em 1985: Associação dos Profissionais da Educação da Prefeitura de Duque de Caxias (APPMDC). A unificação com o SEPE foi referenciada no Congresso Estadual do SEPE/RJ, em 1992.

⁸ Movimento Revolucionário de 8 de outubro.

⁹ Refere-se ao processo de incorporação da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, na década de 1980. Para ver mais: DAVI, Gelson Pereira. *Novos atores na cena universitária da Universidade Estadual do Rio de Janeiro: (re)construindo a história da FEBF.*

partido. Eu me lembro que fui presa logo no 1º ano que a gente foi para o 1º de Maio, quando íamos pra Estudantina. Eles pararam a gente [o pessoal da repressão], parecia que a gente ia ser fuzilada, ficaram de gozação, pegaram nossas bolsas e nos levou para o DOPS,¹⁰ rua da Relação. Ficamos ali três dias, quem soltou a gente foi Modesto da Silveira. Saímos direto para uma Convenção do PMDB, o PCB estava lá no PMDB por causa da ilegalidade. Aí fomos direto pra Câmara... denunciemos... Ter participado do PCB foi muito importante pra mim.”

A professora Marisa retrata seu envolvimento com as lutas do movimento estudantil e partidário até chegar ao movimento sindical docente. Aponta suas inquietações políticas, do rompimento com o PCB (apesar da importância do partido em sua trajetória política) e da opção de vincular-se à corrente MCR¹¹ do Partido dos Trabalhadores. Relata ainda o impasse que viveu ao optar pelo contrato da rede pública municipal, após ter sido aprovada no primeiro concurso público realizado no município de Duque de Caxias, já que, trabalhando no sindicato dos metalúrgicos ganhava cinco vezes mais do que começaria a receber no magistério. Lembra, com carinho, de um grande amigo que solidariamente a estimulou a fazer o que queria:

“[...] foi o Antonio Neiva quem me deu o empurrão e aí optei, larguei tudo e em fevereiro de 1988, assinei o contrato com a rede municipal. Era o período do governo do Juberlan de Oliveira do Partido Democrático Trabalhista (PDT), fui trabalhar na Escola Municipal Marcílio Dias, no 2º Distrito de Duque de Caxias, assumindo uma turma de alfabetização.”

Marisa relata sua chegada, a primeira assembléia dos professores e a importância de sua atuação tanto no sindicato quanto na escola para sua formação profissional:

“[...] lembro que achei tudo muito interessante e fui perguntar qual era a posição da Direção sobre o movimento e as pessoas ficaram me olhando com uma cara estranha, mas nesta mesma assembléia entramos em greve e ficamos 80 dias parados, suspendemos, voltamos com mais 17 dias e depois mais dez, não teve aula naquele ano. Logo depois entrei para a direção, o estatuto permitia que ao saísse alguém da direção, outro poderia entrar sendo que a indicação era aprovada em assembléia[...]. Foi no sindicato que primeiro aprendi as questões pedagógicas e depois no Barro Branco.”

¹⁰ Departamento de Ordem Política e Social. Criado durante o Estado Novo, com o objetivo de assegurar a ordem e o processo repressor ao Movimento Social e aos militantes comunistas.

¹¹ A corrente Movimento Comunista Revolucionário junta-se à Ala Vermelha, dando origem à corrente Força Socialista, à qual a professora Marisa está vinculada no Partido dos Trabalhadores.

Para ela, os movimentos sociais, o partido e o sindicato foram essenciais à sua formação. A discussão também passa pela postura que se toma após a greve, na reposição ou não dos dias letivos e no replanejamento necessário dos conteúdos que devem ser desenvolvidos. Reconhece a experiência escolar vivida no Barro Branco, destacando as leituras, os debates efetivados nos grupos de estudos e na semana de planejamento. Entretanto, chama a atenção, com um jeito que revela que o compromisso político está impregnado em sua forma de viver e de ser, para o fato de que,

“[...] no dia a dia, aprendemos muito umas com as outras. Acho fundamental essa aprendizagem que se dá nessas trocas que não são marcadas pelo calendário escolar mas que se efetivam nos corredores, elas terminam aparecendo na hora dos estudos e marcam a vida profissional.”

Marisa não apresenta fotografias pessoais de sua trajetória de formação ou da participação nos movimentos sociais e partidários, mas mostra com carinho o convite de formatura de sua antiga turma de Pedagogia, em que os colegas, no convite de formatura, prestam-lhe uma homenagem:

“Homenagem Especial Marisa Gonzaga da Silva”

“Sua luta ainda frutifica. Não foi em vão todo o nosso movimento em prol da melhoria das condições de ensino da Baixada Fluminense.

Sabemos que o seu engajamento no sentido da transformação do Curso de Pedagogia de Duque de Caxias em UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE DUQUE DE CAXIAS, maximizando, assim seu potencial de atuação lhe foi bastante para que não concluísse o Curso junto conosco.

Sua luta é a nossa luta!”

(Formandos de 1985)

Marisa abandonou o curso. Hoje, estuda História na Faculdade Educacional de Duque de Caxias.

A professora Adelaide Cavalcante Santana, atualmente, é professora da rede pública estadual, no Curso Normal em Nível Médio e no Ensino Fundamental, como regente de turma, trabalhando com a disciplina História. Quando indagada acerca de suas experiências de formação, não hesita em afirmar que a chegada ao magistério foi imposta pelas condições econômicas, sociais e culturais. Destaca principalmente sua mãe, que, a todo momento, lembrava sua condição de pobre e negra e dizia que, com o magistério, poderia prestar concurso e ter emprego, já com a outra opção que a escola pública oferecia (o curso de Secretariado) seria complicado: “[...] pobre, negra, secretária ia ser difícil para conseguir no mercado de trabalho uma posição qualquer”. Adelaide acrescenta: “[...] cursei o Normal não como opção, mas como imposição da família, não tinha outra saída, acho que minha mãe, apesar de analfabeta, estava coberta de razão”.

Entretanto, à medida que recupera suas lembranças no período de 1979 a 1982, rememora sua participação no movimento estudantil a partir de sua entrada na Universidade Federal Fluminense, no período de 1979 a 1982, quando também se filia ao Partido dos Trabalhadores.

Recorda sua atuação no magistério público municipal e estadual, no 4º Distrito de Duque de Caxias, em Xerém, onde permanece trabalhando até hoje, e seu envolvimento inicial com o movimento sindical, como militante de base. Conclui: “[...] terminei Serviço Social, mas continuei na UFF, já tinha tomado gosto de ser professora, me matriculei no curso de História para ser professora”.

Adelaide torna-se professora por orientação da mãe e se constitui militante sindical a partir da experiência de sala de aula. Ela avalia sua chegada na direção do sindicato:

“[...] desde 1985 sempre participei como base, mas muito próxima da Direção nos comandos de greve. Lembro que nessa época os salários eram aviltantes e os profissionais que atuavam na APPMDC não tinham como objetivo organizar os trabalhadores da educação. A Associação foi criada pelo Hydekell de Freitas Lima como uma forma de negar e restringir a atuação do SEPE dentro do Município, não lembro de quem começou a iniciativa da unificação entre a Associação e o SEPE, porém é exatamente nesse momento que fortaleço minha atuação política em Duque de Caxias, já que eu estava mais integrada em Niterói. Esse foi o maior motivo para aceitar participar da Direção do sindicato, a busca da unificação da categoria dentro de um só sindicato.”

Segundo Adelaide, a formação acadêmica e a condição social foram fundamentais para a sua militância política. Por sua vez, a militância política exigia dela um comprometimento ainda maior com o fazer da sala de aula.

A professora Soneli Antunes Arltdt, professora aposentada da rede pública municipal e estadual, também buscou sua formação acadêmica no Curso de História. Hoje, é enfática em apontar um tempo em que a escolaridade não fazia parte do universo feminino. Conta acerca de sua saída da escola, mesmo contra sua vontade. Relata, com uma certa nostalgia, que só retomou os estudos um pouco mais tarde, com a ajuda de sua mãe. Apesar desta questão inicial, tem boas recordações dos períodos posteriores. Era uma aluna vibrante no ginásio, recebendo dos colegas o apelido de “faladeira” e o incentivo de dedicar-se às ciências exatas, por se sair muito bem em Matemática, mas, na época, já sentia uma tendência para as ciências humanas.

A influência marcante em sua escolaridade acontecerá no período do pré-vestibular, no curso Platão, localizado no Rio de Janeiro. Os professores de História que lá teve contribuíram sobremaneira para uma visão mais crítica do mundo. Por sua vez, considerou o Curso Normal do Instituto de Educação Governador Roberto Silveira, em Duque de Caxias, extremamente conservador. Não havia, no ambiente escolar, qualquer tipo de discussão política, ressaltando, como importante nesse período, a amizade feita com as colegas Teresa Franco e Vênus.

No que se refere mais especificamente ao envolvimento com o sindicato, evidencia passagens da organização do movimento sindical em Duque de Caxias e influências em sua trajetória:

“Durante a greve de 1979 é formada uma comissão provisória. Depois da greve é que houve eleição para a constituição da primeira direção do Sindicato Estadual dos Profissionais da

Educação. A Florinda e o Antonio Carlos foram às lideranças, acho que Marlúcia também. Lembro que a região do Jardim Primavera teve grande participação: Florinda, Marlúcia, Jane, Silvia todas moravam aqui. [...] Começo a perceber e ampliar as questões políticas, percebia inclusive como votava errado. [...] Terminada a greve volto para casa e volto as atividades da docência e de mãe. [...] Fico atuando como militante de base. Em 1988 numa assembléia de impasse da rede municipal ainda APPMDC, a primeira grande greve da rede, assumo uma comissão provisória junto com Langoni e Regina. Não éramos sindicalistas, inclusive, tivemos que aprender a fazer colagem. Quem ensinou foi a Marisa.”

Nos relatos de Soneli, é possível reconhecer dois aspectos. O primeiro se refere à formação escolar, principalmente a importância do curso pré-vestibular e dos professores de História, que contribuíram para uma visão mais crítica do mundo. O segundo diz respeito à sua condição de classe. Ao ser professora e experienciar as precárias condições de salário e de trabalho, envolve-se no movimento sindical. Nele, aprende a prática política.

Ao entrecruzar os relatos das professoras da escola e das sindicalistas, compreende-se que a escola não é o único tempo e espaço de formação. Compreende-se ainda que não podemos confundir educação com escola, embora a escola ocupe um lugar efetivo na educação da população. Entretanto, não há como compreendê-la fora dos vínculos com processos sociais concretos. Isso implica um alargamento das preocupações educativas, onde a escola se deixe ocupar pelas outras práticas educativas e principalmente pelos sujeitos dessas práticas.

A riqueza dos depoimentos decorre da possibilidade de percebermos a constituição de vários espaços de formação vividos pelas depoentes em suas *experiências* mais significativas no âmbito da família, da igreja, da escola e do sindicato, tecendo uma rede educativa. Assim, a *experiência* humana, como mediação entre o ser social e a consciência social, não se esgotaria na vivência das relações produtivas ou na vivência de classe; na verdade, essas vivências seriam também constituidoras do sentido de *fazer-se*, ou seja, do processo de formação dos sujeitos, observando ainda a interferência e a produção dos elementos culturais.

A riqueza dos testemunhos mostra, entre outros aspectos, que nenhuma das entrevistadas é indiferente às *experiências* vividas. Todas têm o que recordar e o que contar sobre as alegrias, as decepções e as dificuldades vividas. O fato de terem o que relatar revela o significado da escola e do sindicato em suas vidas. Lembram-se das características e do ambiente das instituições, dos nomes e dos traços dos professores que mais marcaram, dos colegas, de episódios e das interações estabelecidas nesses espaços, dos traços de suas famílias, de modo como concebiam o mundo e o relacionavam com essas *experiências*.

As recordações sobre o universo da escola e do sindicato podem estar relacionadas com o fato de que o olhar e o julgamento que os sujeitos fazem dos fatos do passado são selecionados pelas preocupações do presente. Desse modo, as lembranças relatadas não estão prontas, tampouco ficam armazenadas como memória pronta e acabada. O ato de rememorar é seletivo e dinâmico, da mesma forma que o conteúdo da memória, que, incentivado, se renova, ajuda a reviver, refazer e conservar determinadas lembranças. Como esclarece Ecléa Bosi (1979):

“Tal como as plantas, que na estação da seca se imobilizam e brotam nas primeiras chuvas, certas lembranças se renovam e em certos períodos dão uma quantidade inesperada de folhas novas. Como planta que se fortalecem com a enxertia outros ramos se nutrem de suas raízes e frutificam com vigor renovado, chamando para si a seiva dos galhos originais a enxertia social não deixa que as lembranças se atrofiem (p. 426).”

A análise inicial deste conjunto de depoimentos orais, especialmente do que as recordações trazem de comum, permite desvelar o que Bosi já havia demonstrado em seus interessantes estudos acerca da memória de velhos: o modo de lembrar é tanto individual quanto social. Bosi baseou seu trabalho em Maurice Halbwachs, teórico que consagrou o estudo da memória, trazendo conceitos tais como o de “memória coletiva”, reconhecendo que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva. Para o autor, a memória individual está integrada aos grupos de convívio e de referências de cada indivíduo, e esta, conseqüentemente, à memória coletiva de cada sociedade.

Ao pensarmos sociedade e indivíduos, recorreremos ainda a Norbert Elias. Para esse autor, inexistente um indivíduo sem o concurso da história e muito menos uma sociedade sem as referências às múltiplas individualidades que a compõem:

“Toda sociedade humana consiste em indivíduos distintos e todo indivíduo humano só se humaniza ao aprender a agir, falar e sentir no convívio com o outro. A sociedade sem os indivíduos ou os indivíduos sem a sociedade é um absurdo...” (1994, p. 67)

Bosi (1979) ainda destaca outros fatores que interferem na memória e que nos responsabiliza pelo delicado e difícil trabalho de rememorar, a partir de depoimentos, o sentido e o contexto do que é narrado:

“As lembranças grupais se apóiam umas nas outras formando um sistema que subsiste enquanto puder sobreviver memória grupal. Se por acaso esqueçemos não basta que os outros testemunhem o que vivemos. É preciso mais: é preciso estar sempre confrontando, comunicando e recebendo impressões para que nossas lembranças tenham consistência”. (P. 414)

Em nosso entendimento, as experiências construídas e acumuladas no processo de enfrentamento, sobretudo nas discussões pedagógicas, são constitutivas de uma identidade que se afirma coletivamente. As leituras, os debates, as disputas por projetos e concepções de educação, operadas no *fazer* cotidiano das professoras e no embate com a Secretaria Municipal de Educação, produzem uma experiência comum e identitária de si. É neste contexto que se situa a presente investigação, onde se desvela na construção dos projetos alternativos, o potencial emancipatório de resistência.

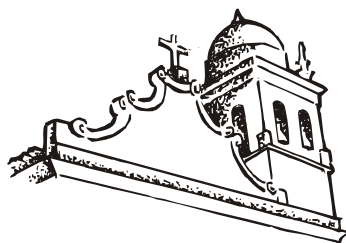
Neste sentido, revela-se a importância das pesquisas realizadas por Thompson (1981), que têm servido como suporte para uma nova abordagem teórica e empírica, quando indicam que: “o surgimento da *experiência* deve-se ao fato de os homens e mulheres serem racionais e refletirem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo” (p. 15). Ele defende que é possível trabalhar com as *experiências* cotidianas das pessoas não apenas pelas idéias apresentadas, mas também pelos sentimentos, valores, consciência, ou seja, *experiências* que se forjam na luta de classes. Ao desmistificar os argumentos que associam experiência a empirismo, coloca a *experiência* como práxis humana.

Os relatos orais e a multiplicidade de fontes permitiram significar a leitura dos testemunhos das professoras e das sindicalistas. “[...] Quanto temos que aprender e a nos fortalecer com tantos empenhos” Linhares (1998, pp. 18-19). Neste sentido, superar que é preciso ensinar às professoras. É possibilitar trazer para o debate a formação docente e aprofundar o conhecimento do campo da educação, que não ocupa espaço nos registros oficiais. É preciso registrar uma memória não-celebrativa dos discursos oficiais. Assim, não se permite que velhos sonhos das professoras das escolas públicas envelheçam e ainda se contraponham a uma das mais terríveis opressões econômicas sobre os sujeitos: “a espoliação das lembranças” (Bosi, 1979).

Referências Bibliográficas

- ARROYO, Miguel G. **“Experiências de inovação educativa: o currículo na prática da escola”**. In: MOREIRA, Antonio Flávio (org.). *Currículo: políticas e práticas*. São Paulo: Papirus, 2003, pp. 131-164.
- _____. **“A escola é importantíssima na lógica do direito à educação básica”**. In: COSTA, Marisa Vorraber (org.). *A escola tem futuro?* Rio de Janeiro: DP & A, 2003, pp. 127-160.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.
- _____. **O tempo vivo da memória**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- CANDAU, Vera Maria (org.). **Magistério: construção cotidiana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- _____. **“Reformas educativas hoje na América Latina”**. In: MOREIRA, Antonio Flávio (org.). *Currículo: políticas e práticas*. São Paulo: Papirus, 2003.
- _____. **“Apresentação: Os trabalhos da memória”**. In: BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979. pp.17-36.
- _____. **“A universidade pública sob nova perspectiva”**. Conferência de abertura da 26ª *Reunião Anual da ANPEd*. Poços de Caldas, 05 de outubro de 2003.
- ELIAS, Nobert. **Sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- GOODSON, Ivor F. **“Dar voz ao professor: as histórias dos professores e o seu desenvolvimento profissional”**. In: NÓVOA, António (org.). *Vidas de professores*. Portugal: Porto, 1995, pp. 63-78.
- GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- HOBSBAWN, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- LINHARES, Célia Frazão Soares. **“Terremotos na Pedagogia: perspectiva da formação de professores”**. In: SILVA, Waldeck Carneiro da. et al. (org.). *Formação dos profissionais da Educação: o novo contexto legal e os labirintos do real*. Niterói: EdUFF, 1998, pp. 11-34.
- MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. **Baú de memórias, bastidores de histórias: o legado pioneiro de Armanda Alvaro Alberto**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

- MOTTA, Márcia Maria Menendes. “**História e memórias**”. In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.). *História: pensar e fazer*. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História, 1998, pp. 73-90.
- NEVES, Margarida de Souza. “**A educação pela memória**”. *Teias. Revista da Faculdade de Educação/UERJ*, n° 1, junho de 2000, Rio de Janeiro: UERJ.
- NÓVOA, António. “**O método (auto)biográfico na encruzilhada dos caminhos (e descaminhos) da formação de adultos**”. *Revista Portuguesa de Educação*. Portugal: Universidade do Minho, 1988.
- NÓVOA, António. “**Concepções e práticas de formação contínua de professores**”. In: *Formação contínua de professores: realidades e perspectivas*. Portugal: Universidade Aveiro, 1991.
- _____. “**Formação de professores e profissão docente**”. In: NÓVOA, António. (org.). *Os professores e sua formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1995.
- _____. “**Relação escola-sociedade: novas respostas para um velho problema**”. In: SERBINO, Raquel Volpato et alii. *Formação de professores*. São Paulo: Fundação editora da UNESP, 1998.
- POLLAK, Michel. “Memória e identidade social”. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Associação de Pesquisa e Documentação Histórica, v. 5, n° 10, 1992, p. 200-215.
- _____. “**Memória, esquecimento e silêncio**”. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n° 3, 1989, pp. 3-15.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. “**História oral e arquivos na visão de uma socióloga**”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *História oral e multidisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994, pp. 101-116.
- _____. “**Relatos orais: do indizível ao dizível**”. In: VON SIMON, Olga M. (org.). *Experimentos com histórias de vida (Itália – Brasil)*. São Paulo: Vértice, 1988, pp. 15-43. [Enciclopédia Aberta de Ciências Sociais].
- TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. V.1: A árvore da liberdade.
- _____. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. V. 1: A árvore da liberdade.



VISÕES UNIVERSITÁRIAS SOBRE A BAIXADA FLUMINENSE

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES ACERCA DA REORGANIZAÇÃO ESPACIAL DO BAIRRO CENTENÁRIO – DUQUE DE CAXIAS – RJ

*André Santos da Rocha¹
Sidney Cardoso Santos Filho²*

Considerações iniciais

Construção, reconstrução, sociedade e seus conflitos, sob o prisma de um jogo de interesses. É dessa forma que acontece a organização do espaço habitado. Falar em organização espacial é difícil, principalmente quando lidamos com sociedades inseridas dentro da lógica capitalista dos “países em desenvolvimento”; mais ainda, refletirmos sobre mudanças sociais em que a sociedade pouco pensa ou mesmo atua frente a essas mudanças, estando [seus membros], na maioria das vezes, apenas como meros espectadores desta grande peça teatral, na qual o espaço vivido serve de grande palco destes contrastes. Que nos remeta então à construção do espaço geográfico. Por isso vale a tentativa deste artigo de promover algumas considerações sobre a organização espacial do bairro do Centenário (figura 1), que está inserido no do município de Duque de Caxias, que por sua vez se enquadra na Baixada Fluminense (mapa 1), contextualizando-se assim, dentro de uma lógica local-regional, o que levou e tem levado a tais mudanças. Via de regra, devemos atentar, para melhor compreensão desta dimensão da sociedade, que é espacial, conforme nos afirma SANTOS (1992, p.14), para o entendimento de que “Fatos isolados são abstrações e o que lhes dá concretude é a relação que mantêm entre si”. Deste modo, pensar a organização espacial é pensar o espaço como um “sistema de objetos e ações”. (SANTOS, 2002)

Então, dentro desta contemporaneidade social sob a ótica da valorização dos conteúdos é que as formas tomam novas vertentes via os interesses diversos de seus agentes construtores, como o “Estado. Grupos imobiliários, o grande capital agenciador, a estrutura fundiária e os grupos sociais diversos” (CORREA, 1993), que transformam as aparências e os constrangimentos sociais³ para que,

¹ Graduando em Geografia (licenciatura plena) pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Duque de Caxias; professor de Geografia da Escola Santo Antonio da Prata; membro no Núcleo de Estudos Geográficos da Baixada Fluminense (NEG-BF/FEUDUC).

² Graduado em Geografia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Duque de Caxias e pós-graduando em Geografia do Brasil pela CEPEA/FEUDUC. Professor do projeto Acelera Jovem (ONG VIVA RIO). Membro do Núcleo de Estudos Geográficos da Baixada Fluminense (NEG-BF/FEUDUC).

³ Trataremos constrangimentos sociais da mesma forma que Milton Santos (1988) fala de rugosidade, que seriam marcas do passado que persistem no presente.

assim, possam exercer uma maior apropriação das peças fundamentais para o exercício do controle, para que possam de maneira específica tirar vantagem das variantes locais, onde o que mais vai importar é a questão do lugar. O bairro do Centenário se insere nesta perspectiva pelas mudanças de conteúdo que marcam esse novo período. Poderemos, assim, traçar algumas considerações sobre como os agentes construtores do espaço urbano influenciaram no remodelamento e na intensidade da circulação dos fluxos⁴ que vêm afirmar, então, a nova vocação do bairro do Centenário.

O bairro Centenário e as mudanças socioespaciais

As mudanças sociais que ocorrem sob a dinâmica do espaço local realizam-se frente às mudanças pertinentes e reflexivas. Assim, os (des)caminhos que fracionam a sociedade são de caráter histórico, o que justifica, então, as aplicações de um estudo histórico- geográfico, que construímos sob o prisma de um espaço social. Essa idéia fica clara nas palavras de Moraes (1999, p.123), quando considera que “O espaço social ou humano é histórico, obra do trabalho, morada do Homem(...)campo de força cuja energia é a dinâmica social”. Desse modo, é intrínseco traçar um panorama histórico sobre a evolução da função socioeconômica do bairro Centenário, tendo em vista que as relações supralocais influenciam de maneira direta as relações locais de poder. Deste modo, é de grande valia buscar os entendimentos da conjuntura social e econômica para entendermos e tentarmos vislumbrar a atual vocação do bairro Centenário.

O contexto do bairro Centenário é visualização, ou mesmo pode ser percebida dentro da evolução urbana do município de Duque de Caxias, que passou por um crescimento populacional vertiginoso nos anos 1950. A urbanização do município ocorreu a partir das necessidades de absorver o crescimento a que a cidade se via destinada, influenciada por inúmeros fatores, a saber: a implementação de rodovias federais como a antiga Rio-Petrópolis, atual avenida Presidente Kennedy; a chegada de empresas como a Fiat (antes, Fábrica Nacional de Motores) e a Reduc e mais ainda com a construção da avenida Brasil, em 1946, que contribuiria para maior acessibilidade dos municípios periféricos à grande metrópole carioca⁵.

A vocação municipal se instala com a finalidade de suprir a demanda social e econômica das estruturas locais e supralocais. É neste contexto que aparece o bairro Centenário. Com sua localização privilegiada pelo fácil acesso às vias de escoamento da produção, por conta da proximidade com a antiga Rio-Petrópolis, o bairro irá despertar uma vocação suburbana industrial com a notabilidade da presença de duas indústrias, a saber: a fábrica de tecidos União e a fábrica da açúcar Pérola. Desse modo, as funções do bairro irão acontecer no entorno dessas fábricas, com maior movimentação durante o dia. Assim, a concepção de um bairro “industrial” se instalara em meio à sociedade local. Cabe salientar aqui que este bairro era, e é também, um bairro residencial.

As vantagens locais do Centenário não foram suficientes para manter suas atividades industriais em alta. Sabe-se que toda uma conjuntura econômica do Brasil, com a abertura econômica no final dos anos 1980, e principalmente início dos anos 1990, veio agredir significativamente a indústria local, bem como outros pólos de desenvolvimento do país, como Vilar dos Teles, outrora classificada como “capital do Jeans”⁶ e, por decisões supralocais, caso da abertura econômica, se vê fragilizado e acaba por virar quase uma verdadeira cidade “fantasma”, como afirma RODINE (2004, p.174):

⁴ Deve ser entendido em seus mais variados ícones: pessoas, mercadorias, informações, etc.

⁵ Sobre essas características históricas, tome-se como referência Dalva Lazaroni (1990), que conta em livro a história de Duque de Caxias.

⁶ Esse é o termo que se usava para designar Vilar dos Teles, bairro de São João de Meriti, quando este era um dos maiores pólos de distribuição e produção do material do Brasil. A esse respeito, veja-se RODINE (2004).

“Embora possa parecer exagero, o cenário resultante da queda vertiginosa que sofreu a capital do Jeans na década de 1990, era, sem dúvida, o que se pode chamar de cidade fantasma, tamanho era o contraste ante o movimento que pôde ser visto naquela área no período de seu auge. Galerias e S.C(s). quase completamente vazios eram formas inertes sem qualquer teor de funcionalidade”. (Grifo nosso)

Da mesma forma que RODINE (2004) registra esses momentos em Vilar dos Teles, ele foi sentido em outras localidades, inclusive no Centenário, que passara então esse período em um processo de desvalorização imobiliária e uma multiplicação por zero de suas formas, ou seja, elas se mantêm em inércia social⁷, à espera de uma solução funcional que mascare a formação da dinâmica socioespacial com um ditame bastante freqüente em países subdesenvolvidos que, ao se inserirem na nova lógica do capitalismo globalizado, rompem as estruturas locais e deixam à deriva milhares de pessoas que dependem constantemente da ação do estado como um interventor dos direitos do povo mas que na nova ordem se coloca como defensor de um único estado, o do dinheiro. Ele se forja segundo os ditames dos poderosos, que “eliminam” e arrasam milhares de lugares pelo complexo evangelho do lucro, que acaba por gerar uma verdadeira batalha entre os lugares⁸.

O Centenário, após este período de “congelamento” de sua dinâmica econômica e de sua funcionalidade, se redefine como uma transformação de seu conteúdo via implementação de objetos técnicos que possibilitaram uma maior integração do bairro à conjuntura do município e à nova idealização de alcançar novos mercados, o que, para o capital agenciador, é seu dever principal.

O remodelamento do Centenário se dá pela intervenção estatal, com a realização das obras de duplicação da avenida Presidente Kennedy, que é a via de acesso do bairro, e a implementação do Terminal Rodoviário Prefeito José Carlos Lacerda, localizado nas proximidades do Centenário e do bairro 25 de Agosto.

A implementação do terminal rodoviário veio dinamizar a circulação dos fluxos que antes perpassavam por este local, influenciando tanto na qualidade e na quantidade do fluxo do bairro que, após essa intervenção, como implementação de equipamentos urbanos por intermédio do estado, valorizaram-se e romperam-se os “constrangimentos sociais” locais e revitalizou-se a dinâmica produtiva. Via essa maior mobilidade, frente às lógicas locais de proximidade do centro de Duque de Caxias, o *grade core*⁹ atrai grande parte dos moradores pelos tipos de serviços por ele oferecidos. Como destaque para os sistemas de ensino que se enquadram, a presença de escolas particulares e instituições de nível superior, caso da Unigranrio.

Para acompanhar essa dinâmica, o Centenário irá se destacar pelas novas funcionalidades em relação aos sistemas educacionais com a explosão de centralidades educativas privadas que se desencadeia frente à necessidade latente desses serviços para a população, equanto o estado, mais

⁷ Inércia social pode ser entendida quando uma forma perde sua função e fica à espera de uma função à mercê da especulação imobiliária. Ver Roberto Lobato Correa em “O espaço urbano” (1999).

⁸ “Guerra dos lugares” (Milton Santos, 2002): guerras fiscais travadas pelos estados, municípios e mesmo países para atrair os grandes capitais, que se importam apenas com a lucratividade.

⁹ Poderemos encontrar também a sigla CBD – *central business district* – em inglês, que serve para designar a área central de uma dada cidade ou região. Ver CORREA (1999).

uma vez, deixa a desejar. Podemos citar que anteriormente o bairro apresentava apenas movimentações nítidas no período do dia, via o funcionamento das indústrias locais. As instituições de ensino, por sua vez, operavam também no mesmo horário diurno. Após a implementação do terminal rodoviário e maior aceleração da demanda dos fluxos, houve também a ampliação do funcionamento dessas instituições de ensino por meio de associações com universidades, dando ao bairro um caráter funcional. Assim, temos três instituições que neste período se comprometeram com associações, visando atender a crescente demanda: a Escola Ana Laura, se associando às escolas SET e funcionando no horário noturno; o Colégio São José, que faz um convênio com a Universidade Estácio de Sá para oferecer curso de nível superior no período noturno; e o Coca, Colégio Casemiro de Abreu, que, no mesmo sistema do São José, associou-se à Unigranrio, que tem sede no Bairro 25 de Agosto mas abre seu pólo no Centenário para melhor abocanhar a demanda que se instala dentro desse novo sistema.

Cabe salientar que este tipo de associação entre escolas e universidades vem ocorrendo acentuadamente, em especial na Baixada Fluminense, onde a carência de instituições de ensino superior é conhecida, mais ainda se pensarmos em instituição de ensino superior do poder público.

A demanda social instalada também se manifesta sob as áreas cristalizadas ou em inércia, como pode ser evidenciada quando se propõe um novo uso para o antigo prédio da fábrica de açúcar Pérola, que depois de ser abandonada, é demolida a forma antiga para, então, ser reestruturada para o funcionamento e inserção de um supermercado da rede Prezunic. Que se instala via regalias fornecidas pela acessibilidade de seus consumidores e a comodidade de fácil escoamento de entrada e saída de mercadorias, pois o Centenário se consolida como uma área de fuga das atividades que se tornaram muito concentradas no *core* do Município de Duque de Caxias. A ponto de as atividades comerciais e o fluxo serem tão intensos que aplicam como uma deseconomia¹⁰ para a região central. Em entrevista de campo, foi constatado que o estabelecimento da rede Prezunic (anexo) no Centenário se deu por motivos bem específicos como a facilidade de mobilização de mercadorias e consumidores, tendo em vista que a área central se comporta de maneira congestionada pelo fluxo de veículos e pessoas que por lá circulam, o que inviabiliza o conforto do consumidor, que quer sempre tudo prático e rápido.

O processo de refuncionalização do bairro está em constante modificação, de certo que as implementações de objetos técnicos como a rodoviária e o depósito do Detran do Município de Duque de Caxias vieram consolidar melhorias e proporcionar a retirada do aspecto marginalizado, deixado pela ausência de função no período de defasagem, das indústrias locais.

De maneira geral, as estruturações que se consolidam na paisagem, que, fazendo uso das palavras de Milton Santos (2002), “se mostram como um acúmulo de tempos”, são inerentes aos novos rumos tomados pela nova lógica globalizadora que se instala em uma relação histórico-geográfica. Assim, falar em organização espacial, é falar, também, em dinâmica social, onde os jogos sociais se travam, onde as lutas se revelam mútuas com apenas um sentido: a busca incessante por uma História e uma Geografia de mudança, mas que a mudança não seja feita de cima para baixo como sempre foi, mas de maneira democrática, em que o social seja respeitado, em que cada um tenha direito a seu espaço, um espaço social, o seu espaço vivido, tentando-se repensar uma nova proposta de inclusão, propondo-se uma outra globalização, de inserção das massas, enfim, repensando-se os espaços do cidadão.

¹⁰ O termo deseconomias refere-se à descentralização de alguns serviços prestados pela área central que são expelidos para o seu entorno, sendo conhecido também como deseconomias de aglomeração.

Para não concluir (...)

A dinâmica social é sempre imbuída de grandes contrastes, sejam culturais ou econômicos. Nos dias de hoje, sem sombra de dúvidas, [essa dinâmica é] revelada por um contraste espacial. Sabe-se que a inserção na nova lógica da globalização desperta, em todos os lugares, uma nova maneira de pensar a sociedade. Da mesma forma que o Centenário tem sofrido modificações via remodelamento das estruturas locais e supralocais, cabe assim assumir mais a dinâmica social como a geradora de contrastes que nos fornecem o reflexo de nossas ações em uma espécie de foto que deixa lembranças. Assim nossas relações irão deixar na paisagem marcas que sempre estarão em constante metamorfose. Frente a essa nova realidade, sobrevêm alguns questionamentos, tais como:

- Como as redes técnicas poderão afetar mais ainda a organização espacial do Centenário e mesmo do município?
- Qual será a nova vocação econômica dos bairros de Duque de Caxias e do próprio município frente a esta nova ordem global?
- Até que determinado ponto, estado e sociedade estarão preparados para absorver essa nova demanda de ordem estrutural?
- Como a Baixada Fluminense tem se colocado frente às novas ordens ditadas pelo capitalismo perverso ?

É certo que muitas das respostas a tais questionamentos não serão encontradas de modo fácil, mas se o pertinente artigo conseguir despertar o interesse da comunidade científica local, já nos damos por satisfeitos. Para tanto, a nossa proposta neste artigo não é extirpar por completo os conteúdos aqui propostos sobre o processo de organização espacial nem nos dar por acabados com estas palavras, mas despertar futuras reflexões acerca dos estudos espaciais e sua importância na compreensão da dinâmica social, bem como da compreensão socioespacial do Município de Duque de Caxias. Que antes de tudo sirva para repensar a condução da apropriação do espaço, para que este possa ser forjado em ditames mais igualitários, em uma justiça realmente social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORREA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1993.

HAESBAERT, Rogério. **Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo**. Niterói: Eduff, 2001.

LAZARONI, Dalva. **O Município de Duque de Caxias**. Duque de Caxias: Ao Livro Técnico S.A. Indústria e Comércio, 1990.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia – Pequena História Crítica**. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Edusp, 2002.

_____. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Editora Hucitec, 1993.

_____. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1992.

REVISTA CAXIAS MAGAZINE, Rio de Janeiro: Gráfica Magé, 1997, 3º trimestre.

RODINE, Simone Cortês. “Funcionalidade de Vilar dos Teles: de antiga capital do jeans aos dias atuais”. In: OLIVEIRA, Rafael da Silva (org). **Baixada Fluminense, Novos Estudos e Desafios**. Rio de Janeiro: Paradigma, 2004, p. 148-189.

HISTÓRIA URBANA E DO COTIDIANO DE UM BAIRRO DA BAIXADA FLUMINENSE: HELIÓPOLIS

*Cristiane da Silva Pontes*¹

*Mônica Marinho Senna Pimental*²

*Patrícia Aparecida Viana Morais*³

Breve Histórico do Município

O Município de Belford Roxo se localiza na região Metropolitana do Rio de Janeiro, integrando a Baixada Fluminense. Está dividido em cinco sub-prefeituras: Areia Branca, Nova Aurora, Lote XV, Parque São José e Jardim Redentor. Apresentaremos um breve histórico deste município para posteriormente discutirmos a ocupação de Heliópolis.

A área onde atualmente estão localizados a Bayer, a Abeu e o centro de Belford Roxo era conhecida como “Fazenda do Brejo”. Nela funcionava um engenho de açúcar, cortado pelo Rio Sarapuí, e como quase toda a Baixada Fluminense, cercado por pântanos e brejais. Em 1720, possuía em suas margens um porto para o escoamento em canoas da produção de açúcar, arroz, feijão, milho e aguardente para a corte do Rio de Janeiro. Nesta época as tropas de burro, principal transporte terrestre, levavam mercadorias das fazendas e voltavam carregadas de materiais que chegavam da corte. Esta prática funcionou até 1858, quando a Estrada de Ferro D. Pedro II, ligando Queimados a São Cristóvão, foi construída.

O Brejo, melhor dizendo, a Fazenda do Brejo teve vários proprietários até 1843, entre eles o padre Miguel Arcanjo Leite, o Barão de Jacutinga. Com a transformação da região na década de 1920, surgiram os loteamentos no velho Brejo, originando posteriormente as vilas. Como exemplo do seu desenvolvimento em 1931, Belford Roxo recebeu a visita de Getúlio Vargas para a inauguração de uma praça com seu nome.

O movimento em prol de sua emancipação aconteceu em dois períodos. O primeiro em 1962, quando as lideranças da época se reuniram para discutir os assuntos inerentes ao processo de emancipação. O segundo período iniciou-se em 1985, com o apoio e engajamento de várias personalidades. Em 12 de junho de 1988, após votação, o Tribunal Regional Eleitoral promulgou o resultado e mais uma vez a comemoração da vitória ficou para mais tarde.

O processo foi enviado para a Assembléia Legislativa em 22 de março de 1990, foi aprovado por unanimidade o projeto de lei para a criação do Município de Belford Roxo e no dia 3 de abril do mesmo ano Gilberto Rodrigues, o governador em exercício, sancionou a Lei nº 1.640. Ela estabeleceu os limites do município.

A partir daí começou um novo projeto: a escolha dos representantes do município. Os candidatos que concorreram ao primeiro mandato na prefeitura foram Jorge Júlio Costa dos Santos, o Joca, Laerte Bastos, Ari Silva e Osvaldo Lima. Em 1993, a população foi às ruas e elegeu no 1º turno Jorge Júlio Costa dos Santos o primeiro prefeito da cidade.

¹ Graduanda do 6 Período de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Duque de Caxias. Professora da Associação Franciscana da Divina Providência.

² Graduanda do 6 Período de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Duque de Caxias.

³ Graduanda do 6 Período de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Duque de Caxias. Professora do ensino fundamental do Centro Educacional Castro Rocha.

O município foi emancipado muito recentemente. Hoje representa uma cidade em desenvolvimento. Seu desenvolvimento econômico é visível, daí o estimula e incentiva para a instalação das grandes indústrias em seu território, iniciando uma nova fase de sua história.

Heliópolis

O bairro de Heliópolis originou-se da antiga fazenda Heliópolis, que na década de 30 pertencia ao doutor Farrula. Essas terras eram abundantes em eucaliptos, pés de abiu e também uma grande plantação de laranjas. Aí criavam-se perus e galinhas, como podemos destacar em trechos da entrevista do senhor Carlos Gomes, morador que chegou a Andrade de Araújo, bairro vizinho a Heliópolis, em 1937, e em 1948 começou a apanhar leite na fazenda Heliópolis. Diz ele:

“Morava em Andrade de Araújo, mas... o pedaço..., a gente vinha buscar leite na fazenda, que era fazenda, né? 1948 comecei a apanhar o leite na fazenda. Então aqui era igual, tudo pé de abiu, pé de ... era granja, aqui era granja, peru, galinhas...”

Em relação à plantação de laranjas, essa produção em Heliópolis era em menor escala, comparada a outros bairros vizinhos, como Andrade de Araújo, ambos pertencentes a Nova Iguaçu. Segundo o jornal Correio da Lavoura, entre 1936 e 1938 aconteceram grandes exposições de laranjas. Mas o destaque do bairro, no que diz respeito à economia, era mesmo a criação de perus, galinhas, produzidas na fazenda do doutor Farrula.

Podemos perceber que esse tipo de criação era comum na região, pois o jornal Correio da Lavoura publicava pequenas notas sobre cuidados com perus e galinhas. Heliópolis, que na época ainda era fazenda, foi destaque na exposição de avicultura, e a Granja S. A. Farrula ficou em 4º lugar nessa exposição segundo Jornal Correio da Lavoura de 28 de janeiro de 1940.

Na fazenda existiam poucas casas e algumas sedes. Os funcionários da fazenda do doutor Farrula trabalhavam em troca de cartõezinhos para fazer suas compras; não levavam dinheiro. Os cartõezinhos eram utilizados para fazer suas compras no próprio armazém da fazenda, segundo relatos do entrevistado senhor Carlos Gomes.

Segundo relatos de Márcio Macedo, próximo à fazenda existia uma linha férrea, com trem “maria-fumaça”, e que mesmo após o loteamento, ficou sendo um importante meio de transporte da área. O nome da estação, Heliópolis, talvez possa ser uma das explicações para origem do nome do bairro.

Comparando os mapas de loteamento de 1949, 1950 e 1953 com os relatos de Waldir Fortunato, concluímos que a fazenda foi desmembrada neste período. As terras foram vendidas ao senhor Charles Mozart, um suíço, e depois divididas em várias glebas. Segundo Márcio Macedo, esse novo proprietário convidou seu pai, Geraldo Macedo, para administrar o loteamento, promover a derrubada de eucalipto e laranjais e limpar valas. Geraldo Macedo chegou à fazenda acompanhado de sua família, vindo do bairro do Flamengo, no Município do Rio de Janeiro. Uma das sedes foi cedida a Macedo para que se estabelecesse com sua família, nela residindo até hoje.

Observando as plantas de loteamento de 1950 e 1953 constatamos que as empresas responsáveis por sua comercialização foram a Companhia Jardim São Francisco e a Companhia Brasileira S/A. As companhias dividiram os lotes entre si para facilitar as vendas. Estes lotes eram adquiridos através de promissórias que dentro de um determinado período eram resgatadas. A

divulgação da venda dos lotes era feita através de jornais e atraía migrantes e imigrantes. Os últimos a se instalarem na região fundaram lojas comerciais.

As casas comerciais nesta época eram chamadas de “vendas” e o comércio era muito precário. E era feito através de “caderninhos”. A marca destas famílias que mantinham comércio na região pode ser exemplificada pela rua Dona Madame Mariana, comerciante desta época. Segundo estes e Merian Pinheiro, próximo ao Golpe de 1964 várias lojas foram invadidas e saqueadas. Para conter os saques, o Exército teve que intervir.

O transporte durante a época da fazenda era totalmente dependente do trem, com seus trilhos cortando toda a área, com a estação Heliópolis. Depois da desativação da fazenda, continuou importante, pois levava as pessoas para o trabalho. A maioria trabalhava no Rio ou em outras áreas. Não temos como “abraçar” toda essa massa trabalhadora, tornou-se mais um exemplo de bairro “dormitório” da Baixada Fluminense, uma das principais características da área. Esse trem passava três ou quatro vezes ao dia levando passageiros da região até a estação de Francisco Sá, atual São Cristóvão. A população do bairro sentia grande dificuldade nessa parte, como percebemos no relato da senhora Josefa Maria:

“Tinha dificuldade grande, meu grande, a salvação era esse trenzinho que carregava tudo, carregava areia, carregava... é..., muita lavadeira, carregava muito passageiro, né? Era ... a, a, condução na época esses trens, sem esse trem não tinha...”

O trem também tinha a função de divertir as crianças, pois em alguns casos elas eram da cidade, onde só viam muitos carros. O trem para elas passou a ser uma novidade, segundo relato do senhor Márcio Macedo. As linhas beiravam as casas, de onde as pessoas viam o trem passar. Essa estação fechou em 1952.

Depois veio a Viação Pajé, que também levava a população para Nova Iguaçu de forma precário. Em nota no jornal Correio da Lavoura, a população utilizou esse meio de comunicação para reclamar da empresa. Pelo relato de Waldir Fortunato, essa viação pertencia a Décio Carlos Magno, o Toureiro, que tinha sociedade nesse negócio com o Bento Gonçalves. *“Tinha era sócio, eram sócios os dois Bento e Décio Carlos Magno, o toureiro”*. Como também podemos destacar o relato da senhora Josefa Maria falando sobre a viação. *“E essas lotaçãozinha que era do..., do Toureiro, né? Que ia pra todo, pra todo lugar, lugar, mais pra Nova Iguaçu, pra Belford Roxo...”*

Como vemos, o nome dessa viação era de origem indígena, como essas atualmente, várias ruas, como Tapajós, Tucuman e outras. No relato do senhor Waldir Fortunato, temos uma possível explicação para isso. Para ele, quando o pessoal do loteamento chegou, havia muito mato, pouquíssimas pessoas. Então o loteador fez uma analogia com os indígenas e seu ambiente natural, como se as pessoas que ali estavam fossem nativos.

A estação de Heliópolis foi desativada em 1952, com a ajuda do senhor Waldir Fortunato, como vemos em seu relato:

“Eu peguei, o, o, a, a, máquina da prefeitura, trouxe a primeira máquina, porque não consegui arrebentar os trilhos, muitos trilhos dentro do concreto, eu tive que tirar a estação dali, porque eu tinha aquela área, aí eu consegui uma terceira máquina para quebrar a estação todinha.”

Foi com esse mesmo senhor, que depois se tornou um dos vereadores do município representando o bairro, que se iniciou a construção da praça no lugar da estação, implantou-se o asfalto e se inaugurou a feira que está lá até hoje.

O bairro sofria com a falta de saneamento básico, pessoas frágeis a doenças em consequência disso, com ruas cheias de lama, com falta de postos de saúde, levando as pessoas a ter que se tratar em outros lugares. As crianças eram as que sofriam, buscavam recursos em outros bairros do município de Nova Iguaçu.

A luz elétrica era no início controlada por uma cabine, que ficava onde atualmente é um prédio perto da Cedae em Belford Roxo, isto em 1952, e abastecia todas as casas. A postiação veio por intermédio de Castelo Branco, que colocou esse sistema elétrico em toda a Baixada. Com isso as cabines foram desativadas antes da postiação. A cobrança era feita de porta em porta, por isso poucas casas possuíam luz.

Com o abastecimento de água não foi diferente. As dificuldades existiram de acordo com o jornal Correio da Lavoura. Em 1949, chegou o abastecimento da água para a Nova Iguaçu, e para Heliópolis.

A construção da Paróquia São Judas Tadeu de Heliópolis se deu de maneira curiosa. Começou com as férias do monsenhor Solano Dantas de Menezes, capelão da Irmandade do Santíssimo Sacramento do Rio de Janeiro, organizada na Avenida Passos. Ele veio passar suas férias em Heliópolis, gostou do lugar, comprou um lote e construiu sua casa de campo. Viu o abandono geral e agiu, e em 1949 construiu a capela, com a ajuda dos paroquianos do Rio. Em 1953, inaugurou-se a Escola São José. Em 1959, Heliópolis obteve da cúria o primeiro registro de seus batizados. Com a capela e com a ajuda do monsenhor Solano Dantas, vieram alguns serviços sociais, como: a primeira escola, o orfanato, o pequeno posto médico e a escola de artesanato. Heliópolis se tornou Paróquia em 7 de abril de 1968, com a chegada dos padres Ângelo Mantano e Matteo Vivalda, diocesanos da Itália.

Em 28 de outubro de 1968, um senhor comerciante do Rio, espírita, doou três lotes de terra na rua Tabira e em janeiro do ano seguinte, começaram as obras, com a ajuda do senhor Waldir Fortunato. Ele intermediou esse contato com o senhor Antônio Plínio, que o chama carinhosamente de Antônio Mineiro. Esta informação pode ser constatada no relato do senhor Waldir Fortunato e através da cópia de um pequeno relato sobre a história da igreja. Depois dessa construção, as festas eram freqüentes, com a participação ativa da comunidade, que tornou um grande elo entre a população e tornando-se também um lazer prazeroso, pois nada tinha de diferente nesse sentido, onde as missas se tornavam ponto de encontro de conversa e de distração. Uma curiosidade do bairro presente em quase todas as entrevistas é que o bairro recebia freqüentes visitas do presidente Getúlio Vargas, que vinha e ficava no morro do Caracol, fazia seus churrascos, trazia muitos convidados e atraindo a imprensa que esperava conseguir algum flagrante. Por isso toda essa área abaixo do morro, uma rua em especial, se chama Retiro da Imprensa.

Panorama Atual do Bairro de Heliópolis

O bairro de Heliópolis enfrenta dificuldades semelhantes a qualquer bairro da Baixada Fluminense. Podemos citar: falta de assistência médica, saneamento, asfalto das ruas. As que são asfaltadas, vimos asfalto de má qualidade, como se tivesse “prazo de validade”. O descaso ainda é grande no bairro. O rio Botas, que corta o bairro, está totalmente poluído, visto que antes suas águas serviam para o lazer da população. Hoje o banho está proibido.

Alguns nomes de ruas foram dados em homenagem a pessoas que tiveram participação na formação do bairro, como: doutor Farrula, madame Mariana, Geraldo Macedo.

No aspecto populacional, atores sociais atuantes da história do bairro são em sua maioria trabalhadores assalariados, de classe média baixa, e outras perto do nível de miséria. O bairro, em toda a sua história, não teve condições de “acolher” seus moradores, no sentido de emprego, visto que não há indústrias, fábricas no local, sendo o comércio local o único “acolhedor” de mão-de-obra local, mesmo assim em pequena escala. Os comerciantes são moradores do bairro. Este comércio tem se desenvolvido, com novos estabelecimentos. Vimos trêileres, bares, pizzarias, farmácias, minimercados, bazares, armarinhos, lojas de variedades, etc. Mas ainda não é suficiente para aumentar o número de empregos. Estes bares e pizzarias têm sido uma das poucas opções de lazer do bairro, mas não podemos nos esquecer do destaque no bairro que tem o Clube de Heliópolis, oferecendo bailes, acesso ao campo de futebol e a seu parque aquático. Mas esse aspecto no bairro ainda é muito precário. No centro do bairro existe uma quadra de futebol, feita ao lado da praça, que também se constituiu em área de lazer bem antiga, ponto de encontro e a construção de uma creche.

Podemos destacar que no bairro de Heliópolis localiza-se a Câmara Municipal de Belford Roxo.

Em relação à segurança, vimos pouco policiamento militar, tendo o bairro um nível de violência médio atualmente.

Os transportes que passam pelo bairro vão para Nova Iguaçu, Belford Roxo, Tinguá, Centro do Rio de Janeiro, Bonsucesso, Méier, Pavuna, destacando-se também os transportes alternativos em grande escala no bairro.

No aspecto religioso, vimos grande variedade de templos religiosos. A Paróquia São Judas Tadeu de Heliópolis realiza atividades sociais como assistência à creche do bairro, que é patrocinada por entidades filantrópicas.

Na questão da saúde pública, vimos uma situação precária. Só há um posto de saúde da prefeitura, com atendimento precário, não atende a todas as necessidades da população.

Na questão da educação, também não se acolhem totalmente os estudantes, tendo estes que se matricular em escolas de outros bairros. Temos escolas municipais, estaduais e privadas. O ensino médio em sua maioria fica a cargo das escolas privadas e estaduais. Destacamos ainda unidades escolares não regularizadas.

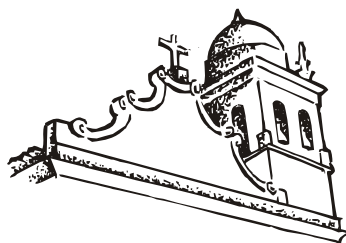
Ao observarmos esse breve panorama do bairro, vimos o descaso das autoridades em geral com o bairro, e podemos dizer até mesmo com a Baixada Fluminense. É necessário que haja investimento em muitos aspectos da vida do bairro, para que haja melhoria na qualidade de vida da população, tendo elas suas necessidades básicas supridas.

ENTREVISTAS:

Carlos Gomes, Geraldo Macedo, Josefa Maria, Márcio Macedo, Waldir Fortunato.

FONTES DOCUMENTAIS:

Escrituras de compra de lotes de José Bernardino de Sena
Promissórias de compra de José Bernardino Sena
Escritura de compra de lote de Luiz Matos Moraes
Mapas de loteamento: Prefeitura Municipal de Belford Roxo
Jornal Correio da Lavoura



SEÇÃO TRANSCRIÇÃO

*Alexandre dos Santos Marques*¹

*Rogério Torres*²

*Tania Maria da Silva Amaro de Almeida*³

O objetivo desta seção é transcrever documentos que integram o acervo do Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto e demais instituições que abrigam documentação, visando a preservação das informações das fontes, através da divulgação de tão importantes referências para a história do nosso município e da região da Baixada Fluminense. Dando ciência aos pesquisadores e demais interessados sobre o conteúdo de tais documentos, firmamos a certeza de que a preservação de nossa memória histórica é importante para a construção e manutenção de uma identidade local.

“A preservação não é um fim em si mesma. Só preservamos para que as informações contidas nos bens culturais possam favorecer o homem no resgate de sua identidade e de sua história, permitindo, assim, o exercício pleno da sua cidadania.”⁴

Transcrevemos, nesta edição, três documentos integrantes do livro “Caxias Ponto a Ponto”, de Laís Costa Velho (Duque de Caxias - Estado do Rio, Editora Agora, 1965. 143 p.).

Para o autor do livro, este “*não é a história do município de Duque de Caxias. Não é profundo, nem representa nada mais do que simples registros de fatos e coisas do Município. Não houve preocupação em trazer mensagem, embora traga em seu bojo a finalidade de despertar o amor por esta terra e por suas coisas. É um trabalho simples, e como tal é falho. Abre, com sua simplicidade o caminho para que daqui a alguns anos se possa escrever de fato a história do município.*”

Nesses documentos estão mantidas a grafia e a redação dos originais.

¹ Mestrando em História Social do Trabalho pela Universidade Severino Sombra - Vassouras - RJ. Coordenador do Centro de Memória, Pesquisa e Documentação da História da Baixada Fluminense / Fundação Educacional de Duque de Caxias. Titular da Disciplina Metodologia da Pesquisa do curso de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Duque de Caxias. Professor da rede pública municipal de Duque de Caxias.

² Licenciado em Pedagogia pelo Instituto de Educação Governador Roberto Silveira e em História pela Sociedade Universitária Augusto Mota. Professor das redes públicas estadual do Rio de Janeiro e municipal de Duque de Caxias. Colunista da revista “Caxias Magazine”.

³ Licenciada e bacharelada em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pós-graduada em História das Relações Internacionais pela mesma universidade. Sócia Titular da Associação Brasileira de Conservadores e Restauradores. Sócia fundadora da Associação dos Amigos do Instituto Histórico. Diretora do Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias e supervisora das atividades de preservação desse órgão.

⁴ Política de Preservação de Acervos Institucionais / Museu de Astronomia e Ciências Afins; Museu da República. Rio de Janeiro, MAST, 1995.

Ata de Fundação da Associação Caxiense de Estudantes Secundários (A. C. E. S.)

Exatamente às 20,30 horas, do dia 26 de junho de 1963, o estudante Messias Soares da Silva, depois de verificado o *quorum* legal, deu por iniciada uma Assembléia Geral dos Estudantes Secundários de Duque de Caxias, na ex-sede do Clube Aliança, sito à Travessa Manoel Corrêa, próxima à Praça 23 de Outubro. A ordem do dia, apresentada, contava da discussão sobre a recente eleição na União Caxiense de Estudantes, à qual um grupo de estudantes do município era totalmente contra. Iniciando usou da palavra o estudante Messias Soares da Silva, expondo a necessidade de uma real união no meio estudantil caxiense e manifestando-se contrário a certas medidas tomadas pela diretoria da U. C. E. por ocasião da já citada eleição. Ao terminar de falar passou a Tribuna ao estudante Mariano Rabelo dos Santos, que fez das palavras do orador anterior, as suas, e, dissertou sobre a necessidade de se fundar uma nova entidade estudantil que deveria realmente unir a classe. Após, falou o estudante Waldir Viana Salles, hipotecando total solidariedade ao movimento chefiado por Messias Soares da Silva e apoiando a fundação de uma nova entidade, seguindo ouviu-se a palavra de Luís Carlos Pereira, quando então a hipótese de fundação de uma entidade, já havia se tornado em idéia fixa dos constituintes da Assembléia geral. Após o estudante Luís Carlos Pereira, falou o estudante Stélio da Silva Lacerda e todos então já concordavam com a fundação da nova entidade. Foi quando tomou a ocupar a tribuna o estudante Messias Soares da Silva e apresentou aos constituintes da Assembléia o nome para a nova entidade. Associação Caxiense de Estudantes Secundários (A. C. E. S.) que foi discutido e aprovado por aclamação. Em seguida, deu entrada no local onde se realizava a assembléia, o estudante Aloísio Oliveira de Brito, 1.º Vice-Presidente da Confederação Fluminense de Estudantes Secundários (C. O. F. E. S) e então o estudante Messias Soares da Silva passou a presidência da mesa diretiva dos trabalhos ao visitante, que também concordou prontamente com a fundação da A. C. E. S. e então apresentou a idéia de que fosse requerida à mesa a inscrição para eleição da diretoria provisória que iria organizar a A. C. E. S. em seu período de formação. Os nomes apresentados foram: Messias Soares da Silva, para presidente; Stélio José da Silva Lacerda, para 1.º vice-presidente; Alter Santos Cordeiro, para secretário, quando então surgiu, apresentado por alguns dos constituintes do plenário a idéia de votação por aclamação que não foi aceita pelo Sr. Luís Carlos Pereira, alegando que também uma chapa sua seria apresentada, o que foi feito no período de cinco minutos concedidos pela presidência da mesa, cujos nomes vão aqui registrados: Mariano Rebelo dos Santos, para presidente; Waldir Viana Salles, para 1.º vice-presidente e José Lincoln Barbosa Leite, para 2.º vice-presidente. Então foi organizada a eleição, cujo regime atendia ao seguinte modo: os constituintes, conforme assinavam o livro de presença, votavam assinando também o nome na lista que estivesse a chapa por ele simpatizada. Após, verificado resultado da eleição, foi aclamada vencedora por maioria esmagadora, a chapa encabeçada pelo estudante Messias Soares da Silva, que logo foi empossada pela mesa diretiva dos trabalhos, proferindo na ocasião brilhante discurso, afirmando categoricamente que tudo faria para que a A. C. E. S. fosse realmente a entidade que representasse os estudantes secundários caxienses em seu modo de pensar e em suas reais reivindicações. Já próximo ao término da Assembléia ficou resolvido, pelo plenário, que a diretoria recém-eleita, seria a comissão que formaria os estatutos da entidade recém-fundada. Por ser verdade, eu Luís Carlos Pereira Pinto, lavrei esta ata, que vai por

mim e por todos os constituintes da Assembléia assinada. Luiz Carlos Pereira Pinto, Messias Soares da Silva, Aloisio Oliveira de Brito, José Lincoln Barbosa Leite, Waldir Viana Salles, Stélio José da Silva Lacerda, Alter Santos Cordeiro, Mariano Ribeiro dos Santos, Célio Canepos, Carlos Acy Campos e Manoel Cardoso Bessa.

Decreto que criou os Distritos de Campos Elyseos e Xerém

A Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu promulgo, nos termos do § 4º. do art. 24, da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1º. – Ficam criados no Município de Duque de Caxias, dois (2) novos Distritos, com a denominação de Campos Elyseos (2º. distrito) e Xerém (4º. distrito).

Parágrafo único: As áreas destinadas a constituírem o território dos distritos criados serão desmembradas do território do atual 2º. distrito de Imbariê, que passará a ser o 3º. distrito.

Art. 2º. – O 2º. distrito terá sua sede na localidade de Campos Elyseos, delimitando-se por uma linha que partindo do cruzamento da linha de transmissão da Cia. Carris Luz e Força do Rio de Janeiro com o canal Sarapuí, segue por essa até encontrar o Canal de Saracuruna; seguindo o Canal de Saracuruna até encontrar a sua foz no Rio Estrela e por esse até a sua foz na Baía de Guanabara; segue pela Baía de Guanabara da foz do Rio Estrela até o Rio Iguaçu seguindo por esse até encontrar a foz do Canal Sarapuí, por este seguindo até encontrar a linha de transmissão da Cia. Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro.

Confronta: Ao norte com o canal de Saracuruna; ao sul com o canal de Sarapuí e Rio Iguaçu, a leste com a Baía de Guanabara e rio Estrela, a oeste com a linha de transmissão da Cia. Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro.

Art. 3º. – O 3º. distrito terá sua sede na localidade de Imbariê, delimitando-se por uma linha que partindo do cruzamento da Cia. Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro, com o canal de Saracuruna, segue por esta até encontrar a linha de divisa com o Município de Petrópolis, pela qual continua até encontrar o marco F. P. F. e deste pela linha de divisa com o município de Magé, até o cruzamento com o rio Saracuruna e por este e pelo canal de Saracuruna até encontrar o ponto de partida.

Confronta: Ao norte, com a linha de divisa com os municípios de Petrópolis e Magé, ao sul, com o canal de Saracuruna e rio Saracuruna; a leste, com o canal de Imbariê; a oeste, com a linha de transmissão da Cia. Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro.

Art. 4º. – O 4º. distrito terá sua sede na localidade de Xerém, delimitando-se por uma linha que partindo do cruzamento da linha de transmissão da Cia. Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro com o Canal Iguaçu; segue por este até encontrar a foz do Rio Tinguá e por este continua até encontrar o rio Mutum, pelo qual segue até o rio das Piabas; segue por este até a linha de cumiadas da Serra do Couto, divisa com os municípios de Nova Iguaçu e Vassouras; segue pela linha de cumiadas da Serra do Couto até o Pico da Boa Vista ou do Couto, divisa com os municípios de Vassouras e Petrópolis, seguindo o leito do Rio Sapucaia e do Mantiqueira até o ponto onde encontra o Morro do Freitas; daí em linha reta segue até o marco P. H. B. 500; deste ao marco F. P. E., até encontrar a linha de transmissão da Cia. Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro, deste ponto segue pela linha de transmissão até o ponto de partida.

Confronta: Ao norte com os municípios de Vassouras e Petrópolis; ao sul, com o município de Nova Iguaçu; a leste, com a linha de transmissão da Cia. Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro; a oeste, com o município de Nova Iguaçu.

Art. 5º. – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço da Assembléia Legislativa, em Niterói, 28 de maio de 1954.

–A) Alcides Pereira, presidente.

ATA DA SESSÃO DE INSTALAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS

Aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de 1947, às 14 horas, nas dependências da Câmara Municipal, teve lugar a sua sessão de instalação com a presença do Exmo. Sr. Dr. Luiz Miguel Pinaud, Juiz Eleitoral da 13ª. Zona, dos Srs. vereadores eleitos, pessoas gratas e do povo em geral.

Assumindo a Presidência dos trabalhos, o Exmo. Sr. Dr. Juiz da 13ª. Zona Eleitoral, convidou para secretariarem a Mesa o vereador dr. Oldemar de Almeida Franco, e o Sr. Mário Rodrigues de Carvalho, respectivamente 1º. e 2º. secretários.

A seguir o Sr. Juiz deu início ao compromisso de posse dos vereadores, procedendo o 1º. secretário à chamada dos mesmos, que prestaram o compromisso regimental, na seguinte ordem: Cel. João Telles Bittencourt, Dr. Mozart Cintra da Gama e Silva, Dr. Hélio de Albuquerque Soares, Waldyr de Souza Medeiros, Dr. Oldemar de Almeida Franco, Belarmino Pedro Ramos, Waldemar de Almeida, José Rangel, Luiz Gonzaga Peçanha, José Antônio da Cunha, Hermes Gomes de Azevedo, Hernani Ferreira da Silva Pinto, Anaias Sant'Anna, Germano Castello Branco e José Gomes Pereira Pinto.

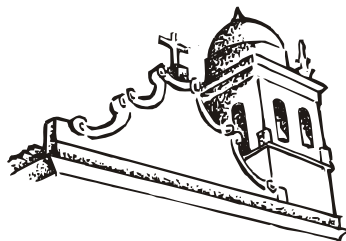
Terminada a cerimônia de posse dos vereadores, o Sr. Juiz suspendeu a sessão por cinco minutos, afim de que os Srs. vereadores se unissem das células para a eleição da Mesa. Reaberta a sessão procedeu-se a votação por escrutínio secreto, resultando eleição unânime: para presidente: Cel. João Telles de Bittencourt; vice-presidente: Dr. Hélio de Albuquerque Soares; 1º. secretário: Dr. Mozart Cintra da Gama e Silva; 2º. secretário, com 10 (dez) votos, José Antônio da Cunha e com 5 (cinco) votos, Waldyr Medeiros.

Em seguida deu posse à Mesa eleita e declarou finda a sua missão, congratulando-se antes com a eleição do Presidente da Mesa, ao qual teceu elogios, bem como em relação à posse de todos os vereadores.

A seguir deu por finda a sua missão, tendo o Sr. Presidente constituído uma comissão, composta dos Srs. Vereadores Dr. Oldemar de Almeida Franco, dr. Mozart Cintra da Gama e Silva e Waldyr Medeiros, afim de acompanhar o Sr. Dr. Juiz até fora do recinto.

E nada mais havendo a tratar lavrei a presente ata que depois de lida, discutida e aprovada será assinada por quem de direito e por mim que a lavrei.

Assinado: Dr. Luiz Miguel Pinaud, Dr. Oldemar de Almeida Franco, Cel. João Telles de Bittencourt, Mário Rodrigues de Carvalho e José Antônio da Cunha.



SEÇÃO MEMÓRIA VIVA
ROGÉRIO TORRES,
O ARTISTA DA HISTÓRIA



*Antônio Augusto Braz¹
Odemir Capistrano Silva²*

No dia 16 de setembro de 2004, nas dependências do Instituto Histórico, o professor Rogério Torres contou parte de sua história de cerca de 40 anos em Caxias. Memórias que a memória seleciona, avisa no final do depoimento colhido pelos também professores Antônio Augusto Braz e Tania Maria da Silva Amaro de Almeida. A ela, aliás, falou meses mais tarde, em 9 de março de 2005, sobre sua atividade como pintor, verbete no Dicionário de Artes Plásticas de Roberto Pontual. Nascido no Rio de Janeiro, capital, onde reside atualmente, Rogério, artista plástico mais de uma vez premiado, ex-morador do São Bento e do Jardim 25 de Agosto, esteve no centro de diversos episódios relevantes tanto da história cultural quanto da história política regional desde a década de 1960. Modestamente, no entanto, prefere ter seu nome ligado ao de voluntários coletores de imagens e documentos escritos que permitem rastrear e construir caminhos passíveis de explicar o nosso hoje por intermédio do ontem. Para lhe fazer justiça, contudo, melhor seria dizer que se tornou o grande coletor da nossa história, com suas máquinas fotográficas e filmadoras a registrar momentos solenes e flagrantes do cotidiano; com o seu espírito de arquivista amador a guardar velhos papéis, velhas lembranças que ele transforma, com arte, em impressões digitais (efetivamente, no computador) do tempo – o tempo implacável, o tempo sem medida. São páginas de uma biografia não escrita, com inserções (intromissões?) entre colchetes feitas pelos editores. A transcrição, mais uma vez, deve-se à inestimável colaboração de Laudicéa Castro de Almeida.

DE ONDE VEM

Morei em Duque de Caxias aproximadamente 43 anos. Hoje não moro mais, porém continuo trabalhando aqui e participando de atividades culturais na cidade. Sou carioca do Engenho de Dentro. Nasci na rua Dr. Padilha, próximo às oficinas da Central do Brasil. Entre 1952 e 1953, vim morar em São Bento, porque meu pai fora transferido para a rádio receptora de São Bento. Ele seria o responsável pela manutenção do equipamento daquela repartição do DCT (Departamento de Correios e Telégrafos).

¹ Licenciado em História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Duque de Caxias. Pós-graduado em História Social do Brasil pela mesma faculdade. Professor da rede particular e pública municipal de Duque de Caxias. Mestrando em História Social do Trabalho pela Universidade Severino Sombra - Vassouras RJ. Diretor do Centro de Memória, Pesquisa e Documentação da História da Baixada Fluminense / Fundação Educacional de Duque de Caxias.

² Jornalista, é mestre em Comunicação e Cultura pela UFRJ. Publicou contos, artigos e poemas em suplementos literários e jornais (Movimento e Pasquim, entre outros).

O BRASIL E O MUNDO NAS ONDAS DA RECEPTORA DO SÃO BENTO

É importante dizer que a rádio receptora de São Bento, em frente à Fazenda de São Bento, ligava o Brasil ao resto do mundo através de seus aparelhos de ondas curtas. Todos os telegramas, todas as notícias que vinham de fora obrigatoriamente passavam por lá. Só para dar um exemplo: quando a Segunda Guerra Mundial acabou, os primeiros a saber foram os radiotelegrafistas, que, depois, comunicaram o fato à comunidade. Quem contou esse fato foi o João do Caio, antigo morador de São Bento, hoje aposentado como motorista do Ministério da Agricultura. A rádio receptora era de tão grande importância para a segurança nacional que, em caso de instabilidade política, imediatamente o Exército enviava para lá soldados armados. O prédio ainda lá está, apesar de desativada a rádio. É um edifício acabado em pó de pedra, cercado de mangueiras. Aquele local foi escolhido porque tinha uma boa recepção.

A INFÂNCIA

Foi ótima, foi quando verdadeiramente tive infância. Anteriormente eu era um garoto muito preso em casa, meus pais não davam uma folga. Ali eu me soltei. Era banho de rio, andar de bicicleta, a cavalo, roubar frutas, derrubar casas de marimbondo. São Bento era um verdadeiro paraíso, tudo muito bem organizado, limpo, florido. As casas dos funcionários do Ministério da Agricultura eram padronizadas, sem muros ou cercas separando vizinhos, a frente delas era toda gramada, lindo. Tinha um clubezinho que, apesar de modesto, possuía um time de futebol que dava trabalho aos melhores adversários.

No São Bento Esporte Clube, funcionava aos sábados e domingos um cineminha que exibia velhas fitas, às vezes de tão cortadas se tornavam ininteligíveis. Na imaginação da garotada, aquelas terras eram povoadas por fantasmas de padres e escravos, sacis, e até um lobisomem andava por lá. Uma gruta misteriosa, aberta por escravos, que jamais foi encontrada, completava a fantasia da molecada.

O RIO IGUAÇU

Quando foram feitas as obras de saneamento da Baixada, na década de 30, os rios foram retificados, ali sobrou um meandro do antigo leito. Nesse meandro criou-se uma ilhota artificial. A população chamava a ilhota de Ilha dos Cabritos, porque o pessoal criava cabras no local. Nós atravessávamos a ilhota e íamos tomar banho no braço do Iguaçu. A água, apesar de parada, era limpinha. Os mais velhos diziam que até a década de 40 era possível se encontrar capivaras por aqueles campos. Ainda peguei muitos pássaros, besouros de todos os tipos eram recolhidos pelo faxineiro quando pela manhã varria a estação, cada um mais estranho que o outro. Jacarés também podiam ser encontrados tomando banho de sol nas margens do Sarapuí.

RIVALIDADE

Basicamente abrigava funcionários do Ministério da Agricultura e dos Correios e Telégrafos. Inclusive havia uma certa rivalidade entre os servidores desses dois ministérios. Nós, dos Correios e Telégrafos, éramos minoria. Mas convivíamos bem. Curioso isso... É... mas tudo muito sutil, nada que pudesse afetar as relações pessoais.

GINÁSIO

Logo que cheguei em São Bento, fui estudar no Colégio Duque de Caxias, após fazer o admissão ao ginásio. Era um péssimo aluno, aluno de reprovação, de segunda época. Não gostava de

estudar, mas gostava da escola, dos colegas, dos professores: Abelard Brayner, Hermínia Beraldi; Heitor Combat. Heitor tocava piano, foi um dos regentes da Orquestra Sinfônica de Duque de Caxias, um grande mestre. Abelard Brayner era professor de Geografia, fazia sabatinas, competição de conhecimentos geográficos entre alunos. Era extremamente liberal, tolerante.

TRANSPORTE

Ir ou voltar da escola naquele tempo era realmente uma aventura. A condução, além de escassa, era péssima. Praticamente não existiam empresas de ônibus. Os horários não eram cumpridos. Os veículos caíam aos pedaços. Eu me lembro que tinha um ônibus em que a gente sentava no banco que ficava sobre o pára-lama traseiro, com o pé forçava o pára-lama, que estava solto, para ver ele esfregar na roda e fazer aquele barulhinho. Para chegar na escola, a gente pegava muita carona. Cansei de pegar carona com um irmão do deputado Silvério. Todas as manhãs ele descia de Petrópolis para trabalhar em sua loja – Casa Mundial – uma papelaria que ficava bem no centro de Caxias. Ele me recolhia num ponto de ônibus defronte às Indústrias Rei e me deixava próximo à escola. Me lembro ainda de seu carro, era um Renault “rabo quente”, assim chamado por ter o motor na traseira, coisa rara naquele tempo.

EMPRESAS DE ÔNIBUS

Eram poucas as empresas verdadeiramente organizadas. As principais eram a Empresa Duque de Caxias Ltda, a Paredense e uma que fazia a linha Penha-Caxias. De modo geral, as intermunicipais eram organizadas, talvez pela fiscalização do antigo Distrito Federal. As que só corriam aqui no município, eram lastimáveis. Eu saía do colégio, entre meio-dia e meio-dia e meia, mas só chegava em casa próximo das duas horas. Você entrava num ônibus daqueles, sentava e ficava esperando que ele lotasse. Só quando a lotação estivesse completa é que o motorista dava saída ao veículo.

OTREM

Isso era na década de 50. O trem, nem pensar. O trem vivia atrasado, era raro. O trem que vinha de Raiz da Serra era chamado de mata-sapo, por atravessar regiões alagadiças, matagais. Então ele vinha atropelando tudo o que passava em sua frente, inclusive os pobres sapos. Mas isso é pilhéria desse povo criativo e irônico.

OS JAPONESES

(...) Próximo a ela [à parada de trem do São Bento] ficavam os japoneses com suas casas cobertas de sapé. Eles eram agricultores e criadores de galinhas. Inclusive haviam desenvolvido um processo de ovos com duas gemas, muito interessante. Os japoneses eram bem-educados, amistosos, discretos, mas arredios. O prazer da garotada era invadir o pomar dos japoneses para roubar frutas. Uma coisa que a gente estranhava muito era o funeral deles. Quando morria alguém, havia uma celebração, uma espécie de festa. Pelo menos era o que comentavam os mais velhos.

A ESTAÇÃO FINAL

Era em Raiz da Serra. A composição, de modo geral, era formada por seis vagões de madeira, puxados por uma maria-fumaça, máquinas a vapor quase todas construídas no início do século. A maria-fumaça me faz lembrar uma crueldade que nós fazíamos. Em São Bento, como já falei anteriormente, gostava de andar a cavalo. A garotada costumava levar o gado para pastar no Campo da Bomba, local próximo de Gramacho, utilizado pelo Exército para o salto de pára-queidistas. Para

isso tínhamos de atravessar os animais por debaixo de uma pequena ponte. Aí, a gente ficava esperando o trem apontar na curva. Quando ele se aproximava, a gente empurrava a boiada em direção ao pontilhão, para ver a locomotiva respingar água quente nos bichinhos. Era uma diversão ver o gado saltando apavorado com o barulho da composição e o calor do líquido fervente sobre seus corpos. Coisas de criança...

NAQUELE TEMPO, CAXIAS: CENTRO E PERIFERIA

(...) A memória é um negócio muito traiçoeiro. Mas o centro não era muito diferente do que é hoje. As ruas eram as mesmas, apenas a cidade se verticalizou, esqueceu o seu aspecto roceiro, o trânsito se tornou mais intenso. Não querendo ser redundante, diria que a cidade não parecia cidade, parecia mais um subúrbio da Leopoldina. Havia mais chão de terra e de paralelepípedos e menos asfalto. Caxias era, tal e qual, aquela menina do poema de Solano Trindade. Todos, ou quase todos, se conheciam: lá vai seu fulano... olha a filha de beltrano... aquele é o irmão de sicrano... Muitos terrenos baldios, alguns parques de diversão, a constante falta de água, muita prostituição, garotos punguistas, cabarês e boates em quase todas as esquinas (Tropicana, Pampanini, El Cubanito, Boate da Laura), hotéis para encontros amorosos, acho que só. Agora, a periferia mudou muito. O que era mato virou bairro populoso. Muitos loteamentos foram abertos, enfim, mudou radicalmente. O verde foi sendo engolido pelo tijolo, pelo concreto armado. Um turbilhão de pontes, viadutos e passarelas tomou conta da cidade, juntando o outro lado da linha com o lado de cá. Desapareceram as velhas cancelas, as perigosas travessias sobre a via férrea. É, se repararmos bem, o centro também mudou muito... “o tempo passou na janela, só Carolina não viu”.

O NÚCLEO COMERCIAL

Podemos dizer que ficava em torno da Nilo Peçanha, da Rio-Petrópolis e Plínio Casado.

O SECUNDÁRIO

Até os primeiros anos da década de 60, apenas o Colégio Santo Antônio e o Ana Maria Gomes ofereciam cursos de segundo grau. Aquele que não quisesse ou pudesse estudar num desses colégios, tinha que se deslocar para o Cardeal Leme, o Nossa Senhora do Brasil, o Pedro I, o Santa Teresinha ou o Luso-Carioca, todos na zona da Leopoldina. Eu tentei fazer o científico em Ramos, no Colégio Cardeal Leme, mas fui reprovado no primeiro ano. Resolvi, então, matricular-me no Luso-Carioca, no curso Técnico de Contabilidade. Como a matemática, a física e a química não eram disciplinas prioritárias no curso de contabilidade, fui até um bom aluno.

A JUVENTUDE CAXIENSE ESTUDA FORA: EM RAMOS, NA PENHA...

Exatamente, essa situação só começou a mudar a partir da segunda metade da década de 60.

Aquele 2º grau corresponderia, hoje, ao 3º grau. Quem tinha o 2º grau era doutor. Aqui na cidade, raramente se encontrava alguém com o ginásial completo. Nas escolas públicas as vagas eram escassas, as particulares eram para os bem-aquinhoados, ou para aqueles que tivessem bolsa de estudo. Essa situação começou a mudar a partir do final da década de 60.

O PERÍODO GINASIAL

A época do ginásio foi de 53 até 58, por aí. Como disse anteriormente, até o início dos anos 60 apenas o Santo Antônio e o Ana Maria Gomes tinham o 2º grau. O Colégio Duque de Caxias tentou colocar o 2º grau, não foi adiante. A coisa começou a mudar no final dos anos 60. Com o oferecimento

de bolsas, por parte do estado, as escolas particulares começaram a crescer. Nesse momento podemos destacar o Colégio Duque de Caxias, o São José, o Cruzeiro do Sul, o Casimiro de Abreu. O Ana Maria Gomes era um caso especial. O Ana Maria Gomes tinha um alunado enorme, porque era gratuito e oferecia vaga para quem só podia estudar à noite. Era da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, funcionava no prédio do Grupo Escolar Duque de Caxias, que à noite ficava ocioso. Todos estavam localizados no centro da cidade.

ESCOLAS PÚBLICAS

Até o final da década de 50, a prefeitura possuía aproximadamente 30 escolas, e o estado, quatro. Esses números, comparados com os de hoje, parecem ridículos, mas já foi assim. Entretanto o crescimento verificado nos anos 60 e 70 não se processou de maneira gradual e harmônica. Escolinhas primárias, do dia para a noite, passaram a oferecer matrícula de 5ª a 8ª séries. Professores foram contratados sem concurso público e sem a menor garantia de recebimento de seus salários. Os diretores das escolas estaduais eram os responsáveis pela seleção dos mestres que, na maioria dos casos, sequer haviam completado a graduação.

NÃO EXISTIA CONCURSO NESSA ÉPOCA?

Para professor primário, sim. Mas quando houve aquele *boom*, aquela explosão, quando as escolinhas primárias foram transformadas em escolas de 5ª a 8ª, muitos professores foram contratados. Quem ainda não estava formado pegava uma autorização para lecionar, em Niterói, e podia dar aula até de cuspe à distância. A necessidade de professores era tão grande que até quem estava completando o 2º grau podia lecionar para o próprio 2º grau. No Luso-Carioca, fui colega de um rapaz que fazia o 2º grau comigo pela manhã, à noite ele lecionava Português para o curso de Contabilidade do Ana Maria Gomes. Mas a coisa mudou muito. Com o aumento do número de faculdades particulares e portanto um oferecimento maior de vagas, o pessoal começou a se graduar.

AS FACULDADES

O primeiro curso superior que o antigo estado do Rio de Janeiro teve, foi o Centro de Formação de Professores para o Ensino Normal, criado pelo professor Álvaro Lopes, funcionando no Instituto de Educação Roberto Silveira. Foi o primeiro e único. Depois ele foi transformado em curso de Pedagogia e hoje está ligado à Uerj. A primeira turma fez o vestibular em 66. Stélio foi dessa primeira turma, eu da segunda, Menezes e Edielio, da terceira. Foi um bom curso. O professor Álvaro cuidou muito bem de tudo. Os professores foram ótimos.

PIONEIRISMO DO PROFESSOR ÁLVARO

Foi a primeira faculdade do antigo estado do Rio, graças ao trabalho, competência e à coragem do professor Álvaro. O curso ainda aí está, produzindo bons frutos. A primeira faculdade, a única, aqui em Duque de Caxias. Inicialmente o curso seria o de Formação de Professores para o Ensino Normal. Era um curso ligado aos institutos de educação, aquelas escolas especializadas na formação de professoras primárias. Depois, não sei por que, foram transformados em cursos de Pedagogia.

GRANDES TRANSFORMAÇÕES

Essa época, final dos anos 60, foi uma época de grandes transformações na educação. Os militares acreditavam que o Brasil entraria numa fase de grande desenvolvimento e para isso precisaria dar um enorme salto tecnológico. A educação parecia ser a grande alavanca para isso. A Lei

5.692/71 priorizava o ensino profissionalizante. Os pedagogos que se opunham aos militares criticaram muito esse tipo de educação, voltada exclusivamente para a formação do técnico. Durante esse período muitos abusos foram cometidos. A Lei 5.692/71 foi usada por escolas particulares para a implantação de cursos sem a mínima condição de sucesso. Algumas escolas, de maneira irresponsável, ofereciam até 40 opções para cursos profissionalizantes. Além de tudo, passaram a usar o sistema de monitoria, isto é, substituíam professores por monitores. A indignação entre os professores foi muito grande.

A PRIMEIRA SALA DE AULA

A primeira vez que eu entrei numa sala de aula foi em 1967. Um grupo de funcionários da prefeitura, sem estabilidade, se cotizou e contratou professores para a formação de um curso que lhes garantisse o ingresso nos quadros efetivos do serviço público. Foi assim que comecei.

O COMEÇO DA HISTÓRIA

Apesar de estar quase no final do curso de Pedagogia, não conseguia dar aulas das matérias específicas do curso. Quase sempre era chamado para dar aulas de história. Eu ia aceitando e, aos poucos, embora não formado, fui me transformando em professor de história. Orientado por amigos, comecei a fazer leituras marxistas. Aí me empolguei. Os livros marxistas, naquele momento, estavam em alta. Universitário que se prezasse tinha que ler Marx. Toda livraria possuía uma estante só de livros marxistas. Hoje isso é uma raridade, ser marxista saiu de moda, a luta de classes foi extinta por decreto. Livro marxista hoje é raridade.

O PROTESTO E O CASTIGO

Quando eu terminei Pedagogia, resolvi fazer história, aí procurei a Feuduc e requeri matrícula. Meu requerimento foi indeferido, alegou-se falta de vaga. Eu tinha direito à vaga sem prestar vestibular, mas ela foi negada. Nesse momento a Feuduc funcionava provisoriamente no Colégio Santa Luzia, do professor Álvaro. Acredito que tenha sido impedido de entrar na Feuduc devido a minha atuação no Centro Acadêmico Euclides da Cunha. Em 1968, fizemos uma greve em protesto ao assassinato do estudante Édson Luís [de Lima Souto, morto naquele ano possivelmente pela polícia], no restaurante do Calabouço. Numa cidade provinciana como era a Caxias dos anos 60, o fato repercutiu negativamente. Fiquei “queimado”. Minha alternativa foi matricular-me na Suam. Mais uma vez eu iria estudar em Bonsucesso. O curso de história da Suam prometia ser bom. Manoel Maurício seria o responsável pelo departamento de história. Escolhera uma equipe de professores do mais alto gabarito. Parece que as autoridades de Brasília não viram com bons olhos a relação de professores enviada pela Suam. Desse modo, o grupo de Manoel Maurício foi vetado e substituído por outros nomes, nem sempre gente competente, alguns até ligados a órgãos de repressão. Existiam bons professores, mas o momento exigia que ficassem na defensiva. Curiosamente, o diretor do departamento de história era filho do tenente-coronel Scipião da Silva Carvalho, interventor em Duque de Caxias em 1947. Mas isso já foi em 1973, quando ingressei na Suam.

MILITÂNCIA NOS ANOS DUROS

A cidade sempre teve um núcleo de pessoas conscientes que embora não participassem diretamente do poder, militavam politicamente, exigiam, cobravam das autoridades soluções para os problemas relacionados com a educação, a saúde, etc. O jornal Grupo exemplifica bem isso. Nem todos eram comunistas, mas algumas dessas pessoas se identificavam com certas posições do

Partido. [Partido Comunista Brasileiro.] Eu, por exemplo, nunca pertenci ao Partido, mas era simpático ao socialismo. Vivíamos um momento de repressão violentíssima, era preciso ter coragem para se filiar a qualquer organização de esquerda.

O GRUPO E O REAGRUPAMENTO

Temos dois momentos. No primeiro momento essas pessoas estão aglutinadas no Grupo ou próximas daqueles que geriam, produziam ou escreviam no jornal, isso até 1964. A partir de 1964, algumas dessas pessoas tomam variadas direções, mas continua mais ou menos íntegro o núcleo que formava o jornal, embora o mesmo já tivesse desaparecido no final dos anos 50. Nesse primeiro momento poderíamos citar: Plínio Batista, Newton Menezes, Waldair da Costa, Josias Muniz, Alberto Dias, White Abraão, Guilherme Peres, Yone Lopes, Barboza Leite, Nélio Alcides de Menezes, Olga de Oliveira, Silas Neves, Ademar Constant, Albino Teixeira... Num segundo momento (66, 67), parece haver um novo reagrupamento. Aí vamos encontrar um grupo de estudantes, em sua maioria universitários, em volta de alguns remanescentes do Grupo/Tópico: Antonio Carlos Menezes, Alcmeno Bastos, Armando Valente, Jacques, Jayr Silva, Carlos Reis Franco, Paulinho, Hermes Machado, Jorge Franco, Antônio Eduardo Sena Durando e outros que não me lembro agora. É bom que se reafirme: apenas algumas dessas pessoas pertenciam ao Partido. Estamos nos aproximando do AI-5 (1968). Nessa fase recrudescer o movimento estudantil e aparecem as organizações que pretendem fazer resistência armada ao governo. É, talvez, a fase em que nosso grupo passa a ser olhado com muita desconfiança, até mesmo antigos amigos passam a nos discriminar. Foi um momento em que muitos revelaram seu oportunismo, seu adesismo.

ONTEM E HOJE

Muita gente que naquela época colocou no vidro traseiro do fusca “Ame-o ou deixe-o”, hoje posa de esquerda, usa jargão de esquerda. Continuam oportunistas, adesistas. Entendeu? Eu me lembro ter dito pro Valente, na porta do Elite, [bar de Caxias] quando o governo do Figueiredo já estava no fim, que um dia nós seríamos chamados de reacionários por aqueles que hoje nos chamavam de comunistas, não deu outra. Detalhes, um dia eu conto.

ARTES E LETRAS: OS GURUS

Aqui sempre foi um local muito propício para as mais diversas manifestações culturais. Gente de todas as partes do Brasil veio para Duque de Caxias, tangida por diferentes necessidades. Essa gente trouxe consigo uma bagagem cultural formidável. Aqui tudo se misturou, se multiplicou. Essa gente nunca precisou de secretaria de Cultura. Agora, a cultura artística, vamos assim chamar, teve um extraordinário ganho com a criação da secretaria de Cultura. As artes plásticas, o teatro, a dança, a literatura sempre necessitaram de incremento. Nessa “fase heróica”, [Francisco] Barboza Leite foi imprescindível. Graças ao seu prestígio, Barboza Leite ia abrindo espaços para a cultura artística. Durante mais de 40 anos, não houve na cidade uma atividade artística de importância que não contasse com a presença de Barboza Leite. Para o nosso grupo, Barboza e Menezes foram importantíssimos, eram os nossos gurus. É necessário registrar também o papel exercido por Carlos Ramos como promotor cultural.

SOBRE BARBOZA LEITE

Esse grupo foi aquele que se formou na segunda metade dos anos 60. Diria que ele veio numa segunda fase, após o encerramento do Grupo/Tópico, sempre tendo Barboza como centro. Eu

gostaria até de fazer uma observação que ainda não tive oportunidade de fazer diretamente com a Marlúcia. Acho a Marlúcia uma pessoa importantíssima para a cidade, competente, trabalhadora, extraordinária, um dinamo. Mas tenho uma pequena observação a fazer sobre um texto dela que cita o hino “Exaltação à Cidade de Duque de Caxias”. Quando leio o texto, sinto nas entrelinhas que Barboza parece ser, como direi?... Oficialista? Isso! Pelo contrário, Barboza nada tinha de oficialista. Era respeitado pelos “donos do poder” porque tinha valor, era um erudito, realizador e politicamente habilidoso. Sabia, ao contrário de nós, mais jovens, que o processo era bem mais longo. Frequentava os palácios, eventualmente; os bares, constantemente.

SOBRE O HINO DO BARBOZA

Acho que o hino do Barboza está merecendo uma análise mais ampla. Em nenhum momento ele faz elogios rasgados a quem quer que seja. Louva o trabalho, afinal, louvar o trabalho é louvar o trabalhador. Mesmo não sendo um marxista, Barboza tinha perfeita consciência da luta de classes. Veio de um lar pobre, muitos irmãos, seu pai era ferroviário no interior do Ceará.

A LÂMPADA E AS MARIPOSAS

Barboza era uma pessoa de muita leitura. Além disso conviveu com a intelectualidade do Rio de Janeiro. Barboza não tinha aquele imediatismo que nós, de esquerda, tínhamos. Queríamos plantar hoje e colher ontem. Nossa posição, em alguns momentos, era até idealista. Sua origem sertaneja, suas leituras, suas viagens pelo Brasil, coordenando a montagem de audiovisuais para o Ministério da Educação e Cultura, deram a ele um didatismo extraordinário. Não admitia soluções bombásticas. Era realista, telúrico. (...) Não digo que tivesse liderança política. Mesmo avesso à liderança, Barboza atraía as pessoas, pela conversa agradável, pela elegância, em todos os sentidos. Para onde Barboza se deslocava, lá íamos nós. Um verdadeiro ímã. Era a lâmpada; nós, as mariposas.

O ENCONTRO NO MUTIRÃO

Meu primeiro contato com Barboza foi através de um cartaz exibido na vitrina da Papelaria Itatiaia, aquela que ficava na Duque de Caxias. No cartaz estava escrito assim: “Mutirão no milhoal, peça teatral de Barboza Leite”. Fiquei curioso: o que seria mutirão? Meu segundo encontro com Barboza foi no curso de Pedagogia. Um grupo de intelectuais da cidade foi nos visitar. Na oportunidade, Barboza declamou um poema de Solano Trindade, fiquei impressionado com o desempenho de Barboza. Laís Costa Velho também fazia parte do grupo. Barboza Leite foi uma espécie de Mário de Andrade caxiense.

COMUNISTA, PERIGOSO E EDUCADO

A partir daquele encontro, estabelecemos laços com a intelectualidade da cidade. Barboza parava no Garoto Fluminense, o bar mais simpático da cidade, reduto da estudantada universitária, no final da década de 60. O Garoto Fluminense ficava na Nilo Peçanha, onde hoje se localiza a Loja Chamma, próximo ao monumento a Zumbi. Ali, conheci muita gente, discutíamos política, filosofia, futebol, cultura e, no final, tudo terminava num samba qualquer, cantado pelo Cacá Engenheiro, tudo sob o olhar complacente de seu Augusto. Foi ali que me tornei amigo do Menezes, uma pessoa muito diferente daquilo que eu imaginava ser. Anteriormente, Menezes fora para mim um comunista perigoso, um lacai de Moscou. Ao contrário, era um homem inteligente, sensível, educado e dono de invejável erudição. (...) Naquele momento, Menezes era um clandestino em seu próprio país,

ameaçado, vigiado, perseguido, vivendo com dificuldade, desempregado e tendo que sustentar a mulher e os dois filhos. Nunca reclamou, nunca se revoltou, não sectarizou, jamais perdeu a dignidade. Quando foi dado o golpe de 1964, Menezes estava na Europa, participando de um encontro de trabalhadores. Teve de entrar clandestinamente no Brasil e abandonar seu emprego na Petrobras.

QUEM ERAM ESSES JOVENS ENTUSIASMADOS

Eu, Hermes Machado, Abraão Lincoln, Jacques, Índio, Chico Fernandes, Jorge Franco, Luís Sebastião e outros que no momento me fogem da memória. Guilherme era do tempo do Grupo/Tópico. Guilherme sempre foi muito caseiro, mas, vez por outra, aparecia. Naquele tempo Guilherme era mais ligado ao Josias, Menezes e Barboza. Fazia versos e xilogravuras. Outra pessoa que também trouxe novas motivações para o grupo foi Carlos Ramos. Ramos foi o criador dos “Salões de Pintura”.

BURACOS, POÇOS E CARANGUEJOS FAMOSOS

É interessante notar que quase tudo que fazíamos era resolvido dentro dos bares. Dentro dos bares nasceram o Grupo Arco, Consórcio de Edições e Recado de Cultura. O bar tinha um sentido que hoje não tem mais. O bar era a nossa escola, escritório e até consultório. Só precisávamos ter muito cuidado com os informantes do SNI. Brincando diria que “a paranóia pairava impávida”. Aqui tivemos bares e restaurantes famosos: Oceano, Cruz de Malta, Elite, Pacificador, Solmar e o folclórico “Buraco do Bené”. O Pacificador era onde se reunia a Turma do Esculacho, o Solmar, reduto dos jovens de classe média. O Buraco do Bené ficava próximo ao Cine Brasil, sua especialidade era o caranguejo. As paredes eram decoradas com carcaças de caranguejos assinadas pelos freqüentadores mais famosos. Eram as “carcaças da fama”. Barboza tem um livro intitulado “O poço da desgranha” cujos originais estão perdidos. Neles estão descritos tipos curiosos que freqüentavam esses bares. Li esses originais, insisti para que publicasse, mas Barboza disse que só permitiria a publicação depois de sua morte, tinha muita gente conhecida ali retratada.

O MAIS ANTIGO

[O Elite] Ainda está no cruzamento da Nilo Peçanha com a Kennedy. O Elite é o mais antigo bar de Duque de Caxias. Quando eu era menino, o Elite já existia. Antigamente os motociclistas da Polícia Rodoviária Federal ali paravam. Foi no Elite que Barboza compôs o hino, o polêmico hino.

COISAS INTERESSANTES: O CIRCUITO DOS BARES

Que eu saiba, não [bar do pessoal de direita]. O Elite, por exemplo, reunia muitos políticos, até hoje ali podemos encontrar o deputado Silvério do Espírito Santo. Nosso grupo começou no Garoto Fluminense. Quando ele fechou, fomos para o Elite. Do Elite mudamos para o Bar dos Correios. Ali realizamos coisas interessantes, inclusive a primeira exposição de fotografias aqui em Caxias feita dentro de um bar. Tá registrado numa fotografia, no livro do Stélio. Isso foi em 85, por aí. Tinha também o bar do Fernando. Pejorativamente era chamado de hospício ou pé-sujo, ficava lotado, a confusão era geral. Nele foram pintando novas pessoas: Ribeiro, Luca, Danilo, Florinda, Araken, Elaine, Chiquinho Maciel, Cantídio, Marcos Bonfim, Germano. O bar do Fernando ficava depois do Bar dos Correios, mas na outra calçada.

HISTÓRIA E MEMÓRIA: UM PROCESSO

(...) foi um processo muito lento, que vem dos tempos da Aliança Democrática Estudantil Caxiense (Adec). A Adec fora fundada em 1962, por um grupo de alunos que se opunham aos

métodos pouco didáticos de Américo Salgado. O diretor do Ana Maria Gomes usava um sistema de alunos monitores que revoltava os alunos daquele estabelecimento. Os monitores estavam sempre no pé dos estudantes, uma gravata frouxa, uma meia que não fosse a do uniforme, tudo era motivo para uma suspensão das aulas. Muitas vezes, um grupo de monitores, como tropas SS, entrava nos cinemas da cidade (Caxias, Paz, Pau-de-Arara e Brasil) e promovia aquela caçada aos que estivessem matando aula. Somado a essas atitudes autoritárias e antipáticas, outros fatos levaram alguns alunos a fundar uma associação que defendesse seus direitos. Assim foi fundada a Adec. Embora parecendo mais um grêmio do que uma associação de estudantes, a Adec reuniu à sua volta gente entusiasmada e que, por força do momento que se vivia, passou a atuar, embora timidamente, na política estudantil. Acredito que a Adec foi para mim o despertar de uma consciência que, embora tênue, me fez sair daquela letargia política. Naquele momento, a estudantada caxiense se dividia entre a Adec, a Aces e a Uce.

LUSTOSA, FATO MARCANTE

O aparecimento do livro do José Lustosa foi outro fato marcante em minha vida. Eu era vizinho do Lustosa no Edifício 25 de Agosto. Ali ele morava e tinha seu consultório dentário. Quando o livro foi lançado, em 1958, eu e Avelino, filho do Lustosa, saíamos pelas ruas de Caxias tentando vender a obra. Acho que esse foi o meu primeiro contato com a história local.

O ESBOÇO DE DALVA

Vinte anos depois, a professora e escritora Dalva Lazaroni lança o seu “Esboço Histórico e Geográfico do Município de Duque de Caxias”. Aos poucos eu ia sendo convencido de que possuíamos um passado, uma história. O curso de história que eu fazia na Suam não me despertara para a história local. Naquele momento estávamos muito preocupados em contestar a ditadura, se possível derrotá-la, não havia tempo nem motivação para o estudo da história local. Afinal, gente estava desaparecendo, sendo torturada, morta. Era quase uma futilidade, um desperdício dedicar nossa atenção ao passado da Baixada. Com a distensão, promovida por Geisel, a coisa vai se modificando, os espíritos vão se desarmando. Nesse momento eu e o professor Valente estávamos interessados em fotografia. Foi a fotografia que acabou nos levando às velhas igrejas, antigos caminhos, portos fluviais e fazendas arruinadas. Tudo aquilo foi, aos poucos, chamando a nossa atenção para a história local. Aí, ajudado pelo Menezes, começamos a comprar os livros dos viajantes. Uma outra Baixada foi se revelando para nós.

DE CABEÇA NA HISTÓRIA LOCAL

(...) A nossa entrada de cabeça na história local foi quando visitamos o Porto da Estrela. O sogro do Valente, morador e conhecedor daquela região, um dia nos convidou para uma visita ao Porto. Junto com Barboza Leite, para lá partimos. Era um dia bonito, com um sol muito brilhante. De imediato, o local nos deslumbrou, ficamos encantados com as ruínas, o rio, a paisagem. Confesso: foi um impacto para mim. A partir daquele momento a história local passaria a ser parte integrante de nossas vidas. Uma semana após a visita ao Porto da Estrela, eu escrevi, para Recado de Cultura, um artigo que talvez seja o meu primeiro texto dedicado à história local.

DE CAÇADORES DE FOTOGRAFIAS A PESQUISADORES DA HISTÓRIA

Foi entre 84, 85. (...) O que aconteceu quando chegamos no Porto da Estrela? Senti algo diferente, um negócio estranho. Até aquele momento éramos caçadores de fotografias, nada mais.

Embora fosse um bom aluno no curso de história, jamais havia imaginado que o lugar em que eu vivia tivesse uma história tão rica. Ninguém em meu curso de história havia falado em viajantes, em Rio de Janeiro, nada, nada. Foi aí que eu cheguei à conclusão de que o curso fora fraquinho. Valente, apesar de ser professor de matemática, era o mais entusiasmado. Em pouco tempo já dominava o básico da história local. Por questão de justiça, quero lembrar que a professora Dalva Lazaroni teve um papel decisivo na formação de nossa consciência em relação à história da Baixada Fluminense. (...)

OS PILARES

(...) Vocês da Feuduc estão fazendo um trabalho excelente. O trabalho que a Marlúcia e a equipe dela vêm fazendo não tem similar no Rio de Janeiro. A Feuduc dá um exemplo que deveria ser seguido: estudar a história do local onde o seu *campus* está assentado. Recentemente o José Cláudio lançou um livro maravilhoso, li e fiquei encantado. A Baixada está de parabéns, temos o Iphab, com o Gênesis e o Guilherme, e aqui a Tânia vem desenvolvendo um trabalho surpreendente. O negócio é caminharmos juntos, de mãos dadas. Hoje vocês são os verdadeiros pilares da história local.

CONSTRUTORES E CONTRIBUINTES DA HISTÓRIA LOCAL

(...) Aqui mesmo na Câmara teve um funcionário, de nome Adão, que muito ajudou a professora Dalva. Adão ia à casa das pessoas fazer entrevistas e recolher documentos. Tivemos também o trabalho da professora Eliane Estácio, da Gladis, do jornalista Paulino Batista da Silva. Paulino deixou um álbum com recortes de jornais, fotografias e anotações. Seu trabalho foi uma espécie de ensaio para a construção de nossa historiografia. Tive oportunidade de ver esse trabalho quando estava escrevendo “Foto/Poética”. Santos Lemos, que todos conhecemos bem, deixou um material fabuloso. Muita gente tem dado a sua contribuição, mas às vezes a coisa parece caminhar para o lado. Aqui mesmo, no Instituto Histórico, em gestões passadas, desapareceram documentos e fotografias. Certa vez, Barboza Leite emprestou uma coleção do GRUPO/TÓPICO para uma exposição que seria realizada no Instituto Histórico e a mesma não foi devolvida. Nessa época, alguns documentos começaram a desaparecer, aí eu peguei a coleção dos jornais e guardei. A coleção ficou muito tempo comigo, só agora devolvi ao Instituto Histórico. Essa coleção é única, não tem outra. Agora ela está xerografada, digitalizada e gravada em CD.

OS GUARDIÃES DE HOJE

Hoje podemos ficar mais tranquilos. Tânia tem tudo sob controle e em boa guarda. Além de tudo, o Iphab e vocês têm cópia de muita coisa. (...) [Houve um tempo em que] A gente era olhado com desconfiança. E Duque de Caxias tinha história? Até eu fiquei desconfiado quando vi a professora Dalva se entusiasmar com a história local. Naquele momento eu fazia coro com aqueles que diziam que não tínhamos história. Certa vez, num encontro sobre história oral, quando história oral não era moda, promovido por Dalva, um juiz de direito disse que história tiveram os gregos, os romanos, nós não tínhamos nada. Foi uma ducha de água fria nos participantes. Waldick Pereira e Ney Alberto é que conseguiram salvar a reunião. Interessante: esse juiz era professor de História Antiga na Uff. (...) Você já pensou o que é desencavar a vida de Tenório, de Joãozinho da Goméia. Essas pessoas são folclorizadas, mas não são folclore, são personalidades que participaram efetivamente de nossa sociedade.

NO CIPOAL DA MEMÓRIA

(...) Só queria lembrar que a memória é seletiva, uma parte da gente teima em esconder, outra em alardear fatos que sequer aconteceram. Eu também não fujo disso, caio no mesmo cipoal, apesar de ser professor de história.

DOS CADERNINHOS DE DESENHO ÀS TELAS

Na verdade eu fui descobrindo a pintura paulatinamente. Desde criança, como toda criança, eu tinha um certo jeitinho para o desenho. Num caderninho de desenho eu ficava rabiscando figurinhas das histórias em quadrinho. Inclusive me especializei em fazer umas casinhas que eram uma graça, desculpem a falta de modéstia. Como também gostava muito de automóvel, desenhava os próprios automóveis e suas peças: motor, radiador, pneumático. Meu primeiro contato com a pintura, propriamente dita, foi a partir de 1964. Nesse ano resolvi me arriscar no óleo. Aí fui na papelaria Itatiaia e, sem a menor noção do que deveria comprar, fui pedindo pincéis, tintas etc. Bom, não sei se acertei no material, mas com o que havia comprado dei início a minha experiência com óleo. Peguei uma fotografia duma igreja barroca da Bahia, uma igreja que eu achava muito bonita, fiz o traço com o lápis em cima da tela e pintei intuitivamente. Até que para primeiro quadro não ficou tão ruim assim. Eu tentava ser acadêmico como todo mundo quer ser. Porém, mais à frente, fui tomando outro rumo, quer dizer, eu revelei a minha verdadeira pintura, que não era acadêmica, era uma pintura que na época o pessoal chamava de primitiva e hoje é chamada de *naïf*. Hoje me considero autodidata. Só se é “primitivo” no primeiro quadro, do segundo em diante já se criou estilo e técnicas próprias.

UM SENHOR MUITO BEM ARTICULADO

Nesse momento, apareceu na cidade um senhor magrinho, elegante, muito bem articulado, falava bem, era Carlos Ramos. Ele vinha da FNM, tinha sido funcionário da fábrica e parece que àquela altura já estava aposentado. Vinha, ao que tudo indica, para dirigir o jornal A Solução, da família Freitas Lima, naquele momento gerenciado por Tarce de Freitas Lima, irmão de Hydekel. Ramos era ligado à arte, gostava de escrever, era poeta. Então começou a correr à casa daqueles que pintavam, esculpiam ou desenhavam, pra convencê-los a participar de um salão que ele pretendia montar. Aí ele pegou uns quadros meus, do Barboza, do Rodolfo, do Romanelli, do Messias e de alguns outros pintores e organizou o “1º Salão Duquecaxiense de Pintura”. Esse “1 Salão” foi realizado no Recreativo, a “Jóia da Colina”. Foi uma exposição modesta, com a participação de um público pequeno. Eu tive um quadro “censurado” por um dos membros do grupo. Argumentou ele que o momento não era propício para aquele tipo de pintura. O quadro tinha um grupo de pessoas com bandeiras e paus na mão, como se estivessem numa manifestação de protesto. Como a época era uma época dura, concordei em retirar o polêmico quadro, a gente estava sob o Ato Institucional nº 5. Ramos era muito criterioso, muito cuidadoso, metucioso. Para julgar os trabalhos trouxe um júri, lá do Rio, formado por gente conceituada nas artes plásticas: o pintor Orlando Teruz; o Quirino Campofiorito, emérito pintor e professor da Escola Nacional; Silvia de Leon Chalreo, colunista do respeitado Jornal de Letras. Foi um negócio muito bacana. Muito legal. Nesse salão conquistei uma medalha de bronze com o quadro intitulado “O Vendedor de Peixes”. Com um grupo já coeso, bem entrosado, partimos para o 2º Salão. Nesse tirei a medalha de ouro, mas não fui receber, briguei com o Ramos. Aliás, Rodolfo e Romanelli já haviam se desentendido com o Ramos e nem chegaram a participar. O Júri, como no 1º Salão, foi de alto gabarito: Quirino Campofiorito, Roberto Pontual, Walimir Ayala, Roberto Pontual, autor do Dicionário de Artes Plásticas do MEC, e Jaime Maurício.

AVONTADE DOS PINTORES

Os salões eram montados por Carlos Ramos. Ele conseguia recursos com comerciantes e mecenas da cidade. O 2º Salão foi montado onde hoje é aquele prédio enorme, defronte à praça, que já abrigou o Banco do Estado de São Paulo. [NR: Edifício Profissional.] O poder público quase não participava. O poder público tinha uma participação discreta, discretíssima.

ARTISTAS NA PRAÇA

O 1º Salão foi em 68, se não me engano. O segundo foi em 69, por aí. Depois deles, o Ramos se firmou como promotor cultural. Alguns pintores que participaram do 1º Salão, inclusive Romanelli e Rodolfo, jamais voltaram a se apresentar em salões promovidos por Carlos Ramos. Mas apesar desse fato, continuamos juntos. Prova disso foi a nossa participação na feira de artes da Praça General Osório, em Ipanema. Inicialmente, a feira fundada por artista e artesãos *hippies* foi duramente reprimida pela polícia, depois tolerada - fomos para lá nesse momento-, hoje é tratada com o maior respeito pela prefeitura. Atualmente a antiga feira *hippie* perdeu sua força inicial. Toda a filosofia “romântica” dos *hippies* que dava sustentação ao movimento foi sendo substituída pela ideologia do consumo deslavado. Da antiga feira *hippie* só restou o nome.

PARTICIPAÇÃO E PRÊMIOS

No 1º Salão eu ganhei uma medalha de bronze, no segundo uma de ouro. No terceiro eu não participei.

OS SALÕES

Continuaram existindo. Carlos Ramos depois criou o Salão do Preto e Branco, quer dizer, o salão do desenho. Criou também o Salão de Arte Sacra. Mas esse, mais geral, foi desaparecendo. Vendo o sucesso dos salões promovidos por Carlos Ramos, a prefeitura passou também a patrocinar salões. Mas isso sem gastar nada, praticamente, e com uma premiação muito modesta, em locais cedidos por empresas. Mas a coisa foi se firmando e quase chegou a dar certo. Alguns prefeitos deram mais atenção a esses salões, outros sequer compareciam a inauguração. Mas de qualquer modo eles foram sendo realizados. Hoje eu noto uma descontinuidade nesses salões. Eles foram praticamente esquecidos. Se acontecem é por iniciativa de alguma associação, pela ação de pintores. O último realizado se deu no governo do Zito, ali perto do Bradesco, foi muito interessante, muito bom.

O NÚCLEO DURO

O ARCO era outra coisa, completamente à parte disso aí, e só vai surgir mais ou menos pela década de 70, O ARCO estava mais ligado à fotografia e ao cinema. O que eu chamo de núcleo duro, em tom de brincadeira, era formado por Messias Neiva, eu, Armando Valente, Armando Santos, Armando Romanelli, Barboza Leite, Rodolfo Arldt, Mora, que era um escultor amazonense que não havia participado dos dois primeiros salões, a Do Carmo Fortes, que participou do segundo e era uma das filhas do Tenório. Uma das filhas do João Bicheiro, não me lembro o nome, também participou do segundo salão.

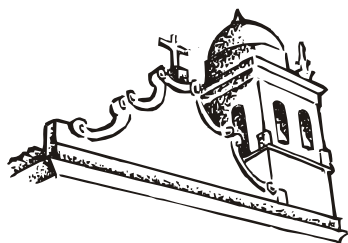
SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DOS SALÕES PARA A CULTURA LOCAL

Primeiramente a gente descobriu o seguinte: o público só comparece quando o local de exposição é de fácil acesso. O público daqui é passante, casual. É o operário que vem da fábrica, o comerciário que vem da loja para almoçar, é o estudante que acabou de sair da aula. Esse é o público. Se o salão for mal localizado, certamente, não terá ninguém para assinar o livro de presenças. Outra contribuição dada pelos salões foi a consciência de que nossa cidade já possuía um grupo de artistas e um público ávidos de eventos culturais que não fossem apenas o cinema e o teatro. Foi a partir dos salões que tivemos ânimo de criar a Feira de Artes, no calçadão da Praça da Emancipação, no governo Renato Moreira, quando Stélio Lacerda respondia pela Secretaria de Educação. A feira foi um

negócio espetacular. Ainda não se fez nada parecido. A exemplo da feira de Ipanema, abrangia quase tudo em matéria de arte, gente que trabalhava com couro, com artesanato muito bonito. Não era coisa de alicateiro, brinquinho, pulserinha, essas coisas de arame pra vender baratinho. Até fotografia foi exposta ali. E não eram fotografias minhas ou do Valente. Chico Fernandes e seu grupo chegou a encenar naquele calçadão “Morte e Vida Severina”. Foi um sucesso total. A feira ajudou a ampliar o grupo de artistas que, a partir daquele momento, passaria a reivindicar maior participação do poder público nessas iniciativas. Foi na Feira de Artes que conhecemos Manuel Ribeiro excelente desenhista e pintor, que depois virou publicitário.

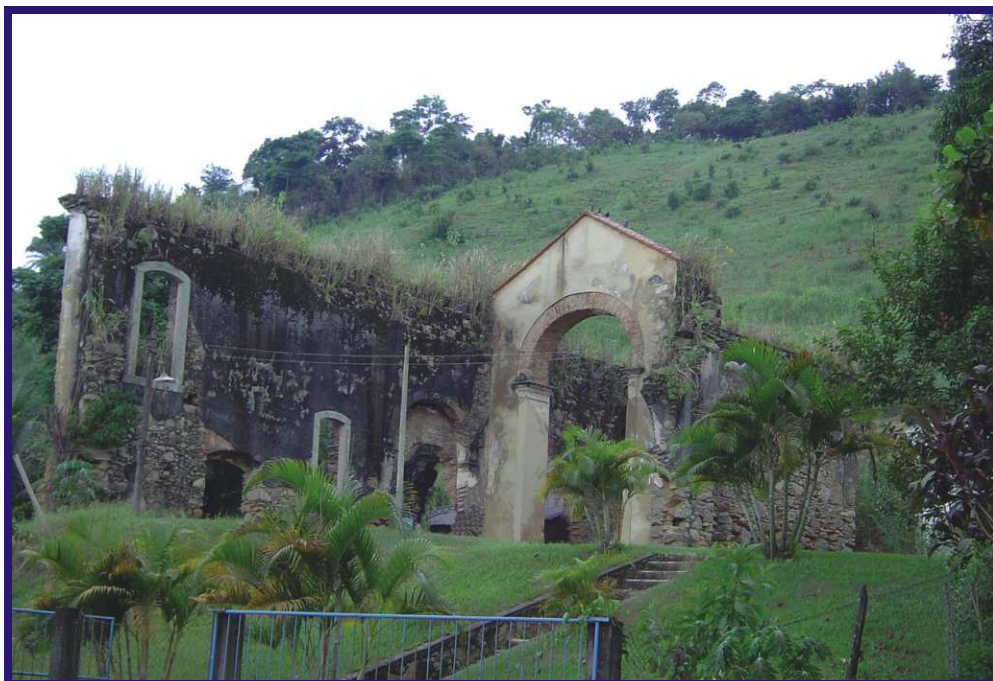
HORA DE ATRAIR GENTE DE PRESTÍGIO

Está na hora desses salões serem regulamentados, de a prefeitura destinar verba para uma premiação que possa atrair gente do Rio, para que o salão repercuta por todos os cantos do Estado do Rio. Sendo o Rio um centro cultural poderosíssimo, tudo temos a ganhar. Eles, os salões, poderiam trazer turistas para a cidade e incentivar os artistas daqui. Dar, podemos assim dizer dar um tranco nas artes plásticas (visuais). Chega de improviso, de coisa mesquinha. Nossos melhores artistas são sugados pela Cidade do Rio de Janeiro. Poucos abnegados, como Irani, Paullo Ramos, Marcílio e alguns outros mais, aqui ficam dando soco em ponta de faca. Tenho um aluno, que já está expondo em galerias da zona sul do Rio e nem quer ouvir falar de Caxias. Acho que está na hora de promovermos um salão de peso, compatível com o talento do artista caxiense, que não é pequeno. Confio na seriedade e na competência da nova secretária de cultura, ela pareceu-nos preparada e consciente do papel que terá de desempenhar em prol de nosso patrimônio artístico e cultural.



SEÇÃO
ICONOGRAFIA

*Esta seção tem como objetivo
divulgar os documentos iconográficos que
integram o acervo do Instituto Histórico e das
demais instituições que abrigam
esse tipo de documentação.*



RUÍNAS DA CAPELA DE SANTA RITA DA POSSE - IGREJA VELHA
XERÉM - DUQUE DE CAXIAS - 05/02/2004
Foto: Tania Amaro
Acervo sob a guarda do Instituto Histórico



IGREJA DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS
XERÉM - DUQUE DE CAXIAS - 17/04/ 2004
Foto: Paulo Martins
Acervo sob a guarda do Instituto Histórico



FIAT (antiga FNM)
XERÉM - DUQUE DE CAXIAS - 26/08/1975
Fotógrafo desconhecido
Acervo sob a guarda do Instituto Histórico



FAZENDA SÃO BENTO
SÃO BENTO - DUQUE DE CAXIAS - 2002
Foto: Marluca Santos de Souza
Acervo sob a guarda do Cempedoch-BF



IGREJA DE NOSSA SENHORA DO PILAR
PILAR - DUQUE DE CAXIAS - 05/02/2004

Foto: Tania Amaro
Acervo sob a guarda do Instituto Histórico



IGREJA DE SANTA TEREZINHA DO MENINO JESUS
PARQUE LAFAIETE - DUQUE DE CAXIAS - 05/02/2004

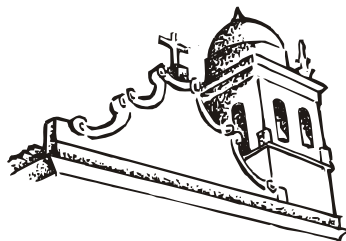
Foto: Tania Amaro
Acervo sob a guarda do Instituto Histórico



ENCHENTES NO BAIRRO ITAIPU (após 2 horas de chuva intensa)
BELFORD ROXO - 04/ 02/ 2004
Foto: Vitor Oliveira de Vasconcelos
Acervo do Fotógrafo



VIADUTO DO CENTENÁRIO E O FLUXO DE VEÍCULOS
CENTENÁRIO - DUQUE DE CAXIAS - 24/04/2004
Foto: Marcelo Almeida
Acervo sob a guarda do Instituto Histórico



ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO INSTITUTO HISTÓRICO

A

Associação dos Amigos do Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto / Câmara Municipal de Duque de Caxias surgiu para dar maior dinamização ao funcionamento do Instituto Histórico, estimulando maior participação dos setores organizados da sociedade, e conseqüentemente, promovendo uma maior divulgação do órgão.

Criada para colaborar com o aprimoramento e o desenvolvimento das atividades do Instituto Histórico, a Asamih é o elo entre a população e o órgão de pesquisa, já que apesar de ser uma entidade sem fins lucrativos, tem entre suas finalidades adquirir acervo, sustentar programas de processamento técnico, conservação e restauração de obras e incentivar exposições.

Consta ainda de seu estatuto, aprovado pelos sócios - em número ilimitado, mas composto atualmente por intelectuais e pesquisadores do maior renome na Baixada Fluminense e cidadãos comuns que manifestam interesse pela cultura e história -, o estabelecimento de intercâmbio com outras associações e entidades assemelhadas, o apoio à reprodução de documentos do Instituto Histórico, o incentivo à integração cultural com a comunidade e um programa de captação de recursos financeiros para a instalação de projetos culturais.

A ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO INSTITUTO HISTÓRICO ESTÁ ABERTA À INSCRIÇÃO DE NOVOS SÓCIOS. VENHA PARTICIPAR!

Segue relação com os nomes dos Conselheiros e dos Sócios Fundadores da Associação dos Amigos do Instituto Histórico.

2003/2005

CONSELHO DELIBERATIVO**Efetivos**

MARIA VITÓRIA SOUZA GUIMARÃES LEAL
 RUYTER POUBEL
 ANTÔNIO AUGUSTO BRAZ
 CARLOS DE SÁ BEZERRA
 DALVA LAZARONI DE MORAES
 GENESIS PEREIRA TORRES
 IRIS POUBEL DE MENEZES FERRARI
 MESSIAS NEIVA
 PAULO CHRISTIANO MAINHARD
 ROGERIO TORRES DA CUNHA
 STELIO JOSÉ DA SILVA LACERDA
 DIVAIR ALVES DE OLIVEIRA JUNIOR

Suplentes

AGRINALDO ALVES FARIAS
 GUILHERME PERES DE CARVALHO
 ALEXANDRE DOS SANTOS MARQUES
 MARLUCIA SANTOS DE SOUZA
 JOSUE CARDOSO PEREIRA
 SANDRA GODINHO MAGGESSI PEREIRA
 ROBERTO GASPARI RIBEIRO
 PAULO PEDRO DA SILVA

CONSELHO FISCAL**Efetivos**

WASHINGTON LUIZ JUNIOR
 ARISTIDES FERREIRA MULIM
 GILBERTO JOSÉ DA SILVA

Suplentes

ODLAN VILLAR FARIAS
 ROSA CRISTINA DA SILVA LEITE
 ERCÍLIA COELHO DE OLIVEIRA

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Executivo NIELSON ROSA BEZERRA
Secretário MANOEL MATHIAS THIBURCIO FILHO
Tesoureiro ODEMIR CAPISTRANO SILVA
Diretora de Pesquisa TANIA MARIA DA SILVA AMARO DE ALMEIDA



SÓCIOS FUNDADORES

AGRINALDO ALVES FARIAS
 ALEXSANDRO LOUREIRO DA SILVA
 ANA MARIA MANSUR DIAS
 ANÍDIA SANTOS DA COSTA
 ANTENOR GOMES FILHO
 CLEINA MUNIZ COSTA
 EDELSON GAMA DE MENEZES
 FARID DAVID SÃO TIAGO
 GILSON JOSÉ DA SILVA
 GILVAN JOSÉ DA SILVA
 HABACUQUE BRIGIDO DOS SANTOS
 INGRID JUNGER DE ASSIS
 JOÃO MELEIRO DE CASTILHO
 JOSÉ CARLOS SILVA
 JOSÉ CARLOS CRUZ
 LAURECY DE SOUZA VILLAR
 LAURY DE SOUZA VILLAR
 LIGIA MARIA DE LUNA
 LUZIA LUZIE TE DE OLIVEIRA LUCAS
 MAGDA DOS SANTOS JUNGER
 ROBERTO FERREIRA DE CARVALHO
 ROBERTO LIMA DAVID
 ROBSON GAMA
 ROSELENA BRAZ VEILLARD
 ROSELI LOPES GOMES SOUZA
 SÉRGIO LOCATEL BARRETO
 SILVANA CARVALHO DE BARROS
 SONIA CRISTINA DE SOUZA PAIS
 WALDOMIRO FRANCISCO DAS NEVES
 TELMA PATRÍCIA ALMEIDA DE SOUZA
 TELMA TEIXEIRA DE LIMA
 ALDA REGINA SIQUEIRA ASSUMPÇÃO
 ADILSON MOREIRA FONTENELE
 ALEX DOS SANTOS DA SILVEIRA
 ALEXANDRE GASPARI RIBEIRO
 ALEXANDER MARTINS VIANNA
 ALEXANDRE DOS SANTOS MARQUES
 ÁLVARO LOPES
 ANA LUCIA DA SILVA AMARO
 ANA LUCIA SILVAENNE
 ANA MARIA DA SILVA AMARO
 ANILTON LOUREIRO DA SILVA
 ANDRÉ LUIS SILVA DE OLIVEIRA
 ANDRÉ LUIZ LOPES VIANNA
 ANDRÉ LUIZ VILLAGELIN BIZERRA
 ANTÔNIO AUGUSTO BRAZ
 ANTÔNIO JORGE MATOS
 ANTÔNIO JOSÉ PFISTER DE FREITAS
 ANTÔNIO MENDES FREIRE
 ARISTIDES FERREIRA MULIM
 AUZENIR GONDIM E SOUZA
 CARLOS DE SÁ BEZERRA
 CID HOMERO FERREIRA DOS SANTOS
 CLÁUDIO UMPIERRE CARLAM
 DALVA LAZARONI DE MORAES
 DINA SILVA GUERRA
 DIOGO DE OLIVEIRA RAMOS
 EDIELIO DOS SANTOS MENDONÇA
 EDVALDO SEBASTIÃO DE SOUZA
 EDUARDO DE SOUZA RIBEIRO
 ELISETE ROSA HENRIQUES
 EMIDIO DA SILVA AMARO
 ERCÍLIA COELHO DE OLIVEIRA
 ERUNDINO LORENZO GONZALES FILHO
 EVANDRO CYRILLO MARQUES
 EVANGELINO NOGUEIRA FILHO
 EUGÊNIO SCIAMMARELLA JÚNIOR
 FÁBIO MARTINS RIBEIRO
 FÁBIO PEREIRA
 FRANCISCO BERNARDO VIEIRA
 FRANCISCO QUIXABA SOBRINHO
 GILBERTO JOSÉ DA SILVA
 GÊNESIS PEREIRA TORRES
 GILSON RAMOS DA SILVA

GIULIANA MONTEIRO DA SILVA
GUILHERME PERES DE CARVALHO
HERALDO BEZERRA CARVALHO
HERMES ARAUJO MACHADO
IRANI FONSECA CORREIA
ÍRIS POUBEL DE MENEZES FERRARI
IVON ALVES DE ARAÚJO
JOÃO HERCULANO DIAS
JOSÉ REINALDO DA SILVA PASCOAL
JOSÉ ROGÉRIO LOPES DE OLIVEIRA
JOSUÉ CARDOSO PEREIRA
JOSUÉ CASTRO DE ALMEIDA
JOSÉ ZUMBA CLEMENTE DA SILVA
LAUDICÉA CASTRO DE ALMEIDA
LUIZ CARLOS SILVEIRA DE CAMPOS
LUIZ HENRIQUE SILVA VIEIRA
MARIA ALICE DE OLIVEIRA DOMINICALLI
MANOEL MATHIAS THIBÚRCIO FILHO
MARCELO BORGES SOARES DE ALMEIDA
MARCO AURÉLIO TEIXEIRA BAPTISTA DE LEÃO
MARIA DE JESUS MENDES LIMA
MARIA VITÓRIA SOUZA GUIMARÃES LEAL
MARIA ZÊNIA CORREIA DOMINGUES
MARIZE CONCEIÇÃO DE JESUS
MARLUCIA SANTOS DE SOUZA
MARTHA IGNEZ DE FREITAS ROSSI
MESSIAS NEIVA
NÁDIA APARECIDA TOBIAS FELIX
NEWTON DE ALMEIDA MENEZES
NEY ALBERTO GONÇALVES DE BARROS
NIELSON ROSA BEZERRA
NILSON MOREIRA CAMPOS DONIZETH
NIVAN ALMEIDA
ODEMIR CAPISTRANO SILVA
ODLAN VILLAR FARIAS
PAULO CESAR RAMOS PEREIRA
PAULO CHRISTIANO MAINHARD
PAULO PEDRO DA SILVA
PAULO ROBERTO TEIXEIRA LOPES
PAULO ROBERTO CLARINDO
PAULO ROBERTO REIS FRANCO

PEDRO MARCÍLIO DA SILVA LEITE
ROBERTO GASPARI RIBEIRO
ROGÉRIO TORRES DA CUNHA
ROMEU MENEZES DOS SANTOS
ROSA CRISTINA DA SILVA LEITE
ROSA NASCIMENTO DE SOUZA
ROSANE FERREIRA LARA
ROSANGELA DAVID W. G. DE LIMA
RUYTER POUBEL
SANDRA GODINHO MAGGESSI PEREIRA
SELMA CASTRO DE ALMEIDA
SELMA MARIA DA SILVA RODRIGUES
STÉLIO JOSÉ DA SILVA LACERDA
SOLANGE MARIA AMARAL DA FONSECA
SUELY ALVES SILVA
TANIA MARIA DA SILVA AMARO DE ALMEIDA
UBIRATAN CRUZ
VERA LUCIA PONCIANO DA SILVA
VILMA CORRÊA AMANCIO DA SILVA
WAGNER GASPARI RIBEIRO
WASHINGTON LUIZ JUNIOR

SÓCIOS CONTRIBUINTES

ALBANIR JOSÉ DA SILVA
CARLOS JOSÉ DOS SANTOS
ELDEMAR BATISTA DE SOUZA
EDGAR DE SOUZA CARVALHO
ELIAS DA SILVA MAIA
HELENITA MARIA BESERRA DA SILVA
ROBERTO LIMA DOS SANTOS
THIAGO GONÇALVES DA SILVA



Estado do Rio de Janeiro
CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS

15ª Legislatura: 01/01/2005 a 31/12/2008

MESA EXECUTIVA PARA O BIÊNIO 2003/2004

Presidente: DIVAIR ALVES DE OLIVEIRA JUNIOR

1º Vice-presidente: ALMIR MARTINS DA SILVA

2º Vice-presidente: DALMAR LÍRIO MAZINHO DE ALMEIDA FILHO

1º Secretário: FERNANDO CÉSAR PEREIRA DE FIGUEIREDO

2º Secretário: ALCIDES LEONCIO NOGUEIRA CIDINHO DE FREITAS

VEREADORES

AILTON ABREU NASCIMENTO

AIRTON LOPES DA SILVA

CARLOS ALBERTO OLIVEIRA DO NASCIMENTO

CRISTIANO JOSÉ RODRIGUES DE SOUZA

EZEQUIEL DOMINGUES LOURENÇO

FRANCISCO DOS SANTOS

GERALDO DE SOUZA

JOAQUIM JOSÉ SANTOS ALEXANDRE

JOSÉ RAIMUNDO CAMPOS

MARGARETE DA CONCEIÇÃO DE SOUZA CARDOSO

MARIA LANDERLEIDE DE ASSIS DUARTE

NIVAN ALMEIDA

RICARDO JOSÉ DE SOUZA

SEBASTIÃO DE SOUZA ALVES

SEBASTIÃO FERREIRA DA SILVA

VAGNER RODRIGUES DUTRA

Diretor Geral da CMDC: SÉRGIO LOCATEL BARRETO

